



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO

MARIA ALEXSANDRA PRADO DE OLIVEIRA

**“EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO”:
ANÁLISE DE UM DOCUMENTO ECLESIAL E SUAS
REPERCUSSÕES**

Recife / 2015

MARIA ALEXSANDRA PRADO DE OLIVEIRA

**“EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO”:
ANÁLISE DE UM DOCUMENTO ECLESIAL E SUAS
REPERCUSSÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas:
Filosofia: Ciências da Religião.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral.

Recife / 2015

MARIA ALEXSANDRA PRADO DE OLIVEIRA

**“EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO”:
ANÁLISE DE UM DOCUMENTO ECLESIAL E SUAS
REPERCUSSÕES**

Dissertação **aprovada** como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral – UNICAP
Orientador

Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques – UNICAP
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a Emanuela Sousa Ribeiro – UFPE
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar a vida e capacidade de estudar, pela oportunidade de entrar em contato com o conhecimento e por tornar estes esforços algo significativo para as pessoas.

À minha filha, Clara, que mesmo sem entender o que acontecia, sentiu a minha ausência, foi meu incentivo, minha inspiração.

Ao meu esposo, Rodrigo, pela compreensão e apoio que me deu em momentos cruciais e no meu estresse constante.

Aos meus pais, João e Maria, e minhas irmãs Adriana, Andrea e Aline, sendo eles meu terceiro braço, meu porto seguro.

Aos meus companheiros de trabalho da Secretaria Geral dos Cursos: Aldeni, Kátia, Raphael. E, especialmente, a Claudio Castro e Marcela Santiago, pois sem eles seria ainda mais difícil a minha caminhada nesse mestrado.

Ao meu companheiro de estudos no mestrado, Fernando Rodrigues, pelo apoio em momentos de hesitação, pelas conversas e desabafos mútuos ao longo da nossa jornada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral um coautor que teve enorme compreensão, paciência e atenção, sempre muito prestativo. A Lucy Pina Neta, pela leitura atenta e sugestões que muito ajudaram na construção deste trabalho.

Enfim, a todos os que, direta ou diretamente, contribuíram para a finalização deste trabalho.

À luz da minha da minha vida: Clara Prado Bezerra.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACO – Ação Católica Operária

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas

AI – Atos Institucionais

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AOR – Arquidiocese de Olinda e Recife

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEI – Centros de Informações

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco

CI – Comunidade de Informações

CISA – Centros de Informações da Aeronáutica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODI – Centros de Operações de Defesa Interna

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DOI – Destacamentos de Operações de Informações

DOPS – Departamentos de Ordem Política Social

FAPTR – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

LSN – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento pela Educação Básica

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OBAN – Operação Bandeirantes

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Polícia Civil

PCB – Partido Comunista do Brasil

PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

PM – Polícia Militar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Plano de Desenvolvimento Regional

PRORURAL – Programa de Assistência Rural

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

RESUMO

O período da história brasileira que abrange os anos de 1964 a 1985 – a ditadura militar – se caracterizou pela mobilização popular e pela necessidade de mudança social. Clamava-se por uma libertação das opressões históricas que a maioria do povo vinha sofrendo. Paradoxalmente, foi um momento de forte autoritarismo e de violação dos direitos sociais e humanos. Naquele contexto, o episcopado nordestino assumiu um papel revolucionário ao se distanciar do governo militar e transgredir em favor do povo da região. Treze bispos e cinco religiosos assinaram “*Eu ouvi os clamores do meu povo*” e foram perseguidos pela censura militar. Neste trabalho foi analisado aquele documento no qual diversos aspectos econômicos, sociais, políticos e religiosos foram apresentados; ressaltamos o esforço dos prelados na construção, preservação e circulação das informações acerca do escrito eclesial. Apesar da relevância daquele texto, tão importante para o catolicismo brasileiro e nordestino, defrontamo-nos com uma escassa documentação sobre sua repercussão na imprensa escrita em Pernambuco, bem como em órgãos oficiais da Igreja Católica e do regime militar, dado o momento histórico vivido quando da sua divulgação. No entanto, apesar dos entraves e das limitações, *Eu ouvi os clamores do meu povo* fez seu percurso e assinalou um passo importante na trajetória política da Igreja Católica no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura militar. Episcopado nordestino. Censura. Igreja Católica. Poder.

ABSTRACT

The period of Brazilian history covering the years 1964 to 1985 - the military dictatorship - was characterized by the popular mobilization and the need for social change. Claimed by a release of historical oppression that most of the people had been suffering. Paradoxically, it was a time of strong authoritarianism and violations of social and human rights. In that context, the northeastern bishops took a revolutionary role in distancing themselves from the military government and transgress on behalf of the people of the region. Thirteen bishops and five religious signed "I heard the cries of my people" and were persecuted by the military censorship. In this work, that document in which various economic, social, political and religious aspects were presented was analyzed; we highlight the efforts of prelates in the construction, preservation and dissemination of information about the ecclesial writing. Despite the relevance of that text, so important for the Brazilian and Northeast Catholicism, we are faced with a scant documentation about its impact on print media in Pernambuco, as well as in official agencies of the Catholic Church and the military regime, given the lived historical moment when disclosure. However, despite the obstacles and limitations, I heard the cries of my people made their path and marked an important step in the political history of the Catholic Church in Brazil.

Keywords: Military dictatorship. Northeast Bishops. Censorship. Catholic Church. Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL E A IGREJA CATÓLICA	14
1.1 O ESTADO POPULISTA.....	15
1.2 O BRASIL APÓS O GOLPE.....	19
1.3 O GOVERNO E SUA ESTRUTURA REPRESSIVA.....	26
1.4 O GOVERNO DE MÉDICI E O MILAGRE ECONÔMICO	30
1.5 A RELAÇÃO ENTRE O GOVERNO MILITAR E A IGREJA CATÓLICA	34
2 “EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO”: A REALIDADE DO NORDESTE EM 1973	44
2.1 O CONCEITO DE PROFETISMO E A IGREJA	48
2.2 A REALIDADE NORDESTINA: SUBDESENVOLVIMENTO E INDICADORES SOCIAIS	50
2.3 AS BASES DO QUADRO HISTÓRICO, SOCIAL E ECONÔMICO.....	59
2.4 NORDESTE: ENTRE A EXPECTATIVA DO DESENVOLVIMENTO E O RESTABELECIMENTO DO SUBDESENVOLVIMENTO	63
2.5 A PROPAGANDA, A CENSURA E A IMPORTÂNCIA DO DOCUMENTO NO BRASIL	68
3 AÇÃO DA CENSURA NA IMPRENSA ESCRITA E A REPERCUSSÃO DE <i>EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO</i>	72
3.1 RELAÇÕES ENTRE A IMPRENSA, O REGIME MILITAR E A IGREJA CATÓLICA.	74
3.2 EU (E QUASE NINGUÉM) OUVI(MOS) OS CLAMORES DO POVO: INDÍCIOS DE SOBREVIDA DE UM DOCUMENTO ECLESIAL.....	81
3.2 REESCUTANDO OS CLAMORES ATRAVÉS DA MEMÓRIA: ENTREVISTA COM DOM JOSÉ MARIA PIRES.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

INTRODUÇÃO

O Brasil teve, em sua história, vários períodos políticos marcantes. Para entendê-los, muitas vezes era preciso voltar no tempo buscando suas origens e características. Como num jogo de xadrez as peças se posicionam e se movimentam de acordo com as jogadas de cada grupo. No plano político esses arranjos são perceptíveis.

A ditadura militar entrou em cena a partir da falência dos sistemas políticos e econômicos instaurados a partir do populismo e devido à insatisfação da classe dominante. Com a tomada de poder pelas forças armadas, notadamente pelo Exército Brasileiro, várias instituições tomaram partido e demonstraram afinidades com a premissa adotada. A Igreja Católica foi uma delas.

Com o passar dos anos, a intervenção militar demonstrou controle excessivo, repressão e violência na vida dos brasileiros. A palavra de ordem era poder ilimitado em detrimento de qualquer manifestação democrática que emergisse. A partir desse engessamento político, social e econômico, a Igreja (ou parte dela) decidiu romper com a “aliança” e se posicionar em favor daqueles que estavam em situação de vulnerabilidade, principais prejudicados com o arrocho e corrosão dos salários ocasionados pela estruturação econômica adotada.

O grupo da hierarquia católica que mais se destacou foi o episcopado nordestino, classificado por autores como Skidmore (2004), Lima (1979) e Löwy (2000), como progressistas. A CNBB teve papel de destaque como órgão no qual ocorriam grandes decisões da Igreja no Brasil. O governo, percebendo a importância do grupo em questão, investiu na perseguição e desarticulação dos bispos socialmente mais engajados da instituição em movimento, reprimindo violentamente as movimentações por eles lideradas. Mesmo que a Igreja não se mostrasse homogênea, havia certa desconfiança para com a ordem social e econômica do regime. Da necessidade de se protegerem

enquanto instituição, a atuação do episcopado se voltou para uma prática pastoral organizada naquele período, com destaque para a atuação das CEBs.

A CNBB dentro desse contexto produziu vários documentos, reiterando sua posição. Do Regional Nordeste II – formado pelas (arqui)dioceses existentes nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas – saiu *Eu ouvi os clamores do meu povo*, nosso objeto de estudos. Este escrito eclesial se sobressaiu pela sua ousadia, originalidade e qualidade analítica. Mitidiero Júnior (2010) afirma que as interpretações e constatações claramente presentes no documento analisado, se apresentam com um forte teor de denúncia em direção à Igreja, ao Estado e ao modo de produção capitalista, o que faz dessa carta outro marco na postura da Igreja brasileira. Para o Nordeste, a relevância se assenta no caráter profético com tom de denúncia, uma vez que o documento desvela aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais existentes na década de 1970 e sua repercussão diante da implacável censura ditatorial.

Assim, para empreender o estudo proposto, no primeiro capítulo, cujo título é “A ditadura militar no Brasil e a Igreja Católica”, abordamos historicamente o contexto do Brasil no período da ditadura militar. Desvelado esse processo, explicamos como a Igreja se posicionou no percurso e como atuou em favor do povo, através de documentos oficiais.

No segundo capítulo, intitulado “*Eu ouvi os clamores do meu povo: a realidade do Nordeste em 1973*”, aprofundamos o conteúdo do documento esmiuçando cada parte das informações apresentadas. Características da região Nordeste, indicadores sociais, raízes históricas e sociais da situação em que a área se encontrava; questões econômicas e políticas como o subdesenvolvimento e todos os esforços para sanar os problemas, principalmente os agrários; enfim, o contexto político, social, econômico da região e o dever da Igreja enquanto voz profética e ativa.

Para ressaltar a repercussão que este documento teve, inicialmente no terceiro capítulo, a que demos o título de “Ação da censura na imprensa escrita e a repercussão de *Eu ouvi os clamores do meu povo*”, detalhamos a ação da censura na imprensa e, a partir daí, tratamos, metodologicamente, das

publicações nos jornais *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco*, nos anos de 1973 e 1974. Devido à escassez de notícias referentes ao documento, em função do cenário político do país, houve a necessidade de buscar em outras fontes de registros da época, passamos então a analisar o que fora publicado em órgãos oficiais da Igreja Católica, por meio do *Boletim Arquiocesano*, jornal da Arquidiocese de Olinda e Recife, assim como também nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde ficavam registros oficiais do governo militar. Tentando mostrar os dois posicionamentos das duas instituições, o estado e Igreja, ora envolvidos no conflito.

Ainda assim os registros são escassos, então se fez necessário uma revisão bibliográfica acerca do documento "*Eu ouvi os clamores do meu povo*", onde percebemos que o tema não é aprofundado em meios a outras temáticas. Por isso também recorreremos à percepção do bispo emérito Dom José Maria Pires, um dos poucos signatários ainda vivos, para tentar compor o cenário do período no qual o documento foi publicado, a partir das memórias de suas memórias.

Assim, foi nosso desejo apresentar o contexto histórico nacional e eclesial no qual foi lançado o documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, e suas repercussões na mídia em Pernambuco, bem como em órgãos oficiais da Igreja Católica e do governo militar.

1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL E A IGREJA CATÓLICA

Em princípio, Estado e Igreja são grandezas separadas, como define também a Constituição de nosso País. Mas em virtude das consequências da pregação cristã que se manifestam na esfera secular, e pelo próprio fato de os cristãos serem discípulos de Cristo e simultaneamente de seu país, não será possível separar totalmente os campos de responsabilidade do Estado daquelas da Igreja, embora seja necessário distingui-los.

(MANIFESTO DE CURITIBA, 1970)

Durante o período da ditadura militar, que perdurou de 1964 a 1985, o país foi governado por cinco Generais do Exército: Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Foi um período político muito agitado, onde as eleições eram realizadas de forma indireta pelo Congresso Nacional, através de normatizações muitas vezes contidas nos Atos Institucionais (AI's)¹. Com o Ato Institucional nº 2 foram estabelecidos apenas dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, que era o partido de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, partido dos militares. Como o clima de insatisfação aumentava no Brasil foi promulgado Ato Institucional Nº 5 (AI-5), “que já estava pronto em julho de 1968. Ele foi preparado em resposta ao crescente apoio da classe média às manifestações de estudantes e à militância dos trabalhadores” (ALVES, 1985, p.130). A partir dessa fase o governo fechou praticamente todas as possibilidades de diálogo com a sociedade civil.

Diante disso, a Igreja Católica muitas vezes entrou em conflito com o governo, seja em defesa de membros da hierarquia ou de pessoas que procurassem por ajuda. Para Skidmore (2004), quando a repressão se abateu sobre o Brasil, a Igreja Católica Apostólica Romana representou virtualmente o único centro de oposição institucional. No entanto, a ditadura militar, iniciada no Brasil em abril de 1964, foi o resultado de uma crise que vinha se manifestando dentro do Estado Populista. Para compreender essa crise, é importante

¹ Os Atos Institucionais foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, durante o regime militar no Brasil. Foram editados pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atosinstitucionais>>. Acesso: 27 jan 2015.

voltarmos à história política brasileira, posterior ao Estado Novo (1937 -1945). Esse período é chamado de “República Democrática” (1945 – 1964)²

Depois de desvelado o cenário histórico, político e econômico, será descrita a relação entre a Igreja e o Governo, tendo por base epistemológica a Ciência da Religião.

1.1 O ESTADO POPULISTA

O populismo era um fenômeno essencialmente urbano e refletia o novo país que surgia distinto do Brasil da Primeira República (1889-1930). Foi um avanço na cidadania, na medida em que trazia as massas para a participação política, ainda que de forma submissa. Mas, em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles, de fato ou supostamente, lhes tinham distribuído. Na época, pela prática populista e sindicalista, o povo era considerado pura massa de manobra da classe dominante e dos políticos, e ele não poderia alterar o funcionamento da democracia liberal, pois o país não deveria sair do controle de suas elites esclarecidas. Por outro lado, a esquerda brasileira era muito reduzida, sua maior parcela, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) desconsiderava a democracia liberal, percebida como instrumento de dominação burguesa. Para ambos os lados, direita e esquerda, a democracia brasileira era, assim, apenas um meio que podia e devia ser descartado desde o momento que não tivesse mais utilidade (CARVALHO, 2004).

Para Toledo (1990), o Estado Populista instaurado por Getúlio Vargas em seu primeiro governo (1934-1937) mostrou, em alguns momentos, certa incapacidade de resolver questões criadas pelas necessidades da sociedade

² Este período da história brasileira foi regido pela Constituição de 1946, o país entrou numa fase descrita como a primeira experiência democrática de sua trajetória. A constituição manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização; houve eleições regulares, sendo o voto, obrigatório, secreto e direto, estendido a todos os cidadãos com mais de 18 anos de idade, que não fossem analfabetos ou soldados; vários partidos nacionais foram organizados e funcionaram livremente, à exceção do Partido Comunista Brasileiro, que teve seu registro cassado em 1947 (CARVALHO, 2004).

civil, o que gerou um processo de instabilidade nas instituições públicas. Estas tentavam permanecer, ainda que sofrendo as pressões dos grupos econômicos nacionais e internacionais que participavam da política do Estado. Esses grupos revelavam uma divergência, no pensamento político brasileiro, sobre o modelo de desenvolvimento econômico do país.

Havia a tendência nacionalista, a qual acreditava que a economia brasileira deveria ter seu crescimento estruturado com certa independência do capital estrangeiro. Isso não quer dizer que esse grupo era contrário à entrada de capital externo; pelo contrário, era visto como indispensável para o crescimento da economia do país. A questão é que, para eles, a economia brasileira não poderia ficar subjugada ao capital externo, mas, sim, aproveitá-lo para prover um desenvolvimento nacional independente. Para o outro grupo, chamado pela esquerda nacional de “entreguistas”, de vertente liberal, era necessária a utilização desse capital externo, devido à própria condição do desenvolvimento brasileiro. Para os internacionalistas, o Estado não deveria impor limites à entrada de capital externo no Brasil e, como consequência, não precisava possuir o controle de setores básicos da economia que poderiam ser geridos pela iniciativa privada, com ou sem a participação de setores nacionais, mesmo que isso ameaçasse a soberania do país (MARTINS, 1999).

Para os grupos de direita, a relação entre o Estado Populista e a massa da população brasileira era ineficiente, pois ao incorporar as massas trabalhadoras à política nacional, mesmo que para controlar suas ações, o governo aumentou a possibilidade de manifestações da esquerda brasileira, que poderiam exceder o limite imposto pelo governo. A classe dominante brasileira entendeu como um desses momentos de excesso da interferência da esquerda a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. A posse de João Goulart, seu vice, ocorreu apenas com a adoção de um regime político parlamentarista, imposto por setores sociais conservadores. Após esse período parlamentarista, o governo de João Goulart seguiu com uma política de tendência populista e de inspiração varguista, causando a união de setores sociais dominantes que, influenciados pelos militares, aparentemente acabam com a tênue e instável ordem institucional brasileira.

Para Skidmore (1996), a Constituição de 1946 não deixava dúvida, no artigo 79, de que no caso de vagar a Presidência, o sucessor natural era o Vice-presidente. Porém, mesmo com essa clara disposição, o problema da posse de Goulart causou, imediatamente, violento debate. E somente após dez dias o impasse foi resolvido, através da inclusão de uma Emenda Constitucional que estabelecia um governo parlamentarista. Essa crise tornou clara a relação entre a sociedade e o sistema político, assim como também o equilíbrio das forças políticas no país.

Esse movimento, protagonizado pelos militares, refletia o descontentamento da parte conservadora das classes dominantes e dos setores das classes médias brasileiras com o governo de João Goulart, que, naquele momento, empenhavam-se em firmar as Reformas de Base (reformas Agrária, Administrativa, Fiscal, Eleitoral, Urbana etc.). Para eles, a política populista adotada como forma de conquistar o apoio popular, e as suas reformas, representavam uma ameaça ao equilíbrio social no qual repousava a democracia brasileira.

Para os setores mais ricos da sociedade brasileira esse risco ao equilíbrio social demonstrava-se no crescimento dos movimentos sociais de orientação nacionalista de esquerda (TOLEDO, 1990). O debate político brasileiro, desde a renúncia de Jânio Quadros, tendeu a uma polarização ideológica, tanto para direita liberal quanto para a esquerda nacionalista. Porém, a ala conservadora e de direita, conseguiu se articular de forma mais eficiente. Fato comprovado através da inabilidade de união entre os setores de esquerda diante do golpe militar, em abril de 1964. Tratava-se, portanto, para diversos setores das classes dominantes brasileiras, de eliminar a “ameaçadora” participação das massas populares da política brasileira. Para isso, os militares implantaram, em abril de 1964, uma ditadura militar que excluía, de forma gradual e por tempo indeterminado, a classe trabalhadora do cenário da política nacional.

A participação militar na política brasileira, seja para manter ou para romper a ordem institucional, é bem comum na história brasileira, principalmente no período republicano (SKIDMORE, 1996). Desde o início da independência do Brasil, em 1822, é visível a intervenção do Exército. No

entanto, desde o estabelecimento da República, percebe-se com mais nitidez a interferência militar no aspecto político. Segundo Rouquié (1984), a linha ideológica das intervenções das Forças Armadas no país era essencialmente conservadora, principalmente no período da história brasileira que abrange desde a década de 1930 até 1964. Ainda para o autor, atribuir ao Exército um poder de conciliador, que possa manter a sociedade, em momentos de crise em ordem, é supor que existe uma coesão ideológica dentro das Forças Armadas. E o que se constatou foi o oposto, pois, principalmente nos vinte e um anos de regime militar foi declarada cisão interna do Exército brasileiro.

Rouquié (1984, p. 327) reitera que:

Se considerarmos o sentido das seis intervenções militares, em que não houve tomada de poder no Brasil desde 1930, poderemos observar que as forças armadas intervieram quatro vezes contra a democracia pluralista (em 1937, 1954, 1961, 1964), e apenas duas para garantir a legalidade constitucional (1945 e 1955).

Assim, ao analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis exercendo a função de árbitro. E a segunda, após 1964, sob o respaldo na Lei de Segurança Nacional (LSN)³, quando os militares, depois do golpe civil-militar, assumem a condução dos negócios do Estado e afastam os civis dos núcleos de participação e decisões políticas, reservando para eles apenas o papel de coadjuvantes, somente para dar uma impressão de legitimidade ao novo governo. Portanto, a partir de 1964, o Exército interveio no processo político, sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos. (BORGES, 2012).

Portanto, sempre ficou claro que a organização do Exército Brasileiro se constituiu em um poder que se sobrepunha às instituições políticas do país, sempre a postos para fazer uma intervenção. Desde quando o Brasil vivia uma

³ A Lei de Segurança Nacional (LSN) constitui aplicação prática dos argumentos teóricos da ideologia da Segurança Nacional. Os termos da lei mantinham-se suficientes amplos para permitir que o Estado exercesse total arbítrio no estabelecimento do que constituiria crime contra a segurança nacional e fornece a sustentação legal à repressão contra aqueles que se opunham ao Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1985).

experiência democrática, tanto com a eleição de Jânio Quadros, que foi uma sucessão sem problemas do ponto de vista político, quanto na sua renúncia. Como o Vice-presidente era João Goulart, seria a sucessão natural; porém, por causa das agitações sociais pelas quais passava o país, as Forças Armadas estavam prontas para intervir. Esse posicionamento intervencionista no Brasil é tão comum que Skidmore (1996), afirma não ser possível governar o Brasil sem o apoio e o consentimento das Forças Armadas.

1.2 O BRASIL APÓS O GOLPE

A intervenção militar, na vida dos brasileiros, no período posterior ao golpe, foi excessiva. Foi exercida através da censura aos meios de comunicação, pela repressão e violência. De forma geral, podemos afirmar que o Estado exerceu um forte controle sobre praticamente todos os aspectos da sociedade brasileira (SKIDMORE, 2004). Após o golpe, com a intenção de ampliar o alcance do Poder Executivo, os militares foram suspendendo a participação política dos Poderes Legislativo e Judiciário. Por meio da promulgação de vários Atos Institucionais impostos pela ditadura, o governo começou uma mudança drástica nas normas da política democrática brasileira.

Com a justificativa de conter os movimentos da esquerda populista, de suscitar o retorno da ordem interna, de recuperar o prestígio do Brasil e de acabar com a incapacidade dos poderes constitucionais existente na época, o “Comando Revolucionário”⁴, formado pelos líderes do golpe, rompeu, em abril de 1964, com qualquer compromisso democrático, atribuindo poderes ilimitados ao chefe do Poder Executivo.

O primeiro militar a assumir a Presidência da República, em 11 de abril de 1964, foi o então Chefe do Estado Maior do Exército, o General Humberto de Alencar Castelo Branco,⁵ que contava como o apoio dos militares e civis

⁴ Formado pelos ministros militares, o General Artur da Costa e Silva, da Guerra, o Almirante Augusto Rademaker, da Marinha, e o Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica (SKIDMORE, 2004, p.49).

⁵ Castelo Branco nasceu no Ceará. Filho de um oficial do Exército, a família mudou-se várias vezes por causa das transferências para outras guarnições. Ingressou na Academia Militar

que participaram do golpe. Entre os principais objetivos do governo de Castelo Branco estavam retirar do cenário nacional os grupos da esquerda que conseguiram aumentar sua participação na política brasileira durante o governo de João Goulart. Assim como consolidar a economia, organizar o sistema financeiro e a dívida externa e, obviamente, institucionalizar o regime militar.

Para legitimar a ditadura foi necessário criar uma jurisprudência própria, ou seja, governar por meio de Atos Institucionais. O primeiro Ato Institucional (AI-1), datado de 09 de abril de 1964, afirmava que a revolução legitimava-se por si mesma. Afastou qualquer possibilidade de participação popular na política brasileira. O AI-1, além de suspender por seis meses os direitos constitucionais dos brasileiros, limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional, passando grande parte dos poderes legislativos para o Poder Executivo. Além de ter suspenso, temporariamente, as garantias da imunidade parlamentar, concedendo ao Executivo o poder de cassar sumariamente os mandatos de representantes governamentais em quaisquer das esferas municipal, estadual ou federal, e ratificou o nome do General Castelo Branco na Presidência da República. Porém a ditadura foi institucionalizada com o Ato Institucional nº 2 (ALVES, 1985).

Em outubro de 1965, o governo baixou o AI-2, com o objetivo de dificultar qualquer possibilidade de uma vitória eleitoral da oposição, pois extinguiu todos os partidos políticos vigentes. Foram criados dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava a oposição “consentida”, e o outro, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava o governo. Dessa forma, os militares adotaram o bipartidarismo. Essa decisão ocorreu devido ao descontentamento de setores radicais com os resultados das eleições de 1965, quando o MDB obteve vitória em cinco Estados, dos onze em que havia disputado⁶.

quando morava no Rio Grande do Sul, fez cursos na França e nos Estados Unidos, lutou na Segunda Guerra Mundial. Era considerado um oficial cauteloso, pertencia à ala moderado do exército brasileiro (SKIDMORE, 2004).

⁶ Em 30 de outubro de 1965 realizaram-se eleições livres para Governador e Vice-governador. Apesar do veto a determinados candidatos por parte da chamada "linha dura das Forças Armadas", a oposição triunfou nos estados da Guanabara, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, o que preocupou aqueles que pregavam a implantação do regime político autoritário (SKIDMORE, 2004).

Para concretizar a institucionalização do regime, o governo impôs uma nova Constituição ao país, em 1967. Esta se caracterizava, primordialmente, por determinar a ampliação do Poder Executivo em detrimento dos Poderes Legislativo e Judiciário; também tornava indireta a eleição para Presidente da República e condensava os Atos Institucionais outorgados até então pelos militares. Além da nova carta constitucional, contava também com a Lei de Imprensa e com a Lei de Segurança Nacional (SKIDMORE, 2004, p. 48).

A partir da nova Constituição, o regime militar foi gradualmente mostrando a sua forma de governar o país, sem maiores disfarces, apenas em alguns momentos se utilizou de artifícios, pois permitia o funcionamento, ainda que submisso, do Congresso Nacional. Esse subterfúgio concedia ao regime uma aparente normalidade, de forma que a sociedade brasileira pudesse associar, publicamente, ditadura e atuação parlamentar. E embora o país passasse por uma intervenção militar, o seu sistema de poder era mantido funcionando, mesmo que de forma aparente.

Em suma, o governo de Castelo Branco entregou aos seus sucessores grandes poderes, conferiu instrumentos extremamente autoritários ao Poder Executivo, neutralizando, ou pelo menos minimizando, as possibilidades de contestação do regime militar por meios lícitos. Porém, o abalo dado pela ditadura a seus opositores foi o Ato Institucional nº 5, comumente conhecido como AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, pelo segundo Presidente-General, Arthur da Costa e Silva. Esse Ato Institucional concedeu plenos poderes ao Presidente da República, e também ao Estado para perseguir e punir aqueles que vinham se manifestando pelas vias legais, ou não, contra o governo. O AI-5 suspendeu todos os direitos civis em nome da guarda e do respeito à Lei de Segurança Nacional e para coroar o referido ato ainda concedeu ao Poder Executivo o direito de legislar.

O pretexto para a promulgação do AI-5 foi o pronunciamento do Deputado Márcio Moreira Alves, MDB-GB, na Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro de 1968, lançando um apelo para que a sociedade civil não participasse dos desfiles militares do dia 7 de setembro e para que as moças, "ardentes de liberdade", se recusassem a sair com oficiais. Na mesma ocasião, outro Deputado, também do MDB, Hermano Alves, criticou as atitudes do

governo na imprensa, através do Jornal Correio da Manhã. O Presidente Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional⁷, declarou que esses pronunciamentos eram "ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis". O governo solicitou, então, ao Congresso, a cassação dos dois deputados; mas o Congresso recusou o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte, foi baixado o AI-5, que autorizava o Presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, "com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país". No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado; apenas em outubro de 1969 este foi reaberto, para referendar a escolha do General Emílio Garrastazú Médici para a Presidência da República (ALVES, 1985).

O AI-5, foi baixado um dia após a votação no Congresso Nacional e, em muitos pontos, ele reiterava as determinações dos dois primeiros Atos Institucionais; no entanto não estipulava prazo para sua duração. Os poderes atribuídos ao Poder Executivo podem ser assim resumidos, segundo Alves (1985, p.131):

- 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais;
- 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal;
- 3) direito de suspender por 10 os direitos políticos dos cidadão e reinstituição do "Estatuto dos Cassados";
- 4) direito de demitir ou remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal;
- 5) direito de demitir ou remover juizes, e suspensão das garantias do judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade;
- 6) direito de decretar estado de sítio sem quaisquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967;
- 7) direito de confiscar bens como punição para corrupção;
- 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional;
- 9)

⁷ O Conselho de Defesa Nacional é um órgão consultivo do presidente do Brasil em assuntos de segurança nacional, política externa e estratégia de defesa (BORGES, 2012).

juízo de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares e, finalmente, 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.

O referido Ato aumentou a militarização do regime e gerou, no país, uma série de manifestações contrárias à ditadura militar, que embora já viessem ocorrendo, após 1968 tiveram um crescimento significativo. A partir daí, a luta armada disseminou-se no país, onde vários diplomatas foram sequestrados, e houve guerrilhas nas cidades e no campo. As ações armadas, iniciadas em 1967, intensificaram-se depois do AI-5, quando muitos jovens do movimento estudantil que foram acusados a partir de 1968, migraram para as organizações de vanguarda. A maior parte dos militantes da luta armada, nos anos de 1960 e 1970, eram originários da classe média urbana, do sexo masculino e jovens (ROLLEMBERG, 2012).

Alguns atos tiveram maior repercussão, como, por exemplo, quando Carlos Lamarca, oficial do 4º Regimento de Infantaria baseado em Quitaúna, São Paulo, no comando de oficiais e soldados, assaltou o depósito de armas do regimento. Outra ação do seu grupo – o Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – promoveu uma fuga em massa de presos políticos encarcerados na Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. Porém, o ato mais conhecido dos revolucionários brasileiros foi o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, no Brasil, Charles Burke Elbrick. Uma ação conjunta entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro⁸. Pela primeira vez, na América Latina, um membro da diplomacia era sequestrado por guerrilheiros armados; a notícia teve repercussão mundial, o que atraiu a atenção internacional para a luta armada no Brasil (ALVES, 1985). Os guerrilheiros não pretendiam apenas livrar alguns companheiros da prisão e/ou da morte; eles também objetivavam divulgar o movimento revolucionário no país. Para Skidmore (2004), devido ao impacto desse sequestro, os militares

⁸ A Aliança Nacional Libertadora ou Ação Libertadora Nacional e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro foram grupos revolucionários e por uma ideologia guerrilheira urbana e atuavam na luta armada para combater o regime militar no Brasil (ROLLEMBERG, 2012).

brasileiros procuraram atender as exigências dos guerrilheiros, ou seja, libertaram os prisioneiros e divulgaram o manifesto subversivo, obrigando os guerrilheiros a abjurar os membros do corpo diplomático.

Outros sequestros ocorreram ao longo do ano de 1970. Em março, foi sequestrado o cônsul-geral do Japão, Nobuo Okuchi, libertado em troca de cinco presos políticos, especificados, que foram direto para o México. Em junho, foi a vez do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben. Novamente os guerrilheiros conseguiram apenas livrar alguns companheiros das torturas e da prisão. Em dezembro, foi sequestrado o embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher. Mas nenhum deles obteve a repercussão registrada no caso do embaixador norte-americano (ROLLEMBERG, 2012).

Segundo Alves (1985), além de negociar com os guerrilheiros e atender suas exigências, o governo também baixou, no dia 05 de setembro, os Atos Institucionais nº 13 (AI-13) e 14 (AI-14), para evitar a disseminação dos atos de violência. O AI-13 estabelecia que todo preso trocado por dignitário sequestrado fosse banido do país. O AI-14 era uma Emenda à Constituição de 1967, tornando a pena de morte, prisão perpétua e o banimento aplicáveis em casos de “guerra psicológica, guerra adversa revolucionária ou subversiva, assim como em caso de guerra externa”. Também baixou o Decreto-Lei que autorizava o Poder Executivo a promulgar *Decretos-Leis Secretos*, cujos textos não seriam divulgados em qualquer publicação oficial, permitindo a prisão de pessoas por infração a uma lei cuja existência era plenamente desconhecida.

Esses sequestros de autoridades realizados no Brasil foram uma das alternativas encontradas por aqueles que combatiam o regime, para defender das torturas, e até mesmo da morte, seus companheiros de luta. Daquela forma, poderiam também ‘divulgar’ seus manifestos, o que lhes era vetado por causa da censura na imprensa brasileira, que considerava subversivo todo conteúdo contrário ao governo. Ao mesmo tempo, este aumentou a segurança e a repressão, devido aos números de envolvidos na luta armada. Paralelamente aos sequestros de autoridades estrangeiras, o governo foi trabalhando para melhorar o sistema de segurança e fazer uma varredura de grandes proporções para descobrir onde eram os esconderijos dos

sequestradores. Assim como também tinham grande impacto, na medida em que tornava pública, no país, a repercussão no exterior, da existência da luta armada e de presos políticos, que o Estado negava reiteradamente (ROLLEMBERG, 2012).

Outro grupo de guerrilheiros, que, ao invés de atuar nas cidades, voltou suas atenções para o campo, foi formado por dissidentes do PCB (Partido Comunista do Brasil); eles desenvolveram suas atividades na região do Araguaia. Essa área foi escolhida por diversos fatores, entre eles estavam ser distante do centro do país, e também por ficar próximo das jazidas de minérios de Carajás e das disputas de terras entre camponeses e especuladores. Assim que o governo teve conhecimento do foco revolucionário, dirigiu suas ações para destruí-lo. Embora com todo aparato militar, o Exército Brasileiro levou cerca de dois anos para exterminar o grupo de guerrilheiros. Com o fim da frente de luta do Araguaia, acabou o desafio revolucionário no país. (SKIDMORE, 2004)

No Brasil, esse tipo de revolução não foi capaz de triunfar, nem mesmo chegou a ameaçar o governo. Diferente do que ocorreu na Argentina e no Uruguai, onde os revolucionários pelo menos ameaçaram seus governos, e em Cuba e na Nicarágua, nos quais os insurretos tomaram o poder. Skidmore (2004, p. 247-248) analisou o fato de esse tipo de revolução não ter alcançado êxito no Brasil:

Primeiro, o Brasil não é território promissor para a estratégia guerrilheira. Este tipo de guerra só obtém êxito em circunstâncias especiais. Por exemplo, num país sob o domínio estrangeiro, formal ou informal, porque neste tipo de caso o movimento rebelde pode capitalizar sentimento nacionalista contra o poder colonial ou imperial. Cuba e Nicarágua cabem neste exemplo. Mas o Brasil não. Segundo, o Brasil não sofre de divisões étnicas ou religiosas que possam fornecer às guerrilhas base de apoio. Falta aqui qualquer minoria de língua não portuguesa comparável aos índios dos Andes que falam Quechua e Aymara, ou uma minoria étnica de elite como os chineses, na Malásia. As possíveis tensões raciais existentes no Brasil não fornecem pretexto suficiente para o recrutamento de guerrilheiros. Há outro fator neste país que conspira contra a oposição armada: as enormes distâncias econômicas, sendo o Nordeste onde ocorre a maior concentração de miséria do hemisfério. Aqui talvez um determinista econômico pudesse esperar um campo fértil para a radicalização política. Mas o crescimento econômico de 10 por cento ao ano, juntamente

com uma hábil propaganda governamental, gerou o otimismo do povo em relação às chances econômicas do indivíduo, por mais improvável que possam ter sido.

A partir de dezembro de 1968 o regime militar brasileiro conseguiu ampliar a repressão sobre a sociedade civil, legalizando várias práticas de coerção, a exemplo da tortura.

1.3 O GOVERNO E SUA ESTRUTURA REPRESSIVA

Em outubro de 1969, o General Emílio Garrastazu Médici era apenas um “soldado profissional” (SKIDMORE, 2004, p. 211). Ele se opôs categoricamente à escolha do seu nome para a chefia do governo e só cedeu por razões de dever militar. Tornou-se Presidente não porque seus eleitores militares achassem que ele tinha capacidade ou os conhecimentos necessários, mas porque era o único General com quatro estrelas⁹ que poderia impedir o aprofundamento da divisão que se instalara no Exército.

Ele dividiu o governo em três áreas: a militar, a econômica e a política. O responsável por todos os assuntos militares era o Ministro do Exército, Orlando Geisel. Delfim Neto, Ministro da Fazenda, ficou encarregado de todos os assuntos econômicos e Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil, ficou à frente dos aspectos políticos. Essa delegação de poderes, realizada por Médici, facilitou o seu governo, pois ele não teria que responder a nenhum questionamento diretamente. A construção de seus ministérios foi marcada pela inserção de novos nomes no cenário político nacional. Apesar disso, alguns nomes dos ministérios anteriores foram aproveitados, a exemplo de Delfim Neto, que permaneceu no Ministério da Fazenda e foi um dos mais importantes mentores do “milagre econômico” ou *boom* econômico¹⁰ (SKIDMORE, 2004). Os novos ministros eram, em sua maioria, administradores, diferentemente dos ministérios dos dois presidentes anteriores, formados principalmente por políticos profissionais e representantes de interesses econômicos.

⁹ Só poderiam disputar a Presidência da República os militares com quatro estrelas, ou seja, Generais do Exército (SKIDMORE, 2004).

¹⁰ Expressões utilizadas para explicar as elevadas taxas de crescimento brasileiro entre os anos de 1968 -73. (PRADO & EARP, 2012)

O governo de Médici teve início em um momento bastante desfavorável. Pouco antes o país passou por uma onda de protestos e violências, devido à imposição do Ato Institucional nº 5. E a “linha-dura”¹¹ exigia a continuidade da repressão. Mesmo diante da violência, tortura e repressão, em seu governo não houve passeatas de estudantes, e greves de trabalhadores, pelo menos que chegassem ao conhecimento do público em geral.

A acentuação significativa da repressão política foi um traço característico da administração de Médici. E isso foi, até certo ponto, favorecido pela autonomia política concedida aos órgãos que formavam o aparelho repressor do Estado brasileiro, que eles passaram a atuar sobre aqueles considerados subversivos de forma implacável. O sistema repressivo passou por uma reformulação, no final da década de sessenta e início da década de setenta, e se caracterizou, sobretudo, por sua complexidade em relação aos postos de comando.

De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional¹² era responsabilidade direta dos militares zelar pela segurança interna. O primeiro sinal de uma atuação mais enérgica, por parte dos militares, no combate à subversão, foi a Operação Bandeirantes (OBAN). Ela combinava forças policiais com oficiais de segurança das Forças Armadas e recebia apoio financeiro de conhecidos homens de negócios de São Paulo, que forneciam ao movimento equipamentos e dinheiro (SKIDMORE, 2004, p. 254). Havia os Centros de Informações (CEI) da Aeronáutica (CISA), criado em 1968 e reestruturado em 1970, o da Marinha (CENIMAR), reestruturado também em

¹¹ A expressão “linha-dura” não tem inicialmente o sentido de um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos e de uma determinada interpretação da “Revolução” de 31 de março de 1964. Foram os jornalistas e os analistas políticos que o transformaram em grupo de líderes e representantes e, portanto, com certa coesão interna. O que era então apenas uma expressão de identificação foi, depois, transformado em uma categoria apropriada pelos militares. Portanto a “linha-dura” era apenas uma maneira de expressar certa oposição ao governo de Castelo Branco. A oposição dos duros contra os moderados foi internalizada no imaginário e na memória dos militares, mesmo que as características dos dois grupos variassem em função de quem falava sobre esse grupo. Eles eram caracterizados como: duros imponderados, fanáticos, autoritários ousados e tendendo à violência política, ou “revolucionários autênticos”; moderados legalistas, democratas e preparados para o poder de Estado, ou frouxos e traidores da causa.

¹² A Doutrina de Segurança Nacional é vista como um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente (ALVES, 1985, p. 23).

1971. A denominada Comunidade de Informações (CI)¹³, foi responsável, em grande medida, pelas arbitrariedades do Estado, que abrangeram prisões extrajudiciais, espionagem ilegal, torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados de pessoas e outras medidas coercitivas que marcaram de forma negativa as forças de segurança, responsáveis diretas pelas ações de repressão do regime militar.

O sistema de repressão brasileiro, especialmente no período de Médici, contava, no início, com a Operação Bandeirantes (OBAN), depois com os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), com os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e com os Departamentos de Ordem Política Social (DOPS).

A OBAN, entre os diversos órgãos de repressão que atuaram no governo de Médici, possivelmente foi o que possuía maior autonomia, pois isso pode ser explicado pela sua formação bastante heterogênea, visto que era composto por civis e militares. Visava a perseguir e desmanchar os grupos armados de oposição ao governo. Sua ação era muito violenta; “sua filiação institucional ambígua assegurou-lhe carta branca para agir com impunidade para seus atos” (D’ARAUJO, 1994, p. 17).

O DOI era uma unidade operacional de nível local, na qual atuavam policiais e militares conjuntamente. Já o DOPS tinha o objetivo de controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. Além de assegurar a disciplinar a ordem no país, os CODIs coordenavam as ações dos vários órgãos que formavam a estrutura repressiva e tentavam evitar, ou até mesmo minimizar, possíveis divergências entre eles, além de estimular suas capacidades de atuação. Entre as funções do CODI figuravam:

Fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer ligação com todos os órgãos de defesa interna, coordenar os meios a serem utilizados nas medidas de segurança (D’ARAUJO, 1994, p. 17).

Com a entrada dos militares na área de repressão criou-se um conflito, em termos de jurisdição, com a Polícia Civil, que ficou “desconfortável” com

¹³ Segundo Fico (2001, p. 93), “a expressão ‘*comunidade de informações*’ – que terminou ganhando uma conotação depreciativa na imprensa, e até mesmo entre oficiais não integrantes da linha-dura – era oficialmente usada”.

uma força hierarquicamente superior. Por isso, o governo federal reorganizou a Polícia Militar (PM), a unidade de controle do tráfego e do público, antes sob o comando dos governos estaduais, agora subordinados ao Ministério do Exército, através do Estado Maior Geral e dos comandos dos quatro Exércitos Regionais. Devido a essa reorganização, o Exército pôde usar a força da PM no combate à guerrilha e, assim, evitou o uso de seus soldados no que a cúpula militar sabia ser um serviço sujo (SKIDMORE, 2004).

O governo continuou a utilizar a repressão muito depois de ter desmantelado a guerrilha no Brasil, pois se tratava de um instrumento poderoso que contava com o uso de tecnologias, tais como sistemas de comunicações por micro-ondas, listas de suspeitos elaboradas por computadores e gravadores para registrar as conversas telefônicas dos suspeitos. Além de todo este aparato, o governo de Médici se utilizava da censura¹⁴, um instrumento governamental de repressão que começara, principalmente, a partir de meados de dezembro de 1968, sob a autoridade do AI-5. Alguns assuntos eram proibidos de circular na mídia nacional, tais como atividades políticas estudantis, movimentos trabalhistas, pessoas privadas de seus direitos políticos e qualquer notícia desfavorável à política econômica do país. Também era feito uso constante dos meios de comunicação para divulgar os feitos de sua administração, e, principalmente, para criar, junto à sociedade, uma imagem positiva de si, ao mesmo tempo em que impunha extrema censura à imprensa, impossibilitando a divulgação, ao público nacional, de opiniões que destoassem da mística do “Brasil Grande”¹⁵. Lembramos, ainda, que o governo também usou, a seu favor, a conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, fator que veio a completar os elementos que compunham o cotidiano do “país do futuro” (FICO, 2012).

Para se comunicar com a sociedade, o governo fez uso de sua Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 1968, ainda no

¹⁴ Por censura, entende-se o exame a que são submetidos trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, para avaliação para liberação da apresentação ao público em geral. (Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br>> Acesso em 27 jan 2015)

¹⁵ Durante o regime militar foram criadas muitas campanhas marcadas por slogans muito repetidos ao final dos comerciais, para enaltecer as realizações do país, especialmente após a vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970. A propaganda teve muita repercussão entre a população em geral e era ridicularizada pelos intelectuais e jornalistas de esquerda (FICO, 2012).

governo de Costa e Silva, e também dos meios privados de comunicação. Essa foi a maneira encontrada por Médici para, a despeito da intensa repressão e suspensão dos direitos humanos e das dramáticas consequências para o país, do “milagre brasileiro” fazer propaganda positiva acerca da situação nacional. Por isso, era necessário tentar passar para a sociedade a impressão da existência de um governo forte e eficiente.

Em termos gerais, essa associação entre autoritarismo político e crescimento econômico, experimentada no governo Médici, refletia a filosofia imposta pela ditadura desde 1964. Ela correspondia à necessidade de os setores nacionais economicamente submetidos ao regime militar implantarem, sob a égide do Estado autoritário, um modelo de desenvolvimento no qual a associação da economia nacional ao capital externo fosse conduzida.

1.4 O GOVERNO DE MÉDICI E O MILAGRE ECONÔMICO

O período de grande desenvolvimento industrial, entre 1968 e 1973, ficou conhecido como o do “milagre econômico” brasileiro. Naquele período o país conheceu taxas de crescimento que variaram entre 11,2% e 14% (ALVES, 1985, p. 145). Esse crescimento devia-se, em grande parte, ao setor industrial, visto que o setor agrícola continuava estagnado. O aumento dessa taxa foi proporcionado pelo aumento dos investimentos estrangeiros. E também devido ao investimento do Estado que aplicou em fundos de investimentos internacionais de crédito, provocando o aumento da dívida externa brasileira.

O investimento estrangeiro

era considerado de fundamental importância para os objetivos de desenvolvimento do país, pois se esperava que a maior eficiência atribuída às empresas multinacionais promovesse um crescimento rápido. Por decisão do poderoso planejador econômico do governo, Delfim Netto, um amplo sistema de incentivos fiscais foi estabelecido por decretos-leis. Deduções e mesmo isenções de impostos passaram a beneficiar o investimento em áreas consideradas pelo governo de crucial importância para o plano global de desenvolvimento, especialmente na região amazônica, no Nordeste e nas planícies centrais. As taxas de juros internas foram mantidas mais altas que as das instituições internacionais de crédito, estimulando os investidores a buscar financiamentos externos.

Os bens destinados à exportação receberam subsídios e, mais importante talvez, os ganhos de capital passaram a beneficiar-se de deduções tributárias, estimulando-se o investimento no mercado de ações (ALVES, 1985, p. 146).

O modelo econômico adotado pelo governo obedecia a uma tendência definida como “produtivista”¹⁶. Essa posição está intimamente ligada à Lei de Segurança Nacional e Desenvolvimento, pois preconiza que é necessário aumentar a capacidade produtiva industrial do Brasil e desenvolver as regiões mais atrasadas do país, para que elas não dificultem o objetivo principal, a realização de todo potencial brasileiro. Porém, esse desenvolvimento não visava à melhoria nas condições de vida da maioria da população, tampouco ao atendimento de suas necessidades básicas. Na realidade, o que houve foi um sacrifício da nação para favorecer o desenvolvimento econômico que não beneficiou a todos os brasileiros. Como justifica a Doutrina de Segurança Nacional, na qual é aceitável, em nome da rápida acumulação de capital, o sacrifício da geração presente naquele momento, assim como também as gerações que se seguiram (ALVES, 1985).

A prosperidade econômica atingiu apenas a camada mais rica do país, cerca de 20% da população brasileira. Devido a isso, o governo de Médici desfrutou, dentro da elite do Brasil, de uma maior aceitação que seus antecessores. Pois utilizava como justificativa para praticar a repressão, a ameaça que os grupos de esquerda representavam para o desenvolvimento econômico. Assim, a classe média possuía poucos motivos para questionar as atitudes do governo e se manteve, durante aquele período, mais propensa a apoiar as medidas tomadas por ele. Durante a presidência de Médici a busca de legitimidade deslocou-se do plano político para o plano econômico (PRADO & EARP, 2012).

Os economistas do governo consideravam o setor de bens de consumo duráveis o mais adequado para o investimento e controle das empresas estrangeiras e o mais importante para atingir as metas globais de desenvolvimento. Então, foram formuladas diretrizes para estimular o investimento internacional, especialmente nestas indústrias. Para isso, O

¹⁶ Segundo essa visão, um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a “arrancada” do desenvolvimento econômico (ALVES, 1985, p. 146).

Estado implementou uma série de incentivos fiscais para aumentar a participação dessas empresas no cenário nacional. (ALVES, 1985)

O governo esperava que a produção de bens de consumo duráveis, de automóveis a aparelhos eletrodomésticos, para um mercado interno limitado, porém cada vez mais rico, mantivesse as taxas de elevado crescimento industrial, indispensáveis ao desenvolvimento econômico. Para efetivar essa estratégia econômica, era exigida uma concentração de renda, pois o modelo econômico posto em prática justificava essa concentração devido à necessidade de mercado interno com possibilidade de absorver os produtos gerados pela indústria. Por isso, a política federal elevou a participação dos membros mais ricos da população, cerca de 20%, diminuindo, de forma considerável, a participação dos 80% mais pobres (PRADO & EARP, 2012).

As consequências do “milagre econômico” entre a população mais pobre foram bem diferentes dos produzidos na classe média. O fato mais marcante desse aumento na produtividade dos anos em que vigorou o milagre, é que ele não representou ganho salarial relevante para a classe trabalhadora. Além disso, o índice antecipado da inflação era sempre mantido o mais baixo possível, e esses dois fatores contribuíram significativamente para a redução real no salário dos trabalhadores (SKIDMORE, 2004).

Com relação ao salário mínimo, utilizado como base para analisar a situação dos trabalhadores assalariados no país, naquele período, houve uma queda. Com ela, o trabalhador perdia gradativamente o seu poder de compra; então, para manutenção desse poder, era preciso que se trabalhasse cada vez mais. Esse “arrocho salarial” promovido pelo governo servia para elevar os índices de lucro para a acumulação de capital. (ALVES, 1985)

Para investir e incentivar as multinacionais, Médici negligenciou setores importantes para a nação. O orçamento destinado à saúde e educação mostrava o baixo grau de prioridade dado pelo governo às necessidades básicas da população mais carente. Por exemplo, no ano de 1973, auge do “milagre econômico”:

o Ministério da Educação e Cultura (MEC) recebeu 5,21% do orçamento total do país. No mesmo ano, o Ministério da Saúde recebeu apenas 1,09% do orçamento total. Em compensação,

o Ministério dos Transportes, que construía as estradas de acesso às jazidas da bacia Amazônia, obteve 12,54%, e os três ministérios militares receberam conjuntamente 17,96% (ALVES, 1985, p. 155).

Além disso, a Constituição de 1967 transferiu para o governo federal todas as principais atribuições orçamentárias, inclusive a coleta de impostos e delegou a responsabilidade da educação primária nas mãos das gestões estaduais. A defasagem fiscal resultante criou um caos no ensino primário, aumentando o índice de evasão escolar e as greves, devido à insatisfação dos professores (ALVES, 1985).

Como podemos notar o “milagre econômico brasileiro” não resolveu os problemas econômicos do Brasil e, em alguns aspectos, até os aumentou, como foi o caso da concentração de renda e do empobrecimento da maioria da população. No campo econômico foi realizada a maior ofensiva de que se tem notícia, na história brasileira, em favor da penetração de capitais estrangeiros. Ela apenas beneficiou aos ricos, resultando no favorecimento dos não necessitados, um castigo aos que foram sacrificados e maldição para aqueles que não o pediram. “O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçavam espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo de Castelo Branco” (PRADO & EARP, 2012, p. 234).

Naquela época percebia-se, nitidamente, as divergências ideológicas entre o Estado e a Igreja. À medida que a instituição religiosa ampliava sua inserção junto às classes populares, padres, freiras, bispos e arcebispos também se transformaram em alvos da repressão policial. Pouco a pouco, representantes do clero católico passaram a assumir uma postura mais crítica com relação à política econômica e social dos governos militares, opondo-se à tortura, à violência repressiva e à condição de miséria de grande parte do povo brasileiro. Ao se opor de modo cada vez mais firme contra a ditadura, a Igreja atraiu diferentes grupos e setores sociais que também eram vítimas da repressão.

1.5 A RELAÇÃO ENTRE O GOVERNO MILITAR E A IGREJA CATÓLICA

Para analisar a relação entre a Igreja Católica e o governo militar será utilizado a contribuição das Ciências da Religião como base teórica, pois elas investigam, sistematicamente, a religião em suas manifestações. Um dos seus elementos-chave é o compromisso de seus representantes com o ideal da neutralidade frente aos objetos de estudo. Não se questiona a “verdade” ou a “qualidade” de uma religião. O objetivo das Ciências da Religião é fazer um inventário, o mais abrangente possível, de fatos reais do mundo religioso que se manifestam no campo social e político. Por isso que as Ciências da Religião têm uma estrutura multidisciplinar. Trata-se de um campo de intersecção de várias sub-ciências e ciências auxiliares. A História da Religião, a Sociologia da Religião e a Psicologia da Religião são as mais referidas. Mas há outras, por exemplo, a Geografia da Religião ou a Economia da Religião¹⁷. Neste caso específico utilizaremos a História para ajudar a explicar como se desenvolveram as tensões entre o regime militar e a hierarquia católica. O estudo do papel da Igreja diante da política e das relações Igreja e Estado na América Latina têm sido uma constante nas últimas décadas. Nesse sentido, a interação da Igreja católica na sociedade civil, durante o regime militar, é evidenciada, sobretudo quando a instituição católica entrou em confronto com a ditadura militar brasileira militar.

A Igreja Católica Romana teve um papel imprescindível durante o regime militar no Brasil; “representou o único centro de oposição institucional” (SKIDMORE, 2004, p. 269), capaz de enfrentar o governo e sobreviver. Porém, é importante lembrar que ela não se constituía em um bloco homogêneo e que, muitas vezes, suas divisões internas impediram de salvar das torturas membros do próprio clero.

Segundo Lima (1979), principalmente o grupo considerado progressista, interveio a favor dos perseguidos pelo regime militar. Parcelas então

¹⁷ Interações entre Ciência e Religião. Entrevista com Dr. Frank Usarski. Revista Espaço Acadêmico, Ano II, Nº 17, Out 2002. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso: 27 jan 2015.

catalogadas como progressistas, do episcopado brasileiro, começaram a elaboração da sua nova ideologia, desde meados de 1950, influenciadas, principalmente, pelas contradições estruturais da sociedade. Para ele, esse grupo ainda precisa ser mais estudado, porém há alguns estudos (em sua maioria estrangeiros) que veem como causa primordial da ação desses bispos o desejo de responder às ameaças políticas do comunismo e, ao mesmo tempo, de encontrar novo modelo de influência que permitisse à Igreja continuar atendendo toda a sociedade. A também denominada “ala progressista”, adaptava conceitos marxistas à doutrina católica, o que acabava por servir de justificativa para o engajamento político de padres e bispos.

Sobre o grupo progressista do clero, Lima (1979, p. 32) afirma que:

Nossa hipótese é que não foi a existência da miséria que estimulou esse comportamento, mas a ação dos miseráveis, dentro de uma situação de conflito. O elemento mais significativo do envolvimento de setores da hierarquia, e que atribui qualidade diferente a esta ação, pode não ter sido a necessidade de ampliar ou defender o catolicismo, com a criação de zonas sociais protegidas do comunismo, mas o envolvimento sincero e (evangélico) de alguns níveis da hierarquia, inclusive bispos (o grupo progressista), com um projeto social novo, que vinha sendo apresentado embrionariamente pelas massas em movimento. (Grifo nosso)

Na década de 1960, militantes católicos, apoiados pela Igreja, formaram o Movimento pela Educação Básica (MEB), a primeira tentativa católica em criar uma prática pastoral radical entre as classes populares. Utilizando como base a pedagogia de Paulo Freire, o MEB objetivava não só alfabetizar os pobres, mas também conscientizá-los e ajuda-los a se tornar agentes de sua própria história. Com o golpe civil militar a Igreja brasileira através do argumento de legitimação eclesiástica dos golpes militares na América Latina, deu sua bênção ao estabelecimento do regime militar (LOWY, 2000).

Com relação ao posicionamento da Igreja,

Embora parecesse que essa posição tinha o apoio de todo o corpo episcopal, incluindo seus componentes mais progressistas, representados por Dom Helder Camara, ela estava longe de ser aceita pelos militantes católicos da JEC, da JUC e da JOC e da Ação Católica em geral (bem como padres e religiosos que trabalhavam com eles), muitos dos quais foram as primeiras vítimas da caça às bruxas lançada pela nova autoridades (LOWY, 2000, p. 141).

Houve, em um primeiro momento, apoio por parte do episcopado e foram tomadas algumas medidas para reformular a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹⁸. O grupo progressista da Conferência dos Bispos, reunido em torno da figura de Dom Helder Camara, foi desarticulado, mesmo que momentaneamente. Ao passo que a hierarquia católica tomava essas medidas, os leigos engajados na luta contra as desigualdades sociais eram reprimidos violentamente pelo novo regime instaurado no país.

Esse comportamento não foi definitivo, demonstrava apenas a tentativa de a Igreja se organizar diante do novo modelo de poder. Aparentemente, essas reações não significavam uma hegemonia moderada e de direita, assim como também a Igreja não se pronunciou criticamente com relação à instauração do regime militar. Diante disso, transparecia a incapacidade do grupo progressista do episcopado em orientar o comportamento desta instituição religiosa em conjunto. Devido ao antagonismo social que permaneceu, após o golpe, esta continuou dividida, mesmo após 1964. A característica dessa divisão era diferente do período que antecedeu o golpe civil militar, ou seja, os setores progressistas não mais dispunham de possibilidades de influenciar no comportamento da instituição, nem de proteger os grupos católicos progressistas da violenta repressão (LIMA, 1979).

Com essas divergências internas da Igreja Católica, combinaram-se alguns acontecimentos históricos que acabaram por reforçar os setores mais progressistas do clero, tais como a exploração das massas trabalhadoras em favor de limitados setores das classes dominantes e dos interesses do capital externos à sociedade brasileira. Isso gerou um antagonismo entre o governo e a classe dominada, bem como a intensa repressão, realizada com uma crueldade inédita no país (e essa violência tornou-se uma rotina). Foi registrado

¹⁸ A 14 de outubro de 1952, de acordo com o espírito modernizante da época, a hierarquia católica funda a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, uma das primeiras entre as conferências existentes no mundo. D. Helder Camara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi seu grande inspirador e promotor, apoiado pelo Vaticano. Foi eleito Secretário-geral até 1964. A estrutura da CNBB também sofreu, ao longo de sua história, diversas alterações. Em 1958 todos os bispos e prelados passaram a ser membros efetivos da conferência, seu principal órgão consultivo era a assembleia geral, ou seja, as grandes decisões da Igreja no Brasil passaram a ser tomadas durante essas reuniões composta por todo o episcopado, que, até 1974, aconteciam a cada dois anos, tornando-se, posteriormente, anuais (SALÉM, 1981).

o aumento da repressão sobre a Instituição, com o registro de vários episódios de apreensões, prisões, invasões de dioceses e igrejas e até mesmo mortes, como, por exemplo, a do Padre Antônio Henrique Pereira Neto¹⁹, ocorrida no Recife.

A necessidade de resguardar-se da violenta repressão, e de preservar a prática pastoral que estava diretamente ligada ao povo e a seus problemas, ocasionou uma situação a partir da qual parte dos membros da Igreja saiu em defesa da população. A defesa dos direitos dos homens passou a ser uma necessidade para a atuação da própria instituição que, assim, conseguiria continuar com sua prática pastoral (LIMA, 1979). Também com o próprio desenvolvimento da Teologia e das pesquisas sociais, que aceleraram a análise da relação existente entre a sua atuação e os problemas da América Latina, desembocando em um movimento que foi chamado Teologia da Libertação²⁰.

Inspirada pela necessidade de aplicar as resoluções do Concílio do Vaticano II²¹ às circunstâncias próprias da América Latina, começou a ser delineada três anos depois de o Concílio ter sido concluído (em 1968), na Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, na Colômbia. Dentre as instâncias de participação social que a Igreja sistematizou periodicamente, a Conferência de Medellín se sobressaiu em sua estrutura, em sua inspiração, nos temas abordados, no horizonte de suas preocupações. Em depoimento, Dom Cândido Padin, Bispo de Bauru, afirmou que o acontecimento de

¹⁹ Em fins de maio de 1969, o Padre Antônio Henrique da Silva Pereira Neto, foi brutalmente assassinado. Porém, apesar das evidências da participação do Aparato Repressivo, vinculado à ditadura militar, o processo, que se prolongou por quase 20 anos, absolveu todos os suspeitos, sob a alegação de falta de provas. Após o crime, vários grupos ligados ao Padre Henrique, como a Igreja Católica e o regime militar, passaram a construir explicações que constantemente entravam em conflitos (CUNHA, 2007).

²⁰ Para Löwy (2000), a Teologia de Libertação é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 60, bem antes de novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos laicos (Ação Católica), Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEB's; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc. Sem a existência desse movimento social não se poderia entender fenômenos sociais e históricos de tal importância do novo movimento trabalhista no Brasil e o surgimento da revolução na América Central.

²¹ O Vaticano II apresentou-se como um Concílio empenhado em levar a Igreja a responder comunitária e positivamente, ou seja, reproduzindo os conteúdos evangélicos essenciais à humanidade de hoje, segundo os critérios da pastoral e do "aggiornamento". Assim como também encontrou a coragem e a convicção suficientes para abandonar o eurocentrismo (ALBERIGO, 2006).

Mendellín foi o primeiro esforço da Igreja, na América Latina, para aplicar as orientações do Concílio do Vaticano II à realidade deste continente. Foi a primeira vez que o episcopado de um continente completo assumiu o compromisso de organizar sua ação pastoral segundo um plano comum. (MORAIS, 1982).

A Conferência não repetiu o Vaticano II, mas o refez, em certo sentido. Além disso, em muitos pontos, deu um passo além: nela emergiu, pela primeira vez, a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²². que de acordo com Salém (1981, p. 53) “trouxo o leigo para dentro da Igreja”. A autora também afirma que se o Vaticano II tentou adaptar a Igreja Católica ao mundo moderno, a Conferência de Medellín procurou ajustá-la à realidade latino-americana, com o capitalismo dependente, miséria, exploração e repressão. Em Medellín o episcopado do continente assumiu, pela primeira vez, a temática da libertação e definiu-se, mas não de forma direta, pelos oprimidos.

Beozzo (1994) destaca que, em Medellín, foi esboçada a Teologia da Libertação e aprofundada a noção de justiça e de paz ligadas aos problemas da dependência econômica, e foi colocado o pobre no centro da reflexão da Igreja.

Com a instauração da ditadura militar, que fechou, progressivamente, todos os canais institucionais de expressão de protesto, principalmente após 1968, a Igreja foi transformada no último reduto de oposição. Os movimentos populares se envolveram com ela, o que contribuiu na sua conversão à causa dos pobres. Ao mesmo tempo, a perseguição constante aos setores progressistas do clero, por parte dos militares, forçou a instituição a reagir como um todo, criando uma dinâmica de conflito permanente entre ela e o Estado. “A partir de certo momento, eram atingidos membros de certo relevo da própria hierarquia, o que obrigou a instituição a elaborar respostas globais às agressões que recebia” (LIMA, 1979, p. 56). Essas atitudes, que se mostravam como uma necessidade de defender-se, colaboraram para o engajamento de

²²O fenômeno da multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) representou uma nova experiência de Igreja, de comunidade, de fraternidade, dentro da mais legítima e antiga tradição e significa uma nova experiência eclesiológica, um renascer da própria Igreja e por isso uma ação do Espírito no horizonte das urgências da época atual. Possivelmente vive-se uma fase de emergência de um novo tipo institucional e de Igreja (ALVES, 1979).

uma parcela cada vez maior da hierarquia católica, que, para defender a instituição, terminava conduzindo a crítica ao sistema político então vigente.

Lima (1979, p. 56) afirmava que:

O engajamento gerou a repressão. A resposta à repressão consolidou a posição dos engajados, que aumentavam a sua influência dentro da instituição que, por isso, se comprometia em maior medida e seria, logicamente, mais reprimida, criando condições para novas e mais fortes respostas da instituição. O desenvolvimento desse processo por quase uma década levou a igreja no Brasil, em sua maioria, assim como as organizações criadas por seu trabalho pastoral, a constituir-se em um dos pilares fundamentais da luta do povo brasileiro contra a opressão da ditadura.

A CNBB, que até o golpe se mostrava a favor das reformas sociais, mesmo que de forma limitada, depois passou a assumir uma posição defensiva. Em 29 de maio de 1964 foi publicada uma Declaração que expressava as representações do comunismo e suas mazelas, os assaltos à ordem estabelecida e toda a fragilidade a que a instituição se expunha naquele momento. O documento era destinado aos sacerdotes, religiosos, organizações católicas e aos fiéis das dioceses, para levar palavras de esclarecimentos, de conforto e de estímulo acerca da situação política do Brasil, e saudavam as forças militares como salvadoras da nação:

Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente (*apud* LIMA, 1979, p. 147).

O golpe militar instaurou um Regime de Segurança Nacional que levou a Igreja a frear seu processo de renovação interna, em que parte da instituição buscou colaborar com os novos ocupantes do poder público. Segundo Salém (1981), até mesmo os bispos reformistas ou progressistas também se apavoraram com o “perigo vermelho” e com a perspectiva de uma “cubanização” do Brasil, e terminaram por apoiar o regime militar como uma saída segura para o país. Ainda de acordo com a autora, até mesmo D. Paulo Evaristo Arns, que se tornou símbolo da luta em defesa daqueles que se opunham ao regime – que na época ainda não era bispo – era simpático ao golpe.

No início, houve um clima de negociações entre a Igreja e o Estado. A hierarquia eclesiástica considerou as primeiras prisões e torturas de religiosos, sacerdotes e leigos como fatos esporádicos que podiam ser superados. Durante o governo do Marechal Castelo Branco, de 1964 a 1967, procurou dar certa cobertura aos padres, no início das perseguições. Já no governo do Marechal Costa e Silva, de 1967 a 1970, houve muitos encontros entre as Instituições, não só para solucionar conflitos, mas, também, para demonstrar união entre ambos (SKIDMORE, 2004).

Porém, no governo de Médici, o clima de negociações não obteve muito êxito, assim como na presidência dos dois Generais que o antecederam. Com o passar do tempo, o governo militar demonstrava, cada vez mais, a sua face autoritária e as áreas de conflito iam ficando cada vez mais definidas. A CNBB vinha produzindo documentos através dos quais já demonstrava seu posicionamento. Em maio de 1964, a Comissão Central elaborou uma *Declaração sobre a Situação Nacional*. Em julho de 1968, Dom Cândido Padin publica um Documento intitulado *A Doutrina da Segurança Nacional à luz da Doutrina Social da Igreja*. Em 1970, a Conferência havia produzido documentos, tais como o Comunicado da XI Assembleia da CNBB – Documento de Brasília (27 de maio de 1970) e, em 1973, os elaborados por duas regionais da CNBB: do Regional Nordeste II saiu *Eu ouvi os clamores do meu povo* e o Regional do Centro-Oeste produziu *Marginalização de um povo – grito das Igrejas*, ambos publicados em 06 de maio de 1973. O conteúdo desses documentos proporciona uma noção da relação conflituosa que havia entre o Estado e a Igreja Católica (LIMA, 1979).

A CNBB é dividida em Regionais que são partes de um todo; porém, é preciso considerar que, nem sempre, pode-se vislumbrar os posicionamentos dentro de uma instituição tão heterogênea como a Igreja Católica, de forma consensual, inclusive há fatores que contribuem para elucidar tais comportamentos. Os dramas vividos pelas classes trabalhadoras das zonas urbana e rural, embora possuíssem características comuns em todo o território nacional, podiam ser acentuadas em determinadas regiões do país. Regiões como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, lidavam com uma realidade extremamente difícil, sempre assombradas pelas situações de miséria. Dessa

maneira, não seria incomum que os bispos dessas regiões mais sacrificadas fossem interpelados com maior frequência pela realidade social.

A publicação desses documentos não significou que a Igreja e o episcopado brasileiro tenham assumido uma luta contra a ordem econômica do país. No entanto, o que se pode notar é a desconfiança de parte do clero brasileiro, com relação às possibilidades de as graves injustiças sociais não serem superadas com a ordem econômica e social vigente à época.

Como já descrito, os dois documentos da CNBB ajudam a compreender a crítica à ordem econômica e social do país durante o regime militar e, assim, desvelam a importância, o sentido e o significado de cada documento para o contexto regional, do ponto de vista político, social e econômico:

Nestes textos, cremos que pela primeira vez com toda a clareza, deixa-se simplesmente de criticar um governo, um regime, para se chegar a denúncias mais diretas e profundas das injustiças e contradições que caracterizam o sistema capitalista (MORAIS, 1982, p. 83).

Esses dois documentos dos Regionais são os mais ousados e importantes da hierarquia. Visto que não possuíam o reformismo habitual ou a usual ambiguidade, tão característicos do estilo diplomático do discurso das instituições eclesiais. Eles são textos de relevante qualidade religiosa, política e socioeconômica. Nos documentos, tanto dos bispos da região Centro-oeste quanto do Nordeste, são apresentados textos de denúncia, analíticos frente à realidade social, econômica e política brasileira; ao mesmo tempo, eles são centrados em um recorte regional e contêm teor profético²³. “*Marginalização de um povo: grito das Igrejas*” reuniu dois bispos (Dom Pedro Casaldáglia e Dom Tomás Balduino) que tiveram importância preponderante nas transformações ocorridas em parte da Igreja brasileira. Tal documento serviu como substrato para as ações de várias instâncias eclesiais da região Centro-oeste na defesa dos trabalhadores rurais e camponeses. Já o documento “*Eu ouvi os clamores do meu povo*” reuniu um grupo de treze bispos e cinco superiores religiosos. Assim como também marcou os rumos da Igreja na região Nordeste (MORAIS, 1982).

²³ Abordaremos esse conceito no próximo capítulo.

No que condiz à particularidade, em *Marginalização de um povo: grito das Igrejas* percebe-se uma linguagem diferente das outras devido à sua linguagem popular, com o intuito de aproximá-lo do cotidiano de seus habitantes, e, principalmente, pela coloquialidade na explicação dos processos que conduzem à “marginalização de um povo”; além da atenção dada à luta pela efetivação dos direitos alcançados pela população rural. Outro ponto distinto é a clara condenação do modo de produção capitalista como causador dos males às sociedades; em decorrência dessa constatação, os bispos proclamam o fim da propriedade privada de qualquer meio de produção e condenam a sociedade dividida em classes. O homem do campo é o que dá substrato à noção de “marginalização” proposta no texto. Conseqüentemente, nele é feita uma análise mais acurada sobre a questão da Reforma Agrária no país. Falam da não efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais presentes nas políticas públicas e legislação e evidenciam o caráter assistencialista e pouco combativo dos sindicatos rurais, descrevem as perversas relações de trabalho no campo, comentam a política agrícola do governo e escancaram a estrutura fundiária brasileira (LIMA, 1979).

A simplicidade do estilo não implicou, de modo algum, simplismo de pensamento e interpretação. O documento é dividido da seguinte forma: a introdução, que é quase uma crônica matuta, apresenta todas as denúncias quanto à situação deplorável do homem do campo, nos seguintes aspectos: emprego e salário, alimentação, higiene, saúde, habitação, assistência à saúde e instrução e educação do povo. Além disso, o texto denuncia uma hipertrofia do latifúndio, o que corresponde a uma atrofia das possibilidades reais de trabalho no meio rural. É feito também um questionamento sobre o cenário da zona rural do país, assim como também é analisada a forma como incentivos fiscais e financeiros terminam por retornar aos grupos privilegiados, e também denuncia a invasão de grandes empresas no meio rural. Vai mais além, no sentido de evidenciar ser insuficiente apenas combater o regime militar, mas, sim, os antagonismos próprios do sistema capitalista, mais nefasto que o regime político. E, por fim, apresenta três conclusões. A primeira descreve que é preciso vencer o capitalismo, considerado a fonte de muitos males. A segunda reitera que é preciso vencer o medo da mudança e dos donos do

dinheiro. E a terceira conclusão é a de que era preciso fazer um mundo diferente, onde os frutos do trabalho sejam de todos; deixando clara a opção pelo socialismo (MORAIS, 1982).

Enquanto que *Eu ouvi os clamores do meu povo*, “apresenta estilo e seqüência de ideias mais elaborados, ainda que não chegue propriamente a uma impositação academicamente elitista” (MORAIS, 1982, p. 83). Em seu conteúdo, denuncia a situação de miséria do Nordeste, abordando os seguintes aspectos da vida na região: desigualdade regional, renda *per capita*, desemprego e subemprego, desnutrição e subnutrição, habitação, educação e saúde. Para os seus redatores, o governo é indicado como causador da miséria da maioria da população, além de ser criticado o modo de governar o país. Com caráter crítico, profético, e apresentando a realidade desvelada sob a ótica da hierarquia eclesial, em plena censura imposta pela ditadura, analisar o referido documento significa, antes de tudo, descrever o contexto histórico, econômico e social da época, para, a partir deste contexto, discutir a repercussão do documento dentro da Igreja e diante da censura. São esses os aspectos que passaremos a analisar, especificadamente, do documento *Eu ouvi os clamores do povo*, no segundo capítulo.

2 “EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO”: A REALIDADE DO NORDESTE EM 1973

*Eu vi a aflição o meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores.
Sim: eu conheço seus sofrimentos*
(Êx. III,7)

Mesmo após 40 anos, completados em 2013, o conteúdo deste documento apresenta uma realidade ainda existente (mesmo que tenha havido melhoras), uma vez que não houve significativas mudanças nas desigualdades hodiernas do Nordeste brasileiro. Baseados em análises de documentos oficiais e em dados estatísticos, os índices apresentados em *Eu ouvi os clamores do meu povo* (1973) ratificam a situação disseminada no imaginário social sobre a região, constatados os indicadores de seu subdesenvolvimento. O contexto apresentado desvela uma área devastada pela miséria e pela opressão.

O documento, publicado no dia 6 de maio de 1973, tem início citando o Livro do Êxodo²⁴, e falando da necessidade de a Igreja se posicionar diante do sofrimento da população do Nordeste. Afirma que a hierarquia da Igreja tem consciência das suas omissões enquanto instituição religiosa no país. Após essa introdução parte para a análise da Realidade do Homem Nordestino, baseado em informações e dados estatísticos produzidos por órgão oficiais, abordando a renda *per capita*, o trabalho, a alimentação, a habitação, a educação e a saúde.

No segundo item aponta Alguns elementos sobre as raízes históricas da situação de miséria e opressão na região. Uma análise aprofundada sobre a origem da situação de dominação e subjugação da Região Nordeste, que provém desde a época da colonização brasileira.

²⁴ O livro do Êxodo é uma continuação do relato do Gênesis, mostrando, de forma histórica, o desenvolvimento daquele pequeno grupo de pessoas, até tornarem-se uma grande nação com milhões de pessoas. O povo hebreu viveu no Egito por 430 anos, sendo que a maior parte deste tempo submetido a um regime de escravidão. O livro do Êxodo registra desde o nascimento de Moisés, a libertação de Israel do seu cativo, a sua caminhada do Egito até o monte Sinai para receber a lei de Deus e as instruções divinas a respeito da edificação do tabernáculo. O livro termina com a construção do tabernáculo como um lugar da habitação de Deus. É dividido em quarenta capítulos. Disponível em <<http://redemissionariacrista.blogspot.com.br/>>. Acesso 23 mar 2015.

No item seguinte, faz um questionamento: “a Caminho do Desenvolvimento?”, no qual retoma a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)²⁵, cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento da região, assim como também analisa os resultados da Autarquia e o seu fracasso diante do seu objetivo. Questiona os resultados de programas de acesso à terra, como o PROTERRA e o FUNRURAL.

O item que segue continua questionando, em “Subdesenvolvimento como fatalidade”. A previsão feita pela Assessoria Técnica da SUDENE afirmava que para o triênio 1970-73 as taxas de crescimento do Nordeste foram a metade das taxas de crescimento do Brasil, o que indicava o aprofundamento das disparidades regionais.

Na sequência, o item “Subdesenvolvimento como opressão” faz uma reflexão sobre o desenvolvimento nacional e sua implicação para a região Nordeste. Considerou também a situação política do país e a ausência de meios legais para contestar as medidas do governo.

Em “Milagre brasileiro”, os signatários admitem que estava sendo realizada a maior ofensiva em favor da penetração de capital estrangeiro e que a concentração de renda no país alcançou níveis altíssimos. E que para não mostrar os verdadeiros efeitos do “milagre” se recorria a uma intensa propaganda, utilizando o futebol como meio de afirmação patriota. Assegura que a falta de liberdade, a violência da repressão, as injustiças sociais e a alienação dos interesses do país ao capital estrangeiro não podem ser um sinal de que o país encontrou sua afirmação histórica.

No tópico seguinte, “Marginalização crescente”, ratifica que o controle da propriedade da terra e do capital por minorias cujos interesses são divergentes da maioria do povo constitui a chave para compreensão da situação de pobreza, opressão e injustiça social.

²⁵ Criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado na região, com o objetivo de promover e coordenar o seu desenvolvimento. Sua criação resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-sul do Brasil, tornando-se, assim, necessária uma intervenção direta na região, guiada pelo planejamento. E essa intervenção foi entendida como único caminho para o desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2009).

Em “O problema agrário” é abordada a situação do homem do campo, na perspectiva política (através das políticas públicas da época), econômica e social.

O documento, na sua conclusão, questiona como pode a Igreja ficar indiferente diante de toda sorte de violação, seja ela econômica, política ou social. Sendo assim, os signatários do documento em análise ressaltam que a Igreja, como uma realidade separada do mundo, “está a serviço do homem”.

Foi assinado por treze bispos e mais cinco religiosos signatários, a saber: Pernambuco - Dom Helder Camara e Dom José Lamartine Soares, da Arquidiocese de Olinda e Recife; Dom Severino Mariano de Aguiar, da Diocese de Pesqueira; Dom Francisco Austregésilo de Mesquita, da Diocese de Afogados da Ingazeira; do Maranhão - Dom João José da Motta e Albuquerque e Dom Manoel Edmilson da Cruz, arcebispo e bispo auxiliar da Arquidiocese de São Luís; Dom Rino Carlesi, da Diocese de Balsas; Dom Pascásio Rettler, da Diocese de Bacabal; e Dom Francisco Hélio Campos, de Viana; da Paraíba - Dom José Maria Pires, da Arquidiocese da Paraíba, e Dom Manoel Pereira da Costa, da Diocese de Campina Grande; do Ceará - Dom Antônio Batista Fragoso, bispo de Crateús; de Sergipe - Dom José Brandão de Castro, da Diocese de Propriá. E seguintes os superiores religiosos: Frei Walfrido Mohn, provincial dos Franciscanos de Recife, Pernambuco; Pe. Hidenburgo Santana, provincial dos Jesuítas do Nordeste, Recife, Pernambuco; Pe. Gabriel Hofstede, provincial dos Redentoristas, Recife, Pernambuco; Dom Timóteo Amoroso Anastácio, Abade do Mosteiro de São Bento, Bahia; e Pe. Tarcisio Botturi, vice-provincial dos Jesuítas da Bahia. Foi composto e impresso na Editora Beneditina LTDA, em Salvador – Bahia, em 06 de maio de 1973.

Este escrito eclesial foi construído por setores da Igreja Católica nordestina e era um duro ataque aos militares. Foi pensado e feito por um grupo de Recife, liderado por D. Helder Camara e um grupo de Salvador formado pelos membros do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), do Mosteiro de São Bento e do grupo *Moisés*²⁶. Depois deste trabalho concluído, ele foi impresso na gráfica beneditina, em Salvador, e começou-se a busca

²⁶ O Grupo Moisés era formado por padres e leigos que se reuniam para se organizarem e promoverem uma resistência conjunta aos militares (VARÓN & CLAUDIO, 2001).

pelas dioceses do Nordeste para que os bispos e Superiores das Ordens religiosas assinassem o manifesto. Os provinciais dos jesuítas da Bahia, Tarcísio Botturi, e o de Recife, Hindenburgo Santana, assinaram o manifesto junto com o abade D. Timóteo Amoroso e o arcebispo D. Helder Câmara. Além deles, mais 14 religiosos (entre bispos e provinciais) assinaram o documento. Porém, muitos se recusaram a assiná-lo (ZACHARIADHES, 2009).

O grupo que participou da construção e assinou o documento se destacava por sua participação política, através dos movimentos sociais da Igreja Católica, causando alguns conflitos entre ela e o Estado. Demonstrou, no texto, uma tentativa da Igreja de se desvencilhar da redoma que a impedia de interagir com o povo, e conscientizá-lo de seu papel, enquanto conjunto de cidadãos que têm direitos e deveres. Atuavam fortemente na pastoral social da Igreja, na qual se configurava a atuação desta com as questões sociais, assim como também sua presença solidária, quando a dignidade humana é negada ou até mesmo ameaçada. Eles constituíam, como afirma Costa (2013), o grupo combativo do episcopado brasileiro. Porém, estabelecer uma classificação dicotômica entre progressistas e conservadores é reduzir a análise a uma discrepância que pouco ressalta acerca da importância daqueles homens, que foram célebres na época.

Sobre a importância do documento e de seus signatários, refletimos

como ficar indiferentes à contundência profética de um documento escrito no auge do período ditatorial por figuras da hierarquia da própria Igreja? Dificilmente se tem notícia de um escrito tão impactante, da autoria de bispos e religiosos católicos! Se hoje, em plena “democracia”, estamos longe de escutar/ler denúncias desse gênero, feitas por leigos e leigas, o que dizer em relação a figuras da hierarquia, em um período tão fechado? Há de se lembrar, com profunda reverência e gratidão, esse legado de um episcopado nordestino (e de outras regiões) com um compromisso e com um testemunho profético-pastoral exemplar. Gente conduzida pelo Espírito de Liberdade, a nos inspirar hoje, bem como as próximas gerações (CALADO, 2013)

Para Moraes (1982), os documentos elaborados pelos Regionais se mostram mais expressivos e densos que os documentos coletivos da CNBB. Segundo o autor, uma das possíveis explicações para esse fato reside na proximidade dos bispos com as urgências concretas de suas regiões. Ele cita o

documento *Eu ouvi os clamores do meu povo* como o que apresenta maior fidelidade no delineamento do quadro social da sua região.

O referido documento, do Regional Nordeste II, não critica apenas o governo: ele vai para denúncias mais profundas das injustiças e contradições do sistema capitalista no país. “São os mais ousados e importantes de toda a vida da hierarquia” (MORAIS, 1982, p. 83). É um texto de elevada qualidade religiosa, política e econômica, no qual se analisa o reformismo econômico e mostra a ineficácia e sua atitude. Aponta tentativas estéreis para transformar a realidade do homem do Nordeste, como a impossibilidade de atuação da função precípua da SUDENE naquele período, a incipiente tentativa de uma reforma agrária na região e a falácia do FUNRURAL e do PROTERRA²⁷. O documento deixa evidente que as atitudes reformistas não obtiveram o resultado pretendido.

Diante do exposto, para analisar o conteúdo do documento utilizaremos uma abordagem histórica, que visa a incluir uma dimensão social e eclesiológica, apesar da premissa do texto analisado seguir a perspectiva do profetismo.

2.1 O CONCEITO DE PROFETISMO E A IGREJA

O termo *profetismo* foi bastante utilizado nas décadas de 1960 e 1970, quando, por vezes, bispos eram designados profetas. Esta expressão foi amplamente discutida por estudiosos eclesiais. Em Bruneau (1974), seus estudos tinham como foco a Igreja enquanto instituição, especialmente em suas relações políticas e a relevância do ideal de mudança. O mesmo autor descreveu e explicou a alteração pela qual a instituição passou, assim como também suas ligações com a sociedade e a política. Ele já demonstrava o crescente reconhecimento da missão profética da Igreja brasileira, não somente nos leigos e padres, mas também no episcopado.

Para Robertella (2010, p. 11),

²⁶ Políticas públicas voltadas para redistribuição de terras e a garantia de alguns direitos aos trabalhadores rurais.

profetas são as pessoas que ousam capturar os anseios do coração de Deus. São aquelas que, debaixo de muita pressão, ataques, ameaças e perseguições, refugiam-se na plenitude do amor de Deus, no qual liberam o perfume da Sua glória.

A representação do profeta, segundo Bruneau (1974), é bastante clara: os profetas afirmam que a sociedade deve ser ordenada de maneira adequada para que os ditames de Deus possam ser realizados; não se envolvem com partidos políticos e atuam de forma política; seus conceitos de religião e comportamentos éticos são iguais; e também anunciam as necessidades da população oprimida e expropriada.

A busca de sintonia com essa concepção profética traz evidências da necessidade de que os bispos da região interviessem a partir do contexto em que se inseriam, o que justifica o sentido do documento:

A situação sócio-econômica (*sic*), política e cultural de nosso povo desafia a nossa consciência cristã. Subnutrição, mortalidade infantil, prostituição, analfabetismo, desemprego, discriminação cultural e política, exploração, crescentes desigualdades entre ricos e pobres e numerosas outras conseqüências caracterizam uma situação de violência institucionalizada em nosso país (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 28).

A Igreja, pressionada pelas novas exigências de uma sociedade que, dela, por vezes, se afastava, precisou se reorganizar e buscar caminhos para sua renovação política, no que se refere a seu posicionamento quanto às atitudes do governo militar com os membros do clero e com a população.

Para Moraes (1982, p. 45):

A Igreja falharia, sem dúvida, no exercício histórico dessa missão profética, se não apontasse o pecado, a iniquidade social de nosso tempo, configurando a exploração do homem, que divide a humanidade em oprimidos e opressores, desde o nível das empresas e dos grupos das nações e dos povos, se não denunciasse os abusos de um poder que se julga colocado além do bem e do mal, quando persegue seus objetivos; se não alertasse contra o egoísmo dos povos e grupos de pessoas que sacrificam seus semelhantes aos seus interesses próprios.

A descrição de profeta, para Moraes (1982), é de alguém que assume grandes riscos, imbuído da ideia de ruptura com uma ordem que não é justa. E a linguagem é crítica, pois “outra característica do discurso é demonstrar uma crença teimosa na possibilidade de transformar, de obter estruturas humanas

mais aceitáveis do que aquelas que se apresentam no momento” (MORAIS, 1982, p. 49).

O texto do documento *Eu ouvi os clamores do meu povo* representou uma corajosa denúncia da realidade do Nordeste e da concepção de desenvolvimento econômico adotada pelo regime militar, que se baseava na opressão política e social. Ela se manifesta através do empobrecimento da maioria da população, e por um estado de medo constante, caracterizado por perseguições, prisões e torturas. Dentro deste contexto, podemos afirmar que foi um documento profético, visto que as dezoito autoridades religiosas que o assinaram, influenciadas por sua missão profética, não se contentaram com o cenário de miséria social e exploração econômica. Além de não temerem a censura e, conseqüentemente, a repressão.

2.2 A REALIDADE NORDESTINA: SUBDESENVOLVIMENTO E INDICADORES SOCIAIS

Com relação ao desenvolvimento do Nordeste, a região apresentava uma grave situação econômica, muito aquém dos investimentos que vinham sendo aplicados anteriormente. Nos anos 1950, cerca de 20 milhões de nordestinos viviam na miséria. A partir da década de 1960, o governo lançou estímulos para empresas virem para a região, com incentivos fiscais; porém, eles não surtiram o efeito esperado, pois os investimentos geralmente eram feitos em tecnologias e não em mão de obra, como se esperava (SKIDMORE, 2004).

Como a política fiscal não foi suficiente para resolver os problemas da região, as elites políticas começaram a articular discursos de incentivo ao deslocamento das populações atingidas pelas secas para outras áreas do país, tanto para o Sul, que se transformou no “Eldorado mítico” dos nordestinos expulsos do semiárido, assim como também para a região da Amazônia, para onde se formou um grande êxodo de trabalhadores nordestinos em direção às terras dos seringais. Reavivando um antigo projeto da SUDENE de transferir os nordestinos para outras regiões do país. O governo de Médici resolveu que iriam ser atacados dois problemas de vez só: o da Amazônia e o do Nordeste. O excesso da população do Nordeste seria transferido para a Amazônia,

atraído pelo Programa de Integração Nacional (PIN)²⁸; logo, assim seriam resolvidos, o problema do déficit populacional da Amazônia e da falta de terras no Nordeste. Essa solução encontrada para a crise nordestina seria vantajosa para o governo, pois não seria muito dispendioso do ponto vista político e econômico (GUILLEN, 2006).

Não obstante, era necessária a transferência de grandes quantidades de recursos do Centro-sul para aumentar a produtividade da agricultura nordestina e também porque o capital privado nunca se interessou por essa região, visto que a lucratividade com outras era bem mais atrativa. A tentativa de desenvolver essas áreas era uma forma de prolongar ou manter o crescimento econômico que vinha ocorrendo no Brasil desde 1969. Isso também legitimava, para o Estado, a tentativa de solucionar impasses de áreas vitais, ajudando o país a superar o subdesenvolvimento (SKIDMORE, 2004).

Houve um crescimento econômico bem acentuado entre 1969 e 1973. Concentrava-se principalmente no setor industrial, devido aos investimentos de empresas estrangeiras, o que acabou por elevar a dívida externa brasileira. De acordo com o modelo econômico brasileiro, aquele investimento era fundamental para o desenvolvimento do país. Para alcançar tal objetivo, o ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, adotou um sistema de incentivos fiscais, estabelecido em Decreto-lei, que contemplava medidas como deduções e isenções de impostos, principalmente para investimentos na Região Nordeste, para integrá-la ao núcleo mais moderno da economia nacional (ALVES, 1985).

O principal problema econômico do Brasil, naquela etapa de seu desenvolvimento, era a disparidade regional de seus ritmos de crescimento. Era um erro apresentar a economia brasileira como um só sistema. No Centro-sul, devido ao nível de renda alcançado, ao ritmo de crescimento que tinha mantido nos últimos decênios, e, principalmente, ao grau de diversidade de seu parque industrial, já tinha relativa expressão de produção de bens de capital. Por seu turno, a economia do Nordeste era bem diferente, pois se a previsão se mantivesse, sua população seria superior a 26 milhões, e a pressão sobre a

²⁸ Durante o regime militar houve a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN) na região Amazônica, e umas das obras de destaque foi a rodovia Transamazônica, com o objetivo de interligar as regiões Norte e Nordeste (OLIVEIRA NETO, 2013).

posse e/ou produtividade da terra aumentaria e a vulnerabilidade à seca seria maior. No entanto, nenhuma modificação relevante tinha ocorrido na sua estrutura econômica. O Nordeste se configurava como a mais extensa e a mais populosa zona de subdesenvolvimento deste continente (ARAÚJO, 2009).

Como o foco principal da análise dominante, à época, recaía sobre o paradigma do desenvolvimento social, sob a perspectiva da dependência econômica, foi dedicada uma atenção especial, pelos redatores do documento, à questão do subdesenvolvimento regional no quadro geral da situação do país. *Eu ouvi os clamores do meu povo* descreveu a realidade do Nordeste fundamentado em alguns índices, tais como *renda per capita da região, trabalho, alimentação, habitação, educação e saúde*.

A partir da divulgação dos dados do Censo do IBGE, de 1970, percebeu-se que a concentração de renda tinha aumentado em relação ao Censo de 1960, revelando a fragilidade da política econômica brasileira, tão enfatizada e amplamente divulgada pelo governo. Tal concentração aumentou a participação dos membros mais ricos da população na renda global, diminuindo, em decorrência, a participação da maioria da população (cerca de 80%), ou seja, os mais pobres.

No período do “milagre brasileiro” a classe média conseguiu manter ou elevar sua parte na distribuição de renda do país. Furtado (*apud* SKIDMORE, 2004), um economista da oposição, reiterava que a má distribuição de renda era uma característica estrutural do sistema econômico brasileiro, sem a qual o crescimento econômico daquele período não seria possível. Mesmo sendo dinâmico, o sistema não superou os problemas estruturais que caracterizam o subdesenvolvimento da economia do Brasil.

No caso do Nordeste, a situação era mais acentuada, pois, na região, as desigualdades se generalizavam e revelavam o abismo de concentração de renda, na perspectiva de uma comparação entre as regiões do país. O documento apresenta dados produzidos pela SUDENE, cuja função precípua era promover o desenvolvimento da região, pontuava estar a *renda per capita* do Nordeste pouco acima dos 200 dólares, o que equivalia à metade da *renda per capita* do Brasil (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973).

Com relação ao *trabalho*, o documento afirma que “o desemprego e o subemprego atingem índices alarmantes na região. 23% das pessoas em idade de trabalhar estão impedidas de usar sua força de trabalho ou a utilizam apenas parcialmente” (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 5)²⁹.

Os fenômenos do desemprego e do subemprego urbanos podiam ser atribuídos às migrações rurais-urbanas que se processavam, de maneira intensa, a partir da década de 1950, criando, assim, uma acelerada taxa de urbanização em ritmo superior à industrialização no país. Como os centros urbanos brasileiros não conseguia absorver o quantitativo de mão de obra, muitos daqueles migrantes ficavam subempregados ou engrossavam o efetivo de desocupados nos centros urbanos do país (ARAÚJO, 2009).

Destacando o problema da *alimentação* e, conseqüentemente, a fome no Brasil, e mais precisamente no Nordeste, ela se mostrou, e tem-se mostrado, como o resultado da ausência da atuação (medidas preventivas) do poder público, adversidade que atinge todo o país, principalmente em períodos de secas. Havia o agravamento da fome, mas também era o impacto do crescimento da concentração de renda e, conseqüentemente, o aumento da população em geral. A fome, isoladamente, não era o único problema; o termo se referia apenas à insuficiência da quantidade de alimentos, causando a subnutrição e, em casos extremos, a morte (CASTRO, 1984). As conseqüências da subnutrição não são facilmente superadas, destarte exigem uma assistência contínua. Muitas vezes, a alimentação irregular que traz conseqüências tão graves para a evolução social e econômica da população é, em sua maioria, causada mais por fatores sociais, econômicos e culturais do que pelos fatores da natureza. Frequentemente a subnutrição se refletia em aspectos sociais muito relevantes para o indivíduo, como saúde e educação (CASTRO, 1984).

²⁹ Tais dados foram fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro semestre de 1970. O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente, no Brasil, a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, tinha como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre.

O escrito eclesial denunciava as condições de subnutrição que dominavam o Nordeste, abrangendo parte considerável da população. Utilizou como referência o relatório da pesquisa, publicada em 1968 pelo Instituto de Fisiologia e Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE³⁰ (Nutrition Survey On Northeast): “a impressão mais geral, confirmada através de exames clínicos foi de subnutrição ou pouco desenvolvimento físico” (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 5).

Essa afirmação se confirmava nos estudos de Castro (1984, p. 13), sobre a fome no Brasil:

Tempos atrás, um surto de sarampo, de um tipo violento e infeccioso, que praticamente dizimou uma localidade mineira do Vale do Jequitinhonha, revelou, ou confirmou a situação calamitosa, em matéria de saúde e desnutrição, de toda aquela região. Logo em seguida, ou pouco tempo antes, as cifras eram enumeradas no documento trágico de 18 altas autoridades eclesiásticas que mostravam a mesma situação por todo o Nordeste.

Ainda de acordo com o documento, pesquisas realizadas em algumas cidades nordestinas mostraram índices alarmantes com relação ao consumo médio de alimentos por habitante, baseados em percentuais sobre o cientificamente recomendado para adultos e crianças, respectivamente: “calorias, 56%, proteínas (total), 81%, cálcio, 74%, vitamina A, 4%, vitamina C, 54%; calorias, 51%, proteínas (total), 56%, cálcio, 79%, vitamina A, 7%, vitamina C, 27%” (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 5). Afirma, também, que a fome na região possuía características epidemiológicas.

Para Castro (1984, p. 7),

se a carência de moléculas indispensáveis for menos pronunciada, determinará o mau funcionamento do organismo, desenvolvimento defeituoso das crianças, a fraqueza parcial dos adultos, certa desagregação mental e, por fim, a degeneração progressiva terminando por provocar o desaparecimento de grupos humanos. Os efeitos de uma má alimentação são, por conseguinte, muito mais profundos e mais amplos do que se pensava. Influem na duração e na qualidade

³⁰ E em 1957, por iniciativa do médico Nelson Ferreira de Castro Chaves, foi fundado o Curso de Nutricionistas do *Instituto de Fisiologia e Nutrição* da Faculdade de Medicina de Recife (atual Curso de Graduação em Nutrição do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE), apontado por alguns estudos como o primeiro curso brasileiro a formar profissionais voltados para atuação em Saúde Pública (VASCONCELOS, 2001).

da própria vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações.

A fome, no Brasil, é consequência direta do seu passado histórico, no qual os grupos humanos estiveram, constantemente, em conflito com os meios natural e social, sempre preocupados em manter as vantagens econômicas das elites do país³¹.

Tal cenário social brasileiro de desarmonia era, em grande parte, devido à incapacidade do poder público de equilibrar o bem estar social e os interesses particulares ou privados. É dever do Estado formular políticas de desenvolvimento nacional, com identificação clara das ações públicas e privadas. Além da renda, do trabalho e da alimentação, a *habitação* é também um elemento básico que constitui um “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver sua cidadania.

No texto *Eu ouvi os clamores do meu povo*, é citada publicação da SUDENE, “Habitação”, do Departamento de Recursos Humanos, de 1970, que estimava ser o déficit habitacional, na região, de 2,3 milhões de unidades, e com previsão para o aumento daquele número. Afirmava, também, o descompasso existente entre os crescimentos populacional e do número de moradias. “No decênio de 1940-50, para um crescimento da população de 24% o número de habitações cresceu apenas 21,7. No decênio seguinte, para um crescimento da ordem de 25%, correspondeu um aumento de domicílios de 18%”. (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 6). Em seguida, denuncia, de acordo com a mesma publicação da SUDENE, que o Banco Nacional da Habitação financiou, para o Nordeste, apenas 14% do total de moradias para o país como um todo, até 1967.

O cenário apresentado era o de uma região com déficit habitacional, além de ser destacada a baixa qualidade das habitações e as condições sanitárias mínimas para a dignidade humana. No grande retrato dessas sub-

³¹ Castro em seu livro *Geografia da fome* (1984), considerava áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações cadenciais no seu estado nutricional, sejam estas permanentes (áreas de fome endêmicas), sejam transitórias (áreas de epidemias de fome). Ele também classificou o Brasil em cinco áreas alimentares: 1) área da Amazônia; 2) área da Mata do Nordeste; 3) área do Sertão do Nordeste; 4) área do Centro Oeste; 5) área do Extremo Sul. Ele afirma, também, que, das cinco regiões, apenas três são áreas de fome: a Área da Amazônia, a da Mata e a do Sertão Nordestino.

habitações, segundo o texto, eram mais representativas as habitações que formavam as favelas. Metade das habitações era de material de qualidade inferior, evidenciando o abismo das desigualdades social e econômica existentes nas famílias da região.

Todas as referências, já citadas, sobre os indicadores e as desigualdades sociais, têm influência direta sobre a *educação* das pessoas. Esta se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano, descrito na legislação que assegura esse direito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “toda pessoa tem direito à educação” (UNESCO, 1948). Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, no capítulo II, seção I, artigo 22, diz que “todo ser humano tem direito ao acesso e a permanência à educação básica” (BRASIL, 1996, p. 165).

Voltando ao contexto de *Eu ouvi os clamores do meu povo*, no tocante à educação, na década de 1960, há o destaque do movimento de educação como uma forma de mobilização social adotada no Brasil. Paulo Freire, principal expoente na área, se destacara com o seu Movimento de Educação Popular e mobilizara o povo com seu projeto de alfabetização. Sua ação de ascensão democrática das massas começou, em 1962, no Nordeste, onde existiam cerca de 15 milhões de analfabetos para uma população de 25 milhões de habitantes. Em sua obra reitera a visão dicotômica entre opressores e oprimidos, e os valores do Evangelho, como esperança, anúncio/denúncia, amor, utopia e libertação. Com o golpe de 1964, Paulo Freire foi acusado de comunista e foi exilado (FREIRE, 2009).

Na década seguinte, 1970, os índices ainda eram alarmantes: na região, entre as crianças de 5 a 8 anos, encontrava-se índices de analfabetismo de cerca de 60%, e a taxa de analfabetismo no país era de 40%. Nos estudos de Rigotto & Souza (2005) este último dado é ratificado, e os autores esclarecem o conceito de analfabetismo, segundo o IBGE: analfabetos são aqueles incapazes de ler e escrever, assim como também as pessoas que apenas assinam o próprio nome.

Para os Bispos e Religiosos do Nordeste (1973), na década de 1970, a rede de ensino era insuficiente para atender a toda população em idade escolar e só suportava metade dessa demanda. Outros pontos importantes: a evasão

nas séries iniciais do primário, em torno de 30% a 78%; o número de matrículas caía vertiginosamente, dependendo do Estado; percebia-se a precariedade nas instalações físicas, na infraestrutura e nos equipamentos e materiais didáticos; os professores sofriam com a baixa qualificação e pelos baixos salários; também havia dificuldades no recrutamento de leigos para o exercício do magistério, devido, inclusive, a baixa atratividade de salários. Não havia evolução nas matrículas do ensino secundário e para o ensino superior só chegavam 5% dos que iniciavam o primário. Em nível nacional, o Nordeste apresentava-se sempre na base das regiões, não conseguindo ter evolução, melhorar sua participação no conjunto do ensino brasileiro. De acordo com os Anuários Estatísticos do Brasil, do IBGE, entre 1961 e 1970 o Nordeste, em termos de matrícula no ensino secundário, o número permanecia em 17%. E para o ensino superior houve uma diminuição para o ingresso, pois era de 16% em 1961 e, em 1970, era de 14%.

O mesmo documento evoca a encíclica papal *Pacem in Terris*³², publicada dez anos antes que, baseada no Evangelho, afirma: “Deriva também da natureza humana o direito de participar dos bens da cultura, e, portanto, o direito a uma instrução de base e a uma formação técnica e profissional” (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 7).

Faz o mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 26º (UNESCO, 1948):

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

Ainda hoje convivemos com um grande problema que impede o pleno desenvolvimento do nosso país: a falta de investimento suficiente na educação básica, e a consequência disso, desvela a má qualidade na educação. Verifica-se que é um fator relevante, visto que, através dela, os indivíduos possuem mais possibilidades de conseguir trabalhos qualificados, além de participarem

³² *Pacem in Terris*: o direito à existência e a um nível digno de vida; ao respeito a sua dignidade e a sua liberdade; o direito de participar dos benefícios da cultura; direitos, em suma, que se referem à vida do homem em sociedade (ALVES, 1979, p. 181)

ativamente da vida política e assim, terem pleno conhecimento dos seus direitos e deveres. O problema educacional, então ainda vigente, também era considerado, nos anos 70, uma razão para o atraso nordestino. O Nordeste necessitava, urgentemente, superar a barreira de um baixo nível de média de escolaridade.

Não menos relevante, e da mesma forma associada diretamente aos outros indicadores já discutidos, no documento ressalta-se a questão da *saúde* no Nordeste brasileiro.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definia saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades" (1946). A Constituição de 1967, em seu Artigo 8º, seção XVII, afirma ser dever da União defender e proteger a saúde (BRASIL, 1967) No período de elaboração do documento em análise era esta Lei que regia o país; esta era a definição e a obrigação do Estado no que se referia à saúde.

Embora sendo um direito essencial, atualmente os índices da saúde, no Brasil, ainda são alarmantes. Na década de 1970, no Nordeste do país, a situação não era diferente. Os baixos níveis de higiene representavam, para a SUDENE, "elevadas taxas de morbi-letalidade, em concordância com a renda per capita" (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 7). As doenças transmissíveis, geralmente decorrentes da falta de estrutura sanitária e de controle epidemiológico, agravadas por fatores de natureza econômica, eram responsáveis por mais de 22% das mortes na região, sendo muito elevada a mortalidade infantil. Esse quadro ratificava a baixa expectativa de vida da população do Nordeste: 50 anos; e ainda menor para os homens – 47 anos, ante 53 para as mulheres.

Os serviços de saúde, na região, eram precários. O número de médicos por grupo de 1000 habitantes era 0,2; sendo, nas capitais, de 0,8; e o número de leitos para 1000 habitantes ficava em torno de 1,9.

Essa configuração da saúde talvez retrate a consequência do conceito ampliado de saúde, conforme formulado posteriormente, na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986:

Em sentido amplo, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986).

Eu ouvi os clamores do meu povo citava as principais doenças que atingiam a população do Nordeste, como a esquistossomose, que apresentava elevada incidência, chegando quase a 90% em áreas que possuíam curso de água. A doença de Chagas, também com índices elevados, e a tuberculose, que possuía uma taxa de mortalidade de 80%, muito superior se comparada essa taxa com a dos países desenvolvidos, que era de 20%. Diante de tal quadro de doenças, os religiosos explicam que nelas são encontradas ligação com fatores de natureza econômica e que as doenças transmissíveis são responsáveis por 22% das mortes na região.

Outro aspecto importante era a mortalidade infantil³³ com um elevado índice: morriam, no Nordeste como um todo, cerca de 180 crianças por cada grupo de mil nascidas vivas. Já nos centros urbanos, onde os serviços médicos se concentravam, o número era de 98 crianças para cada mil nascidas vivas.

Em face de todo esse quadro social da população, conforme descrito nos indicadores sociais e econômicos (renda, trabalho, alimentação, habitação, educação e saúde), passaremos à análise do contexto histórico, econômico e social que esclarecem alguns elementos sobre as raízes desse quadro.

2.3 AS BASES DO QUADRO HISTÓRICO, SOCIAL E ECONÔMICO

Trata-se, agora, de passar ao exame, do ponto de vista das ciências sociais, das condições que produziram a situação retratada anteriormente, através dos indicadores sociais. São apontadas várias causas, entre elas a formação histórica do Brasil e a economia baseada em ciclos. Na história econômica brasileira, a noção de ciclos econômicos foi utilizada para identificar

³³ O IBGE (2014) define taxa de mortalidade infantil como sendo a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Expressa-se em uma relação para cada mil crianças nascidas vivas.

os movimentos de crescimento e declínio das atividades econômicas: extrativistas.

No caso do Nordeste, a entrada em declínio da monocultura da cana-de-açúcar exatamente onde estava a concentração da economia do país, fez com que “transcorrido o período áureo da produção açucareira, a região se colocasse, progressivamente, à margem do desenvolvimento nacional” (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 9). Ainda de acordo com o documento, o Nordeste seguiu um caminho diferente da economia nacional, havendo uma preservação de características da economia colonial, pautada no latifúndio e na exploração da força de trabalho, o que continuou sendo a base do poder econômico e político. No entanto, mesmo com perspectivas favoráveis para o desenvolvimento e a expansão da agricultura de subsistência, com a incorporação de novas terras, a economia nordestina sofreu a interferência direta dos fatores climáticos no crescimento dessa atividade.

Uma modificação na distribuição das chuvas ou uma redução no seu volume, que impossibilitava a agricultura de subsistência, bastava para desorganizar toda a atividade econômica, instalando uma crise. Daí as características de calamidade social das secas (ARAÚJO, 2009).

A ação do governo, no sentido de combater os efeitos das secas, vinha sendo caracterizada por medidas de curto e longo prazos. As medidas de curto prazo resultaram na criação de fontes de ocupação que permitiram à população mais afetada manter um nível mínimo de renda. As medidas de longo prazo se concretizaram na construção de açudes de pequena ou grande magnitude. Os pequenos açudes foram construídos em cooperação com proprietários de grandes fazendas e serviam, especificadamente, aos objetivos destas. Os grandes açudes eram financiados, totalmente, pelo governo federal, e constituíam um elevado esforço para reter águas que se precipitavam de forma concentrada e corriam, em regimes desordenados, para o mar. Porém nem as medidas de curto nem as de longo prazo contribuíram para modificar os efeitos das secas na região (ALENCAR JÚNIOR *et al*, 2005).

As políticas públicas desenvolvidas continham um traço patriarcal e assistencialista, mantendo a dependência da maioria da população que estava

ligada à economia de subsistência. Nesse contexto, a Igreja muitas vezes se posicionou ao lado da cultura dominante e, do mesmo modo, contribuiu para a manutenção desse ciclo de dependência, divergindo dos preceitos do Evangelho.

No que se refere ao acesso à terra, uma das políticas públicas de destaque, mesmo que de forma negativa, foi o Estatuto da Terra, criado pela lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Tinha como função regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Em seu primeiro parágrafo, inciso primeiro, considera Reforma Agrária como sendo “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

Devido a sua ineficácia para resolver o problema do latifúndio no Nordeste, a criação do Estatuto da Terra representou a esperança de uma Reforma Agrária; contudo, acabou sendo apenas uma estratégia política utilizada pelo governo para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. Os objetivos estabelecidos pelo Estatuto eram basicamente dois: a execução de uma Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura. Mas, diante do exposto no documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, podemos constatar que o primeiro objetivo ficou apenas no papel, enquanto o segundo recebeu a atenção do governo, principalmente com relação ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura.

Na década de 1960, foram tomadas as primeiras iniciativas para estender a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais. A primeira dessas iniciativas, o Estatuto do Trabalhador Rural, de 2 de março de 1963, regulamentou os sindicatos, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FAPTR, posteriormente, em 1969, denominado Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL. Na prática, a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais não se efetivou, pois os recursos financeiros e administrativos indispensáveis para sua efetivação não foram previstos na legislação.

Em 1971, foi lançado o Programa de Assistência Rural, PRORURAL, ligado ao FUNRURAL, que previa alguns benefícios, tais como aposentadoria e aumento dos serviços de saúde até então concedidos aos trabalhadores rurais. Previa, também, a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores maiores de 70 anos de idade, no valor de metade do salário mínimo; pensão, equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral, para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico-cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral. No entanto, a eficácia do programa ficava comprometida, uma vez que a legislação que o criou também previu que os recursos requeridos seriam obtidos através de um imposto que recairia sobre a comercialização dos produtos rurais e, parte, por tributação incidente sobre as empresas urbanas (BRUMER, 2002).

O documento eclesial salientava que o FUNRURAL e o PRORURAL, assim como outras medidas, foram criados após a eliminação das condições dos camponeses reivindicarem seus direitos, concedendo esses programas reformistas como um presente dado pelo governo ou pelo sistema. Mostrava, também, a inutilidade dessas reformas feitas a partir de estruturas ultrapassadas. Afirmava ainda que o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) possuía um alcance muito limitado, tanto em números de beneficiários quanto no de áreas atingidas.

Isso estava de acordo com o pensamento dos bispos, para quem,

não há sinal de que os mecanismos de desapropriação e de aquisição de terra, mediante financiamento, constantes do PROTERRA, farão surgir no Nordeste uma estrutura de propriedade fundiária diferente da que hoje se conhece. (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 14-15).

O texto citado ainda analisa outras medidas de caráter reformista do governo, como a instalação do FUNRURAL e do PRORURAL, bem como a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador do campo. Mas defendia, de forma veemente, a SUDENE como uma autarquia que traria esperança para o povo, como projeto oficial de combate ao subdesenvolvimento, na forma de uma luta prolongada.

2.4 NORDESTE: ENTRE A EXPECTATIVA DO DESENVOLVIMENTO E O RESTABELECIMENTO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Com a análise de todas essas políticas públicas utilizadas para amenizar o sofrimento do homem do Nordeste, pudemos perceber quão reduzida foi sua eficiência, seja pela falta de vontade dos governantes de alterarem a estrutura fundiária da região, seja porque boa parte desses governantes era composta por grandes proprietários de terras.

No entanto, a maior expectativa de romper com a miséria no Nordeste, se concentrava na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Como causa imediata da criação do órgão, pode-se citar uma nova seca, a de 1958, que aumentou o desemprego rural e o êxodo da população. Igualmente relevante foi uma série de denúncias que revelaram os escândalos da "indústria das secas" (BIELSCHOWSKY, 2009).

Historicamente, as secas prolongadas, características do semiárido do Nordeste, seguiram a trajetória das gerações de homens e mulheres que se sucederam nesse espaço e que criaram/desenvolveram peculiaridades para assegurar a sua sobrevivência em meio a essas especificidades climáticas. A estiagem pode ser destacada como um dos principais fenômenos da natureza que acentuava os problemas sociais da região, levando-a a apresentar os mais elevados índices de pobreza do país. Convém ressaltar, no entanto, que esses problemas sociais não decorrem, apenas, das especificidades naturais regionais. A questão reside na forma como os sertanejos eram explorados pelas oligarquias rurais aos quais estavam subordinados e que monopolizavam os recursos naturais como as terras para cultivo e pecuária, os reservatórios de águas etc. (BURITI; AGUIAR, 2008).

Para combater os efeitos da seca, na região, foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, que se constituiu na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, através do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu, ainda em 1919 (Decreto nº 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida

em 1945 (Decreto-Lei nº 8.846, de 28 de dezembro de 1945), vindo a ser transformado em Autarquia Federal, através da Lei nº 4229, de 1º de junho de 1963. Ela foi, de 1909 até por volta de 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região, e fez de tudo. Construiu açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas, e foi, até a criação da SUDENE, a responsável única pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região (DNOCS, 1984).

A SUDENE foi criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, e sua Secretaria-executiva foi entregue a Celso Furtado, de 1959 a 1964. A partir de 1964, com o golpe civil-militar, a SUDENE foi incorporada ao novo Ministério do Interior, e sua autonomia, recursos e objetivos foram enfraquecidos ou até mesmo alterados. Órgão criado para diminuir as diferenças entre o Nordeste e o Sul-sudeste, não teve seu objetivo alcançado, pois o número de empregos nas indústrias criadas foi insuficiente para resolver os graves problemas da região, e não modificaram os padrões de miséria nem estancaram as migrações. Em termos de concentração de renda, nada mudou (ALENCAR JÚNIOR *et al*, 2005).

Eu ouvi os clamores do meu povo também analisou a proposta da SUDENE, que apontava para dois objetivos: intensificação dos investimentos industriais na região – com recursos e estímulos do Governo Federal – e transformação concomitante da agricultura nordestina, com base em programas de Reforma Agrária e colonização. No entanto, o próprio documento afirma que a SUDENE não pôde realizar o trabalho a que se propôs por uma lógica do sistema ao qual estava ligada e devido a um processo de esvaziamento que lhe retirou as principais condições de exercer suas atribuições. E continua afirmando que “hoje a região recebe apenas cerca de um quarto dos recursos do 34 e 18³⁴, quando do princípio eram integralmente destinados ao Nordeste (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 13).

³⁴ Os incentivos fiscais do Sistema 34/18 visavam a estimular a atividade privada, para complementar os investimentos públicos em infraestrutura e em setores de base.

A questão agrária e a estrutura fundiária nordestinas também foram fontes de análise:

A Reforma Agrária que ainda não foi realizada, embora houvesse concordância geral sobre sua necessidade, a qual não só foi reconhecida pela agência de planejamento regional, como também amplamente ratificada por estudos posteriores de outros órgãos técnicos, o que fez com que fosse insistentemente anunciada, como propósito da Política de Governo na Região (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 14).

O mesmo documento afirma, também, que o Plano de Desenvolvimento Regional (PND), para os anos de 1972-73, ainda em fase de apresentação, foi substituído pelo Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), que previa um número bem menor de assentamentos e que tinha uma orientação completamente diferente da autarquia.

No esforço da construção da SUDENE estiveram presentes membros da Igreja envolvidos em ações de combate à miséria e à opressão, como D. Helder Camara. De acordo com os escritos do texto, a Igreja se mobilizou para a concretização da criação da Superintendência, pois ela representava uma esperança e uma resposta oficial do governo em face de ser luta tão antiga. Com a sua criação, tentou-se responder à necessidade de redefinir o papel do Estado no Nordeste, uma vez que ela se colocou como catalizadora e orientadora das suas ações gerais na região. Mas, diante do contexto, a SUDENE, dentro dos seus limites de atuação, não conseguiu atender as necessidades da população.

Não se tratava de uma defesa explícita eclesial em favor da autarquia. A Igreja apenas julgava os modelos históricos para apoiar e/ou combater a atuação do ponto de vista humano. Portanto, de acordo com o documento, a SUDENE não conseguiu corrigir as disparidades regionais e, conseqüentemente, superar o subdesenvolvimento da região, que era apontada como uma das causas do subdesenvolvimento do país. Como afirma o documento:

Pressuposto da criação da SUDENE e fundamento para a execução de sua política, constituía o argumento de que o grande problema do desenvolvimento brasileiro residia no subdesenvolvimento nordestino (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 12).

Para Furtado (1963), o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalista modernas em estruturas arcaicas. Era caso típico, o que ocorria na região Nordeste. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se em diferentes estágios. Podem coexistir empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria, com uma larga faixa de economia de subsistência. O caso brasileiro é bem complexo; para o mesmo autor, a economia brasileira apresenta três setores no período por ele analisado: um principalmente de subsistência; um segundo, voltado essencialmente para exportação; o terceiro, constituído por um núcleo industrial voltado para o mercado interno.

Sobre o conceito de subdesenvolvimento, Magalhães (1976, p. 24) afirma que

conduz imediatamente à idéia de desenvolvimento, entendido este como distinto de crescimento econômico. Este, como incremento do produto global, ou do Produto Interno Bruto (PIB) per capita obtido pelo constante aumento do capital disponível por trabalhador, o que por sua vez, é possibilitado por tecnologia em constante progresso. O desenvolvimento econômico se define como o processo de acelerado crescimento de um país subdesenvolvido com o objetivo de eliminar o atraso econômico. Aceitando-se o produto por habitante como indicador adequado do crescimento econômico, o desenvolvimento se manifesta por aumento deste em ritmo mais acelerado do que o usual em economia madura, É, de fato, através da expansão mais rápida do produto por habitante que se eliminará a grande diferença hoje existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

“O subdesenvolvimento continua sendo a nota característica mais importante do Nordeste” (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 4). Em princípio, foi diagnosticada como uma região econômica deprimida e periférica, inserida em um país também periférico no contexto internacional, mas que possui um eixo econômico dominante, que era o centro-sul (FERREIRA, 2009). Assim, o Nordeste, como área atrasada, de baixos níveis de industrialização e produtividade, representava a periferia, enquanto o Centro-sul a parte territorial industrializada e de mais alto nível de produtividade, representava o centro. Desse modo havia, no país, dois sistemas econômicos, cuja tendência era o

aumento das diferenças de desenvolvimento e ampliação das disparidades regionais.

E essa situação estava pautada nas políticas econômicas instauradas, no Brasil, durante a ditadura militar. Uma delas foi

o “milagre brasileiro”, despido, de um lado, da crença popular, da devoção e da esperança, resulta, de outro lado, no favorecimento dos não necessitados, implicando num castigo aos que foram sacrificados, maldição para aqueles que não o pediram (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 18).

Os signatários do documento denunciavam o “milagre brasileiro”, reiterando que não resolveu os problemas econômicos do Brasil e, em alguns aspectos, o aumentou, através de seus efeitos como a concentração de renda e o empobrecimento da maioria da população (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973).

De acordo com o sistema capitalista a sociedade encontra-se dividida em dois grupos: o daqueles que possuem os meios de produção, que compram a força de trabalho para fazer funcionar as suas empresas; e o dos trabalhadores, que são obrigados a vender a sua força de trabalho em troca dos salários. Nos primeiros tempos da História, por quase toda parte, encontramos uma disposição da sociedade, segmentada em classes sociais. Os países que eram então chamados de Terceiro Mundo possuíam uma ideologia que, concomitantemente, os acionava e os justificava: do desenvolvimento. Ela se caracterizava por ser bifacial, pois podíamos falar em uma ideologia para as classes. A classe dominante tem como objetivo a acumulação de capital excedente; a classe dominada acredita que o arrocho de hoje significa um esforço necessário para que, posteriormente, haja uma distribuição justa ou, pelo menos, com mais equidade para uma vida digna (ALVES, 1985).

Diante desta perspectiva, o governo tentava, nesta época, apresentar ao mundo um país com tendência ao crescimento econômico e constituído por cidadãos com orgulho de sua pátria. Para isso, a ação da censura e a força da propaganda tiveram grande destaque, utilizando o futebol como uma forma de união nacional e evitando-se publicar qualquer notícia que destoasse daquele clima, vivido tão fortemente na década de 1970.

2.5 A PROPAGANDA, A CENSURA E A IMPORTÂNCIA DO DOCUMENTO NO BRASIL

A imagem do Brasil, disseminada para os próprios brasileiros, na época, através da propaganda maciça e da utilização do futebol como uma afirmação de pertença à pátria brasileira, fez com que boa parte da população apoiasse o governo militar. Como já discutido anteriormente, na década de 1970 o Brasil vivia o auge da ditadura, quando a perseguição política aos opositores do regime e a censura aos meios de comunicação eram muito intensas. O cenário relatado no texto não indicava que o país tinha encontrado o caminho para sua afirmação histórica. Em vez disso, mostrava um país marcado pela miséria e pela opressão.

Por outro lado, a necessidade da repressão, para garantir o funcionamento e a segurança do sistema capitalista associado, manifesta-se cada vez mais imperiosa, revelando-se inexorável no cerceamento das instituições constitucionais dos legislativos, na despolitização dos sindicatos rurais e urbanos, no esvaziamento das lideranças estudantis; enfim no dispositivo da censura, nas medidas de perseguição a operários, camponeses e intelectuais, nos vexames infligidos a padres e militantes das Igrejas cristãs, tudo isso assumindo as mais variadas formas de encarceramento, torturas, mutilações e assassinatos (BISPOS e Religiosos do Nordeste, 1973, p. 28).

A censura foi uma das armas de que o governo militar utilizou para calar seus opositores e impedir que qualquer tipo de mensagem contrariasse ou questionassem as atitudes do governo. O Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, estabelecia a censura prévia, exercida de duas maneiras: ou uma equipe de censores³⁵ instalava-se permanentemente na redação dos jornais e das revistas, para decidir o que poderia ou não ser publicado, ou os veículos. Aqueles que recusavam a censura prévia sofriam a autocensura os

³⁵ O censor pode ser defendido como o que pratica o ato censório; o crítico, no sentido de quem encerra um julgamento, o funcionário público encarregado da revisão e da censura de obras literárias ou artísticas, ou do exame crítico aos meios de comunicação de massa: jornais, rádio e televisão, entre outros. Esse ofício surgiu no Império Romano onde sua função era a contagem da população e também a vigilância dos bons costumes. Já nas sociedades contemporâneas adquiriu uma leitura psicanalítica, na qual os censores seriam como parte do superego, definido como lócus da personalidade responsável por ideias e valores, que age de forma inconsciente sobre o ego, contra as pulsões que provocam culpa. Essas pulsões refletem uma tendência permanente e em geral inconsciente que guia e incita a prática do indivíduo. Neste sentido, o papel do censor, do superego, seria o defensor, guardião, vigilante e zelador para que partes reprimidas do inconsciente não aforem no consciente (KUSHNIR, 2001).

jornais eram obrigados a enviar antecipadamente o que pretendiam publicar para a Divisão de Censura, do Departamento de Polícia Federal, em Brasília. O controle sobre a imprensa já havia sido regulamentado pela Lei de Imprensa nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que restringia a liberdade de expressão. No entanto, a situação se tornou mais crítica com o estabelecimento do Ato Institucional Nº 5, bem como com o Decreto-Lei nº 898, denominado Lei de Segurança Nacional (LSN), de 29 de setembro de 1969, complementada no ano seguinte pelo Decreto-Lei nº 1.077 (FERRARINI, 1992).

No âmbito pernambucano, os órgãos componentes da estrutura administrativa da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR) eram alvo de inúmeras visitas da polícia e também eram vítimas da censura que imperava no país. Por mais de uma vez a AOR foi alvo da presença de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Polícia Federal (PF). Na maioria das vezes essas visitas visavam a apreender publicações cujo conteúdo fosse considerado subversivo ou contestador das medidas do governo. Essas visitas podiam ser “individualmente ou em grupos, munidos ou não de ordens judiciais” (ALENCAR, 1994, p. 92).

Ainda de acordo com o mesmo autor, existiam dois palácios episcopais: um deles, o do Manguinhos, oficial, que durante várias décadas sediara todas as funções ligadas ao governo arquidiocesano, era o local de trabalho de Dom Helder; e o outro, na verdade nunca chegou a receber oficialmente esta denominação, conquanto por muitos fosse assim chamado. Era o Jiriquiti, em alusão à rua onde se encontrava localizada. Ali funcionavam a Cúria Metropolitana, a Secretaria-geral da Arquidiocese, o Serviço Administrativo Arquidiocesano, a Cáritas Diocesana, a Coordenação Pastoral, Comissões de Ação Social, Ecumenismo, Liturgia e Catequese, além do Movimento de Evangelização “Encontro de Irmãos” e da Comissão de Justiça e Paz. Enfim, no Jiriquiti ficavam localizados todos os setores relacionados à operacionalização da pastoral, tanto do Regional Nordeste II quanto da própria CNBB. Era um local de “reuniões e um ponto de encontro de pessoas ligadas às atividades da Igreja tidas como incômodas para o regime” (ALENCAR, 1994, p. 92).

No mês de maio de 1973, seis homens fortemente armados entraram de maneira intempestiva, fecharam as portas, bloquearam os telefones e

trancafiaram em uma sala todas as pessoas que lá se encontravam. A razão dessa visita foi o documento “*Eu ouvi os clamores do meu povo*”, que contava com a participação e assinatura de Dom Helder e Dom Lamartine, Arcebispo de Olinda e Recife e Bispo Auxiliar, respectivamente. A busca nas várias dependências do prédio resultou na apreensão de vinte e dois exemplares, que foram recolhidos pelos homens que invadiram o local. No entanto o número de exemplares recolhidos foi muito inexpressivo, diante da quantidade que a Arquidiocese conseguiu colocar em circulação.

Precavido, Dom Lamartine havia guardado cerca de três mil e oitocentos exemplares em um local estratégico do Jiriquiti, os quais começaram a ser distribuídos em algumas horas após a ocorrência aqui relatada. Pequenos lotes do documento eram entregues a funcionários do Jiriquiti e às pessoas de confiança que passaram por lá naquele dia, com instruções para despachá-los, em momentos e locais diferentes para diversas dioceses do Brasil. A fim de evitar riscos de apreensão, cada pessoa recebia recomendação para colocar o lote que lhe fora confiado em uma agência específica dos correios, outras eram instruídas para efetuar a remessa por outros meios, tais como ônibus, avião, ou mesmo entregasse pessoalmente, quando o destinatário residisse em alguma cidade localizada na Arquidiocese. Graças a essa providência, o “*Eu ouvi os clamores do meu povo*” foi largamente divulgado e alcançou grande repercussão (ALENCAR, 1994, p. 94).

O episódio em Pernambuco, apontado como uma estratégia para salvaguardar o documento da repressão do regime militar, demarcou historicamente o seu caráter emblemático. Como já relatado, este retratava uma década de descaso e negligência com o Nordeste brasileiro, em um país marcado pelas desigualdades regionais e o subdesenvolvimento social. A característica mais destacada neste escrito eclesial – a opressão – não se apresentava diretamente nos veículos de comunicação, devido à censura.

A atuação da censura não se reduzia a negar ao público o direito de se informar onde quisesse e a negar aos autores o direito de divulgação. Ela não teve o mesmo efeito sobre tipos diferentes de jornais e revistas, afetando uns relativamente pouco e condenando outros ao fechamento. Os veículos tipicamente políticos, que concentravam a sua atenção, opinião e noticiário sobre este tema, dependiam da liberdade de imprensa em grau muito maior do que os grandes diários, que apresentavam aos seus leitores uma ampla gama

de opções: anúncios, esportes, literatura, diversões, ciência etc. O impacto sobre aqueles que se concentravam na política foi muito forte, e vários saíram de circulação, em consequência, em maior ou menor medida, da censura (AQUINO, 1999).

Dessa forma, no terceiro capítulo iremos apontar a importância das fontes jornalísticas, da imprensa escrita em Pernambuco e a atuação da censura para inibi-las, nesta época. Deste ponto de partida, vamos analisar de que forma o documento foi retratado e se foi retratado, nas reportagens dos anos 1973-74 publicadas no Jornal do Commercio, no Diário de Pernambuco, Boletim da Arquidiocese de Olinda e Recife nos anos de 1973-74, assim como em arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Também analisaremos a entrevista com Dom José Maria Pires, na época Arcebispo da Paraíba, representante vivo dos signatários. Portanto, o terceiro capítulo tratará, metodologicamente, da análise documental e bibliográfica da circulação das informações, sobre a repercussão de *Eu ouvi os clamores do meu povo*.

3 AÇÃO DA CENSURA NA IMPRENSA ESCRITA E A REPERCUSSÃO DE EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO

Aquilo sobre o que ninguém fala ou escreve não existe.

(ÉRICO VERÍSSIMO, 1971)

Adentrar os caminhos tortuosos e obscuros das publicações (ou falta delas) nos anos 1970, devido à censura, configura uma missão semelhante a “procurar uma agulha em um palheiro”. O que dizer de um documento censurado e confiscado, que só veio à tona porque um grupo obstinado de religiosos defendeu alguns de seus números com o esmero de guardiões da palavra de Deus: um escrito denunciador das malfetorias dos governantes que deixaram uma herança histórica de dívida para uma Região do Brasil (Nordeste).

A censura nos meios de comunicação foi um importante instrumento da ditadura, para assegurar a governabilidade durante o regime de exceção. Naquele período, eram montadas centrais de monitoramento para manter a ordem política e a segurança nacional, além de filtrar todo tipo de informação que circulasse no país e sobre o país.

A instituição censória, no plano moral, interditou espetáculos públicos que tratavam de temas “polêmicos” como aborto, métodos contraceptivos, homossexualismo, relações extraconjugais, prostituição, conflitos familiares e consumo de drogas; e, na esfera política, que tivessem como principal objetivo discutir questões políticas, como a revolução brasileira, a luta armada, as guerrilhas urbana e rural, a luta de classes, o movimento estudantil, a doutrinação comunista, a conscientização popular, a repressão política, os mecanismos de controle, as Forças Armadas, entre outros, ou fizessem referências secundárias ao universo político, aos planos do governo nas áreas da saúde, da habitação, da economia etc., à corrupção policial, à política externa, às relações diplomáticas, à sociedade capitalista, às autoridades políticas, entre outros (SOUZA, 2010, p. 235).

A imprensa, em tal contexto, foi um dos principais meios de comunicação censurados à época, através da Lei de Imprensa³⁶. A ausência de informações características da própria temática deixa no ar várias questões, uma delas se refere à extensão dessa censura e as suas causas. Ela era essencialmente federal e concentrava suas atividades em Brasília. A despeito das atividades da censura, sempre foi permeada de segredos e sua análise é feita com base em pedaços esparsos de informação.

Soares (1989) infere que a censura é um instrumento de proteção do Estado, utilizado para esconder o próprio autoritarismo e, conseqüentemente, manter a aparência democrática; e também que a ditadura não foi integrada nem harmônica, foi composta por vários setores com diversos graus de autonomia. Como tal, esse mesmo Estado utilizou a censura como “meio”, para que se protegesse das aspirações das demais camadas da população, mantendo-se como defensor de objetivos minoritários.

Ao assumir o poder, em 1964, os militares passaram a agir em duas frentes principais. A primeira foi supervalorizar a informação. A segunda foi controlar todo fluxo de notícias, veiculado pelos meios de comunicação, através de decretos revolucionários e leis nem sempre legítimas. Isso não quer dizer que a imprensa brasileira atuava livremente no país após a instauração do golpe civil militar, pois o SNI (Sistema Nacional de Informações) já dava suas primeiras lições aos jornalistas que contestavam a “revolução”. Mas, a partir da edição do Ato Institucional nº 5, toda a imprensa brasileira empreendeu difícil caminhada para tentar exercer seu papel de informar ao público, ao passo que sofria todo tipo de pressão e violência, das quais a censura foi a maior delas. (MARCONI, 1980)

Tentaram implantar, a partir de 1968, uma violenta censura política às informações, na tentativa de criar um mundo fictício para concorrer com a realidade nada agradável do país. Os governos militares que se seguiram, uns mais outros menos, agiram de acordo com o princípio de que “quem não está comigo está contra mim”. Por isso os militares passaram a vislumbrar

³⁶ A Lei de Imprensa, criada e promulgada no ano de 1967, no início da ditadura militar brasileira, serviu como instrumento de repressão à liberdade de expressão. Sob a égide dessa Lei, inúmeros atos de censura foram realizados, dificultando a função primordial da imprensa, ou seja, informar aos cidadãos a real situação do país.

subversão em tudo, não admitiam ser questionados ou mesmo criticados, bem como afirmavam que os meios de comunicação brasileiros foram usados como uma arma pelos inimigos.

Diante dessas características, para apresentar as fontes documentais e bibliográficas sobre *Eu ouvi os clamores do meu povo* e a repercussão de um documento tão polêmico, à época, recorreremos ao acervo de dois dos principais jornais de grande circulação em Pernambuco, Estado a que pertencia a maioria dos hierarcas signatários do escrito. Além destas fontes de imprensa escrita, também relataremos as bases documentais encontradas no Boletim da Arquidiocese de Olinda e Recife, assim como em arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ainda conseguimos uma entrevista com Dom José Maria Pires, na época Arcebispo da Paraíba, representante vivo dos signatários, para ilustrar o relato de quem idealizou e participou da construção do Documento estudado.

3.1 RELAÇÕES ENTRE A IMPRENSA, O REGIME MILITAR E A IGREJA CATÓLICA

Ao longo da história do Brasil a imprensa obteve um lugar importante na sociedade brasileira, com a função de esclarecer os fatos políticos, econômicos e sociais para a população e de denunciar supostas irregularidades no país. Ao adotar essa postura, a imprensa concedia, a esse mesmo público, uma possibilidade de defesa e de expressar sua opinião de forma que esta pudesse ser levada em consideração pelos órgãos governamentais, a fim de que o desejo da maioria predominasse. Para que isto acontecesse, era fundamental a liberdade de imprensa nos meios de comunicação.

Durante o regime militar a liberdade de expressão no Brasil ficou bastante limitada. O país estava sob os desígnios da Lei de Segurança Nacional e, naquele contexto estabelecido, se encaixava a Lei de Imprensa, de 1967. Em seu primeiro artigo, afirma: “é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da

lei, pelos abusos que cometer”. No entanto, logo em seguida, no inciso primeiro diz: “Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de conceitos de raça ou classe” (BRASIL, 1967). Portanto, aqueles que não concordassem e se manifestassem contrários à ordem política estabelecida atentavam contra a lei. Percebemos, assim, que a Lei de Imprensa foi publicada em um momento em que, para os militares, eram necessários instrumentos para a aparelhagem, que funcionasse como uma defesa contra a subversão. Mesmo amparado na legislação o Estado não é o único que desempenha o papel de controlar a circulação das informações no país. Ele não é capaz de, sozinho, silenciar a imprensa, mas, aliado com a classe dominante, esse controle se torna possível.

Dali em diante passou a haver uma relação de colaboracionismo de parcela da imprensa com os órgãos de repressão, especialmente após o AI-5, ou seja, a atuação de alguns setores dos meios de comunicação do país manteve estreitas relações com o governo militar. Portanto, além de não fazerem frente ao regime e a sua forma violenta de reprimir as ações contra o governo, parte da imprensa também apoiou a barbárie. Abramo (1988) sinaliza para um acordo entre parte da imprensa e o Estado autoritário após 1964.

Não podemos tratar da imprensa, naquela época, sem nos aprofundarmos na censura durante o militarismo. Partindo dessa premissa, Soares (1989) ratifica que as raízes da censura foram lançadas por Getúlio Vargas, pois estava presente no Código Penal de 1940; então, a ditadura militar utilizou o que já havia na legislação. Sua atuação durante os 21 anos de governo militar não foi uniforme, houve oscilações de intensidade, assim como também a ação variou de jornal para jornal.

De acordo com Aquino (1999), a censura se desenvolveu em dois períodos, entre 1968 e 1975. De modo geral, assumia um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos. No primeiro momento, entre 1968 e 1972, tem-se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, e em que o procedimento praticamente se restringia a telefonemas e bilhetes enviados às redações. Na segunda fase (de 1972 a 1975) há uma radicalização da atuação censória, com a

institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que ofereciam resistência. Observou-se que, em parte desse período, o regime político recrudescera em termos repressivos, momento em que o controle do Executivo pertencia aos militares identificados com a chamada linha-dura.

A partir de 13 de dezembro de 1968, data de publicação do AI- 5, “a censura à imprensa escrita viveu períodos de maior ou menor intensidade e variou seu modo de atuação de acordo com o periódico, a extensão de suas denúncias e com a intensidade de sua resistência” (AQUINO, 1999, p. 208). Pequena foi a variedade das expressões utilizadas para explicitar as proibições: “De ordem superior”, “Fica terminantemente proibido”, “Proibida a divulgação”. Os chamados “terroristas” e os genericamente conhecidos como “comunistas”, inimigos públicos do regime, e, portanto, alvos inegáveis de perseguição, não podiam ter divulgada a ação de sua repressão. As mortes por “atropelamento”, por “tiroteio” em perseguição com a polícia, os “suicídios” forjados – versões oficiais das mortes cometidas pela repressão política – não podiam ser noticiados. De acordo com o momento e com os interesses em questão, assuntos anteriormente permitidos poderiam passar a ser proibidos. (*Idem*).

Ainda na perspectiva da autora, o ano de 1972 marcou a radicalização e a instauração da censura prévia, e coincidiu com a discussão da sucessão presidencial que levaria à escolha do general Ernesto Geisel. Nos anos seguintes, entre 1975 e 1978, a censura passou a ser mais restritiva e seletiva: lentamente foi se retirando dos órgãos de divulgação, bem como diminuindo de intensidade as ordens telefônicas e os bilhetes às redações.

Neste recorte encontra-se o período em que *Eu ouvi os clamores do meu povo* foi desenvolvido. Para entender todo o processo pelos quais passou a imprensa, é preciso estabelecer alguns conceitos e características relativas à censura e à própria imprensa escrita, pois, como destaca Aquino (1999, p. 233),

as variáveis de ordem temporal e a diversidade dos periódicos em face dos objetivos do Estado autoritário brasileiro permitiram a elaboração de um perfil, multifacetado e não aleatório, da atuação da censura.

Para Ferrarini (1992), alguns extratos sociais, conforme seus interesses tenham sido feridos ou tenham sido protegidos, identificavam a imprensa como

boa ou má. A boa é considerada comportada e, com isso, pôde contar muitas vezes com privilégios. Já a má é acusada de atentar contra a moral e os bons costumes e de conspirar contra a ordem social. Ainda de acordo com o autor, neste último grupo “foi incluída boa parte da imprensa alternativa, ou da pequena imprensa, seminários” (p. 39). Na imprensa alternativa foram tratados muitos temas polêmicos durante a vigência do governo militar no Brasil (1964-1985), que não puderam ser tratados pela grande imprensa por causa de interesses políticos e econômicos. A título de exemplo podemos citar o jornal Pasquim.

Em se tratando da imprensa escrita, a censura demonstra-se de duas formas: a *empresarial*, que é quando o jornal se adéqua as pretensões dos anunciantes de modo a valorizar os interesses destes, em detrimento de se omitir quanto a sua própria linha editorial; a *censura política* se faz de acordo com um contexto histórico preciso da ditadura, é exercida pelo Estado que determina o que pode ou não ser divulgado. (AQUINO, 1999)

A censura política caracteriza-se como censura *prévia* e *autocensura*. A *prévia* é definida pelo direito que o Estado tem de vigiar e interceder na publicação de periódicos; ela era utilizada quando os jornais se recusavam à autocensura. No entanto, a *autocensura* era a aceitação das ordens emitidas pelo Estado na construção da notícia, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias; o que não se pode afirmar com certeza, uma vez que nem sempre era explicitado de onde vinha exatamente a ordem. Muitas discussões e justificativas foram feitas quando alguns grandes jornais optaram nessa direção.

A censura política foi feita através de diversas formas, e a sua utilização de uma ou de outra forma tinha consequências financeiras e organizacionais, e certamente políticas para o jornal ou revista em questão. A censura prévia implicava, seja a presença de uma equipe de censores³⁷ na redação, ou a autocensura que consistia na obrigação de enviar para Brasília as matérias

³⁷ Os censores eram membros da Polícia Federal, sob o comando do Estado, e se responsabilizavam por monitorar o jornal de acordo com seus interesses, tendo o poder de veto das notícias que feriam os interesses da ditadura. Com o passar do tempo, os censores foram submetidos a um processo de uniformização, que exigia nível universitário, e foram “obrigados” a frequentar a Academia Nacional de Polícia fazendo testes que, teoricamente, unificavam a sua capacitação. Mas os censores, por serem de diversas áreas acadêmicas, muitas vezes não compreendiam a realidade jornalística.

para que fossem analisadas pelos censores. No entanto, esse envio era complicado para os jornais, pois muitos periódicos não puderam arcar com o ônus dessa viagem, muitas vezes também as respostas das análises chegavam em cima da hora para organizar a edição. Obviamente esses fatos influenciaram na qualidade da publicação, não só pela interferência política e ideológica, como pela necessidade de inserir textos improvisados nos locais onde foram vetadas as publicações (SOARES, 1989).

De certo modo, embora eventuais resistências possam ter ocorrido – criando-se imagens figuradas que forçavam uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo burlando-se ordens expressas – a autocensura representava uma capitulação, uma vez que o papel censório era transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assumia a função de comunicar a seus repórteres o que podiam ou não escrever (MARCONI, 1980).

Tais ordens eram informadas aos jornais através de telefonemas, cartas ou até mesmo “bilhetinhos” que eram encaminhadas às redações dos jornais. Os jornais que sofriam a autocensura, e até mesmo a censura prévia, muitas vezes utilizavam-se de métodos para driblar a situação. Uma das consequências, no jornal censurado, era o surgimento de lacunas em suas páginas, que eram muitas vezes deixadas em branco ou preenchidas com letras de músicas, receitas, poemas, anúncios irrelevantes, imagens descontextualizadas. Outro método eram as mensagens subliminares nos textos jornalísticos que emitiam ao leitor as ações e repercussões do regime. Com isso, os censores mudavam a abordagem para com os jornais, movendo, assim, a censura para outro local, tais como a delegacia (AQUINO, 1999).

O clima nas redações dos jornais era de medo, pois qualquer pessoa podia ser presa, sequestrada, torturada ou até mesmo desaparecer para sempre. Devido a isso, muitos jornalistas brasileiros, sem contar com incentivos para resistir por parte dos donos dos órgãos de imprensa, pouco se empenharam na luta contra a censura (MARCONI, 1980).

Soares (1989) afirma que as publicações sobre a censura política, trabalhavam exclusivamente com os bilhetes e as ordens telefônicas. Ele conclui que as proibições foram numerosas durante o período do governo de Garrastazu Médici e mantiveram-se altas durante o primeiro ano do governo de

Geisel, reduzindo a partir de 1975. Entre os anos de 1970-78, a proteção do Estado foi o conteúdo da maioria absoluta das proibições.

O exercício de dominação levado a efeito pela censura prévia cumpre, então, seu papel de ocultar ao público leitor, através da permissão apenas da difusão de um discurso harmônico de um lado e igualitário de outro, parte do que se dava no âmbito da produção das condições materiais da existência: a violência das contradições entre interesses de camadas antagônicas e a opção por objetivos minoritários geradores de desigualdades e injustiça social.

Assim se disseminam interesses particulares, como se representassem objetivos de todo o corpo social. Acredita-se, entretanto, que ao utilizar a temática da proteção, a censura esteve atenta à diversidade da produção dos vários órgãos de divulgação sobre os quais atuou, variando na defesa do regime autoritário, mas cônica de seus interesses e, raramente, agindo de modo aleatório ao sabor das influências de caráter esporádico e individual, sofreu a ação do tempo e reagiu às flutuações internas do Estado (AQUINO, 1999).

Para a autora (p. 250):

Tão “subversivo” quanto o conteúdo das matérias censuradas era possibilitar ao leitor o conhecimento da existência da própria censura. Daí a preocupação com ocupar os espaços deixados pela “tesoura” do censor. Tribuna da Imprensa foi tão censurada que a ela foi permitida a exceção. Exaurida pelo exercício de substituição dos cortes pôde publicar espaços em branco.

Os militares também solicitavam que matérias de seus interesses fossem amplamente divulgadas, chegavam às redações acompanhados por uma circular do superintendente da Polícia Federal da região. A Polícia Federal pediu, por exemplo, que a imprensa desse o mais amplo destaque a alocução do cardeal D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, intitulada “Não cabe à Igreja opinar sobre política econômica”³⁸. Era uma clara resposta aos religiosos nordestinos que haviam elaborado *Eu ouvi os clamores do meu povo* (MARCONI, 1980).

³⁸ Essa matéria foi publicada pelo Diário de Pernambuco, no dia 1º de julho de 1973.

Não havia preocupação com a verdade, pois as notícias falsas nunca foram censuradas, elas foram desmentidas. Segundo o autor, em suas pesquisas, apenas em três ocasiões ele encontrou explicações dos censores, em seus textos, sobre o porquê da censura, e a afirmação era a de que aquela informação estava sendo censurada por não corresponder à verdade. Uma delas foi acerca da denúncia de que oito policiais haviam invadido a Cúria Metropolitana de Recife, apreendendo todos os exemplares do documento dos Bispos do Nordeste. A censura alegou, na sua proibição, que a notícia estava vetada “por ser absolutamente falsa” (MARCONI, 1980).

Como já discutido, no Brasil, todas as atividades individuais ou coletivas estavam, desde 1964, sob o controle das Forças Armadas. Nenhuma ideia, nenhuma notícia poderia circular oficialmente sem a autorização, prévia ou posterior, da censura. Mas essa dominação era incompleta, porque dela escaparam as comunicações eclesiais, mesmo que o principal jornal católico do país, pertencente à Arquidiocese de São Paulo, fosse dos poucos diários a hospedar, permanentemente, um censor na sua redação.

A Igreja conseguiu manter relativa independência face ao regime e fez com que adquirisse uma importância política destacada na atuação de parte do clero, assim como também de leigos, que se destacaram em pastorais e comunidades eclesiais de bases. Não deixa de ser irônico, aliás, que esta importância política se tenha tornado incomparavelmente maior durante o período em que a Igreja deixou de concordar com o Estado e passou a incentivar as transformações sociais, o período de acumulação de forças e clarificação da opção ideológica, do que no tempo em que a voz do episcopado começou a incomodar as autoridades do governo em virtude de alguns documentos que relatavam a situação então vigente no país.

As suas palavras encontravam eco em uma sociedade abalada pelas perseguições políticas e pela repressão. Inclusive muitas famílias das vítimas do regime perceberam essa influência e solicitavam a intercessão dos bispos junto ao Estado para dar proteção aos seus membros presos. A imprensa mal reproduzia algumas passagens dos documentos votados e aprovados pela CNBB e seu conteúdo não ganhava destaque no Congresso e nem mesmo suas principais ideias e seus questionamentos eram discutidos, embora

refletissem os anseios de grande parte da sociedade. O posicionamento da Igreja Católica demonstrou seu envolvimento social, questionando e exercendo pressão política contra as arbitrariedades do regime militar.

Um dos representantes do clero que denunciava as medidas do regime militar foi D. Helder, ele fazia severas críticas ao modelo de desenvolvimento social, político e econômico, que o Estado pretendia impor à sociedade. Principal articulador da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Helder Camara teve suas fala e suas entrevistas muitas vezes censuradas. O governo utilizou a censura para silenciá-lo principalmente a partir do ano de 1968, o AI-5 limitou muito os pronunciamentos de D. Helder, visto que muitas de suas falas eram consideradas subversivas e, portanto, atentavam contra a Lei de Segurança Nacional. Logo após, ele foi proibido de aparecer nos meios de comunicação e, finalmente ficou proibida a simples menção ao seu nome em qualquer tipo de artigo na imprensa (FERRARINI, 1992).

O documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, se insere nesse contexto de denúncias contra as injustiças sociais e falta de liberdade, por isso houve a tentativa de proibir a sua publicação. Na época de sua edição, no auge da censura e até a sua extinção, seu conteúdo foi considerado subversivo e atentatório contra a Lei de Segurança Nacional. Por isso se faz necessário analisar o que foi noticiado/escrito sobre esse texto eclesial, que, guardadas as proporções, ainda é atual em alguns de seus principais aspectos.

3.2 EU (E QUASE NINGUÉM) OUVI(MOS) OS CLAMORES DO POVO: INDÍCIOS DE SOBREVIDA DE UM DOCUMENTO ECLESIAL

Como já descrito, *Eu ouvi os clamores do meu povo* nasceu diante de uma imprensa censurada. Estudar sua repercussão diante deste traço limitante requer um mergulho na História, através da busca por dados publicados na época. O material a ser analisado, como jornais, boletins, documentos, nos revelam armadilhas, a serem decifradas e daí tratarmos como indícios da sobrevivência de um escrito eclesial, ao longo da História.

Novas concepções e perspectivas sobre a fonte jornalística surgiram a partir dos anos 1970, período no qual as críticas à História tradicional e sua metodologia pela Nova História, direcionam os novos rumos da historiografia. Atualmente alteram não só o modo de fazer história, mas também os métodos sobre a análise e crítica de novos documentos. Assim como também o diálogo com outras disciplinas das ciências humanas e o processo de ampliação do campo de preocupação dos historiadores com a renovação temática, trouxeram contribuições metodológicas importantes para a História, além de forçarem o historiador a repensar as fronteiras de sua própria disciplina, assim como a própria concepção e análise crítica dos documentos. É nesta linha de interseção que a História dialoga com as Ciências da Religião.

Houve um redimensionamento do objeto religião, através de sua relação com as variáveis históricas que emergem deste novo contexto teórico. A religião deixou de estar isolada dos outros campos de saber e perdeu nitidez, mas ganhou em complexidade, porque novas relações históricas surgiram. Por vezes, buscou-se enforçar a religião em conexão com as estruturas sociais e econômicas, já outras preferem buscar fundamentos no inconsciente individual ou coletivo. Nesta interface, a religião perdeu seus privilégios e passou a ser abordada, geralmente, em interface com algum outro campo do conhecimento. Com a ampliação dos atores sociais nas sociedades democráticas, os religiosos e seus fiéis passaram a ser vistos e ouvidos como objeto de estudos (ALBUQUERQUE, 2007).

Neste campo do saber a pesquisa em documentos é uma técnica que contribui para seu desenvolvimento, sendo esta indispensável. A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos, como jornais e revistas arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000).

A importância e limites da fonte jornalística, como afirma Sodré (1977), por muitas razões fáceis de ser demonstrar, conduzem ao entendimento de que a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Pois o controle dos meios de divulgação de informações e ideias é uma luta em que aparecem organizações e pessoas das mais diversas situações, social, cultural e política, o que representa vários interesses e aspirações.

Já Weinstein (1980), afirma a importância coletiva de trabalhar com jornais, pois poucos periódicos são produtos de uma única pessoa. Quanto à omissão de fatos, isso pode ser ou não deliberado ou pelo menos discutido. Os jornais, se analisados corretamente, permanecem uma das fontes primárias mais ricas, tanto para informações sobre acontecimentos históricos e ideologia, quanto para assuntos sociais e econômicos, embora os jornais devam ser analisados com a cautela que tais fontes merecem. Portanto,

o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. [...] A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A “vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p. 21)

Diante desses conceitos e características das fontes, escolhemos o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio pelo fato de serem os dois jornais de maior circulação em Pernambuco, e os mais antigos no estado em que se concentrava a maior quantidade de prelados que assinou o documento. Conforme já esclarecido anteriormente, devido à censura que vigorava no país e como o conteúdo do documento era claro na crítica ao sistema político, econômico e social, mesmo antes de sua publicação, os órgãos responsáveis pela censura já tinham dele conhecimento e, por seu teor, emitiram uma ordem proibindo qualquer menção ao documento dos bispos do Nordeste.

Como já mencionado anteriormente, houve pouca repercussão no país sobre *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Nas pesquisas nos referidos jornais nos anos subsequentes a sua publicação (1973-74), apenas uma matéria fez alusão ao documento analisado, mesmo assim de forma indireta e nenhum trecho foi transcrito, nem mesmo seu nome foi citado. Por isso, é preciso olhar com cautela o que foi publicado sobre este texto eclesial, visto que, na época, o contexto social não era favorável a esse tipo de contestação. No Jornal do Commercio nada foi publicado nos anos pesquisados. E no Diário de Pernambuco só encontramos uma matéria³⁹.

No dia 30 de julho de 1973, uma matéria foi publicada no Diário de Pernambuco, intitulada “Não cabe à Igreja opinar sobre economia diz bispo”. A reportagem foi retirada do programa radiofônico “Voz do Pastor”, do dia 15 de julho, depois publicado no “Correio do Povo”, de Porto Alegre. O cardeal Dom Vicente Scherer condenava a socialização e a nacionalização dos meios de produção, e ressaltou também que não poderiam ser renunciados direitos tão “irrenunciáveis” do homem e que sua dignidade não estaria a salvo, senão em uma organização econômica que respeite a propriedade e a iniciativa de indivíduos ou dos grupos no trabalho e na criação de riquezas. A reportagem traz, na íntegra, a fala do bispo. A primeira parte afirma que a propriedade dos meios de produção ocupou um lugar de destaque nos tratados que versam sobre organização social e questiona “a quem devem pertencer as fábricas, pequenas e grandes, que impulsionam o progresso e o bem-estar? De quem será o solo que cultiva? E o lucro que se auferi da comercialização da produção industrial e dos frutos da terra generosa e fecunda?” Logo em seguida, o próprio Dom Vicente propõe duas respostas possíveis, faz uma análise dos meios de produção no regime comunista e no que ele chama de regime de iniciativa particular, se referindo ao sistema capitalista.

Nos parágrafos seguintes segue defendendo o sistema capitalista e apontando motivos para não se aceitar o comunismo, explicando que o regime comunista daquele período mostra que esse caminho não era o mais viável,

³⁹ Conforme pesquisa nos arquivos do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco nos anos de 1973 e 1974, realizada no Arquivo Público de Pernambuco, localizado na Rua do Imperador Pedro Segundo, 371 - Santo Antônio, Recife.

visto que, ao concentrar todo poder nas mãos do Estado, subordinava os trabalhadores aos desmandos do poder público e desorganizava o próprio processo de produção. E admite que os direitos da iniciativa particular decorrem da autonomia e da consciência e da responsabilidade que o homem tem enquanto pessoa. E encontra respaldo na doutrina social da Igreja:

A doutrina social chamada cristã está construída sobre duas idéias: mestra da dignidade da pessoa humana e de atuante solidariedade entre todos os membros da coletividade. Não se apoia, pois, em motivos estritamente religiosos, mas estes dois pilares básicos fundam-se na própria natureza e constituição do homem, encontrando, na verdade, no Evangelho sua maior defesa e mais impelente motivação. Não admite ela, pois a socialização total dos meios de produção pela autoridade pública. Todos os documentos oficiais da Igreja propagam essa doutrina (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30/07/1973).

Para ratificar sua versão sobre a posição da Igreja cita as encíclicas *Mater et Magistra*, de maio de 1961, e a *Pacem in Terris*, de abril de 1963, uma vez que ambas afirmam o direito natural à propriedade privada, inclusive dos meios de produção. Ainda de acordo com D. Vicente, as referidas encíclicas pregam medidas para que todos possam usufruir dessas propriedades. Salieta que o objetivo da propriedade particular só estará completo quando os seus benefícios chegarem a todos os chefes de famílias e não ficarem restritos a pequenos grupos de privilegiados. Para ele, o Estado pode e possui condições para, com firmeza e eficácia, fazer respeitar essa função da propriedade particular.

Após suas análises o bispo faz uma afirmação sobre o documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, dizendo que

parece surpreendente e inaceitável a afirmação do documento firmado recentemente por membros de alta responsabilidade na Igreja de elevação da classe sofredora, descritas em linguagem agressiva e semelhante e repetidas expressões a conhecidos jargões esquerdistas, só se obteria mediante a propriedade social dos meios de produção (Diário de Pernambuco, 30/07/1973).

No fechamento da sua fala diz que ele não manifesta sua opinião sobre o planejamento econômico adotado no Brasil; para ele existem defensores e aqueles que recriminam, todos sinceros e convictos. Por isso não cabe à Igreja

opinar sobre este assunto e quem o faz, como os signatários do documento já mencionado, o faz como cidadão e não em nome da autoridade da Igreja. A partir dessas afirmações, percebemos que Dom Vicente Scherer não comungava com as ideias de profetismo religiosos, já explicadas anteriormente, **por isso** o bispo tenha concentrado mais atenção no aspecto econômico do documento que no conteúdo social do texto.

Como a população em geral só tomou conhecimento do documento por meio da imprensa, que apenas publicou trechos soltos e análises de quem não aceitava as ideias contidas no texto, Dom Vicente Scherer tentava alterar o sentido do seu conteúdo. Como fica claro na reportagem, e como já foi afirmado antes, o governo militar solicitou amplo destaque a essa entrevista do cardeal. Muitas foram as críticas ao documento, como a reportagem encontrada nas pastas referentes à Dom Helder Câmara.

Reiteramos que a ausência de notícias e informações nos levou a uma busca em várias fontes de pesquisa sobre o documento. Por isso foi necessário recorrer à documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do estado em que hoje se encontra no Arquivo Público de Pernambuco. Foi encontrada apenas uma reportagem sobre o texto dos bispos e superiores religiosos, porém esta se encontra sem fonte. Após conversa com os funcionários e em comparação com os outros arquivos, todos os registros possuem a data de publicação e sua respectiva fonte escrita manualmente. Esses arquivos referentes a Dom Helder Camara, estão digitalizados e disponíveis no site da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)⁴⁰. A referida reportagem está agrupada nos arquivos do Jornal Diário de Pernambuco, não há também nenhuma menção ao seu autor.

Intitulada “Um manifesto de Bispos do Nordeste”, começa mencionando a sua data de aprovação e afirmando que o texto, embora não tenha sido divulgado, por motivos alheios a sua vontade, o autor fala dos sentimentos com os quais o recebeu: “profunda tristeza invadiu-nos ao terminar a leitura das 30 laudas que constituem o documento”. Faz uma crítica aos redatores do texto eclesial, assegurando a desorientação de grande parte de membros do clero

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.cepedocumento.com.br/>>. Acesso em 06 jan 2015.

ao tratar de assuntos políticos e econômicos. E garante que a análise feita em *Eu ouvi os clamores do meu povo* se baseia em uma afirmação simplória de que a pobreza do país se deve, em grande medida, à interferência do capital estrangeiro. Questiona quais os dados que os bispos nordestinos utilizaram para chegar as suas conclusões, e assegura que os prelados não provam, nem argumentam, apenas acusam. Ratifica que, no documento,

em alguns trechos, antístetes do Nordeste esboçam algum raciocínio que se pretende mais profundo, desembocando tristemente para a demagogia das frases feitas, verdadeiros slogans esquerdistas, ou revelam um profundo, imenso e quase inacreditável desconhecimento dos temas mais simples da doutrina econômica, mesmo daquela pregada no documento, baseada, não tememos afirmar, nos princípios ditados por Marx e Lenine (CEPE, 1973).

O escritor das notícias continua sua análise do manifesto dos religiosos destacando que os absurdos econômicos são ainda mais graves quando o texto se dirigiu à indústria nacional, regida pelo capital estrangeiro, colaborando com a concentração de renda no país e produzindo bens de consumo voltados para a classe dominante, deixando de atender as necessidades básicas da maioria da população. Insiste que não entende como os bispos chegaram a essa conclusão, e que nem eles mesmos sabem como foram encontrar mecanismos para justificar tal afirmação. Destacam o desconhecimento dos bispos sobre o Instituto de Nutrição de Pernambuco, acerca do enriquecimento de alguns produtos, como o feijão e a rapadura e dos seus excelentes resultados, por meio da tecnologia, como esta pode estar voltada não apenas para os mais abastados, diz a reportagem.

Na parte final do seu relato afirma que, após a leitura do texto eclesial percebe claramente a visão e a linguagem marxistas, aproximando da defesa da socialização dos meios de produção. E conclui que o manifesto dos religiosos do Nordeste seria peça angustiante, pois mostra a ignorância ou até mesmo a má fé e influência dos ideais do marxismo (tão avessos ao povo brasileiro), embora vindo de homens que possuem grande responsabilidade no Brasil, visto que a religião é um forte elemento de orientação da consciência humana.

Partindo dessa conclusão podemos perceber a necessidade de desqualificar o conteúdo de *Eu ouvi os clamores do meu povo*, retrucando suas análises sobre a conjuntura do país, retirada, em sua maioria, de órgãos oficiais do próprio governo, tentando inculcar na população a ideia de que os religiosos eram comunistas e subversivos e que os dados do documento eram falsos até mesmo mal interpretados por falta de conhecimento dos membros do clero ou simplesmente por uma questão de má fé.

Naquela época havia poucos espaços para circulação de informações, principalmente aquelas consideradas inapropriadas para o conhecimento da população em geral, proibidas de serem divulgadas na íntegra ou em trechos e até mesmo serem mencionadas, como afirmou Alencar (1994) e já foi explicado no primeiro capítulo, após a “visita” de agentes da censura, que invadiram o palácio do Jiriquiti, quando Dom José Lamartine, bispo auxiliar na Arquidiocese de Olinda e Recife, salvou inúmeros exemplares que não foram levados e puderam ser distribuídos, ainda que de forma clandestina. Além disso, o documento foi publicado de forma integral no Boletim Arquidiocesano, órgão oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife, que ainda não era censurado, possivelmente por seu alcance ser menor, já que circulava dentro do universo eclesiástico.

No Boletim Arquidiocesano número 248, do dia 11 de maio de 1973, o documento foi reproduzido na íntegra. Com o seguinte título “Documento de Bispos e superiores religiosos do Nordeste”, assim anunciando:

Está sendo divulgado um importante documento sobre a situação brasileira, assinados até esta data por treze bispos e cinco superiores religiosos do Nordeste brasileiro. Os signatários do oportuno pronunciamento quando se celebram o ano jubilar da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o décimo aniversário da encíclica *Pacem in Terris* do Papa João XXIII, em consonância com as conclusões e apelos da III Assembleia Geral da CNBB, realizada em fevereiro do corrente ano, decidem lançar o presente documento como uma urgência da sua missão e, agora também, como uma forma de celebração comemorativa de data tão relevantes (BOLETIM ARQUIDIOCESANO, 11/05/1973).

No Boletim Arquidiocesano número 249, do dia 18 de maio de 1973, foi publicado o testemunho do ex-ministro da agricultura, Cirne Lima, que anexou

trechos do documento *Eu ouvi os clamores do meu povo* ao seu pedido de demissão ao então Presidente da República, o General Garrastazu Médici. Afirmando que o governo mesmo com todos os esforços não conseguiu alterar a conjuntura do país, que a grande influência do capital estrangeiro tem prejudicado o pequeno e médio produtor rural, bem como aos pequenos e médios industriais e comerciantes. O ministro não citou, na carta de demissão, mas utilizou os argumentos do documento, mesmo que de forma indireta.

Em posterior edição do referido Boletim (número 251), do dia 1º de junho de 1973, foi publicada uma crítica ao Jornal Folha de São Paulo, com o seguinte título “O Estado de São Paulo e o documento Eu ouvi os clamores do meu povo”. Essa reportagem foi publicada no Jornal O Estado de São Paulo, da Arquidiocese de São Paulo, em junho de 1973. O texto inicia salientando que respeita o jornal, O Estado de São Paulo, quinto maior do mundo, mas quando há liberdade de expressão. Seja para criticar ou elogiar precisa que o documento seja publicado completo ou pelo menos trechos que mostrem a relevância do escrito. Neste caso o referido jornal tentou levar o texto de *Eu ouvi os clamores do meu povo* ao ridículo, publicando apenas frases soltas e tentando comprometer o seu sentido, o que mereceu destaque, inclusive, nos meios de comunicações internacionais, como a BBC de Londres. Portanto eles afirmam que O Estado de São Paulo fugiu da sua linha ética.

No Boletim seguinte, número 253, foi comunicado que houve uma invasão do Jiriquiti, assim como envia um ofício relatando que no dia 16 de junho, ele foi, de novo, invadido, indicando que já houve outras investidas na arquidiocese, quando prenderam as pessoas em suas salas, interromperam as ligações e ficou proibida a saída e a entrada de pessoas dentro do prédio. Alegaram que

vinham apreender os exemplares do Manifesto de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. Levaram além do aludido Manifesto, exemplares do discurso proferido, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, por D. Helder Camara, respondendo a homenagem prestada ao clero por ocasião do sesquicentenário da instalação, no Brasil, do Poder Legislativo; exemplares do Boletim Arquidiocesano e apreenderam alguns livros que se achavam na Livraria da arquidiocese, inclusive dois

dicionários bíblicos” (BOLETIM ARQUIDIOCESANO, 16/06/1973).

Nessas denúncias percebemos que a Arquidiocese de Olinda e Recife, estava constantemente em conflito com o regime militar. Ainda de acordo com o mesmo ofício, logo após essa investida na arquidiocese, chegaram quatro representantes da Polícia Federal com um mandato para a apreensão do Manifesto *Eu ouvi os clamores do meu povo* e, ao serem informados do episódio anterior se mostraram surpresos e afirmaram que aquela não era a maneira de agir da Polícia Federal, acrescentando que, possivelmente, seriam membros do DOPS estadual os responsáveis pela invasão do Jiriquiti. Esse mesmo comunicado foi publicado novamente no Boletim Arquidiocesano número 254, do dia 22 de junho de 1973.

Vários indícios mostram as tentativas, por parte do governo, para tentar esconder, pelo menos do grande público, as suas contestações. Inclusive muitos estudos, como analisaremos abaixo, apontam a importância deste escrito e ressaltam a luta dos signatários e de seu grupo pela divulgação das denúncias nele contidas. Como vimos, os registros na imprensa escrita e em boletins arquidiocesanos e dos arquivos oficiais do governo em são escassos, então se fez necessário uma revisão bibliográfica acerca do documento “*Eu ouvi os clamores do meu povo*”.

Salém (1981) acreditava que já não se tratava apenas da luta solitária de um bispo, D. Helder, isolado na Arquidiocese de Olinda e Recife. Os confrontos foram verificados em vários pontos do país. Em Crateús, com D. Fragozo, e em Fortaleza, no Ceará; em São Luís do Maranhão, com D. José Motta e D. Edmilson Cruz; em Salvador, com D. Timóteo, em São Félix do Araguaia, com D. Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso; em Volta Redonda, com D. Waldyr Calheiros, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com D. Paulo Evaristo Arns. A hierarquia católica foi se envolvendo na luta pelos direitos do homem, e começou a receber apoio dos conservadores, em função do *esprit de corps*, pela defesa da autonomia da instituição eclesiástica.

A Igreja deixou os seus muros e se debruçou na periferia das cidades, nas favelas, nos mocambos e no meio rural e percebeu a enorme distância das classes sociais. Por isso, mesmo com a possibilidade de alguns religiosos

ignorarem essa realidade e não passarem a contestá-la, a partir dos movimentos pastorais, como o Movimento Eclesial Brasileiro, os leigos tiveram papel de destaque e passaram a participar dos movimentos da instituição religiosa, aumentando a base social da igreja.

Salém (1981) afirma que *Eu ouvi os clamores do meu povo* foi um pungente libelo contra a opressão, sendo a primeira resposta coletiva da hierarquia contra o estado de coisas. Assinado por 13 bispos, a 6 de maio de 1973, o documento inspira-se no Êxodo, na luta de Moisés e de seu povo contra o domínio egípcio, para analisar a situação do Nordeste. Continua externando que é um trabalho extraordinário, por sua coragem e limpidez. Se considerarmos que o país vivia um de seus piores momentos políticos desde o golpe civil militar, quando o medo se apossou de muitos brasileiros devido a brutal repressão e censura, o documento adquire uma dimensão ainda maior.

Para a autora, o escrito eclesial faz uma minuciosa análise das precárias condições de vida na região, além de procurar detectar as raízes dessa penosa realidade nordestina, e ainda reconhece a omissão de Igreja em muitos momentos da história brasileira. Além de ser um marco histórico, sintetiza, talvez melhor do que qualquer outro, o espírito, a tomada de posição da Igreja no Brasil. Certamente pelas condições de vida especialmente trágicas em sua região, os bispos nordestinos estiveram quase sempre na vanguarda do processo de transformação eclesial brasileira. D. Helder Câmara, o pioneiro da nova Igreja, é cearense e é também no Nordeste que se reúne o mais numeroso núcleo do episcopado progressista. O documento resulta dessa realidade (SALÉM, 1981).

Azzi (1981) estabelece elementos para caracterizar a posição do episcopado brasileiro na década de 1970-1980. Em suas análises explica que, no fim da década de 1960, os preladados brasileiros passam a fazer a revisão crítica da própria atuação da Igreja na história do Brasil. Completa: “Pela primeira vez os bispos começam a deixar uma linguagem de caráter ufanístico e apologético para analisar com mais serenidade a ação pretérita da instituição católica no país” (p. 53). Sobre a mudança no posicionamento da Igreja, destaca que a situação de compromisso político que caracterizou a Igreja no

Brasil, naquela época, foi um elemento muito importante para que se postulasse uma nova atitude por parte da hierarquia católica.

O documento "Eu vi os clamores do meu povo", assinado por vários bispos e superiores religiosos vai ainda mais além, pois os prelados chegam mesmo a um sentimento de penitência por essas ambiguidades e comprometimentos na ação pretérita da Igreja. (AZZI, 1981, p. 54)

Já Costa (2013) escreveu sobre a atuação eclesial dos signatários e sobre o clero nordestino e ratificou que poucos grupos foram tão ligados ao conceito de episcopalismo profético quanto o dos bispos nordestinos da segunda metade do século XX. Para ele, a historiografia da Igreja Católica não hesita em reconhecer, no documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, as declarações mais radicais jamais publicadas por um grupo de bispos em qualquer parte do mundo, na medida em que denunciavam, com base em estatísticas fornecidas pelos próprios órgãos oficiais, a realidade de miséria vivenciada pelos nordestinos em termos de renda, trabalho, alimentação, habitação, educação e saúde. Trazia, ademais, uma forte crítica ao milagre econômico, tão enfatizado pelo governo, desmascarando-o como a maior ofensiva da história brasileira em prol da penetração de capitais estrangeiros no país.

O seu conteúdo revolucionário, em razão de partir de uma prévia interpretação sociológica da realidade, substituiu a perspectiva do desenvolvimento pela da libertação. Segundo o autor, pela primeira vez uma declaração eclesiástica oficial rejeitou dirigir-se à elite, optando, de forma consciente, pelos setores menos privilegiados da sociedade como seus destinatários, numa aceitação, mesmo que parcial, da caminhada de comunidades populares e agentes pastorais convivendo com uma situação social desfavorável e exigindo da Igreja uma mudança de postura.

Os autores mencionados ressaltam a pertinência e relevância dos conteúdos vanguardistas vindos desse grupo da Igreja Católica, que, por muito tempo, compartilhou da ideologia opressora do governo; eles destacam, justamente, essa ruptura, em detrimento de seus próprios interesses. Assumindo os riscos de serem perseguidos, presos ou torturados, sendo este

documento assinado por religiosos que mais contestavam a ordem estabelecida no Brasil, no contexto da ditadura militar.

Para Moraes (1982), por mais que o tempo passe e importantes eventos marquem progressivamente a vida da CNBB, um dos documentos desta instituição será sempre referencial para a compreensão de sua crítica à ordem capitalista. É o documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, publicado pelo Regional Nordeste II, da CNBB. Nesse texto, o autor acredita que, pela primeira vez, com toda clareza, deixa-se simplesmente de criticar um governo, um regime, para se chegar às denúncias mais diretas e profundas das injustiças e contradições que caracterizam o sistema capitalista. Seria um dos mais ousados e importantes de toda a vida da hierarquia católica. Pois não caracterizava o reformismo habitual ou a usual ambiguidade própria do estilo diplomático dos pronunciamentos eclesiais. Afirma, ainda, que o referido documento está na origem das melhores produções posteriores da hierarquia, percebendo sua influência indiscutível no primeiro documento coletivo quase nada reformista, que é *Igreja e problemas da terra*.

Espanta o quanto são variadas as influências que o escrito pôde exercer, dada a maneira sutil com que foi preparado e redigido. No documento foi analisado o reformismo, em sua configuração governamental, quando os bispos do Nordeste conseguiram demonstrar, aos seus irmãos de episcopado, a comprovação histórica da inutilidade da atitude reformista. Apontaram os escândalos estéreis em que se transformaram as esperanças desenvolvimentistas ligadas à SUDENE. Fizeram uma análise semelhante em relação ao PROTERRA, aos embrionários movimentos de Reforma Agrária no Nordeste. Os bispos também ressaltaram os fracassos relacionados ao FUNRURAL e PROTERRA, e procuraram deixar claro que aqueles empreendimentos, de natureza reformista, não levaram sequer à consecução dos objetivos declarados em cada programa do governo (MORAIS, 1982).

O mesmo problema os bispos denunciaram com relação à SUDENE, visto que, em 1959, todos os brasileiros, inclusive a hierarquia católica, acreditaram nos programas propostos com a fundação da autarquia federal, fazendo com que a própria Igreja apoiasse integralmente os objetivos da

SUDENE. A situação da região colocava em risco a própria segurança da nação e a sua unidade. Como afirma o documento,

o Brasil não poderia continuar dividido em duas regiões: uma próspera, o Centro-Sul, e outra se debatendo em secas e atraso econômico. Anular as disparidades de nível e ritmo de desenvolvimento entre as duas regiões, o que só poderia ser conseguido se o Nordeste passasse a alcançar taxas de crescimento superiores a do Brasil, resumia a atuação do Governo Federal no Nordeste (BISPOS e Superiores do Nordeste, 1973).

Eu ouvi os clamores do meu povo, em seu texto, deixa claro como a reforma agrária foi observada pelo sistema vigente na época, não foi visto como uma ruptura com a arcaica e injusta estrutura fundiária, mas, sim, como um paliativo, em uma tentativa de encobrir a concentração fundiária e o mau uso das terras nordestinas. Os bispos também afirmavam que o PROTERRA não realizou mudanças na estrutura fundiária. O documento estudado também abordou outras criações do reformismo capitalista governamental, como a instalação do FUNRURAL e do PRORURAL, que pouco ajudaram a minorar a miséria existente no Nordeste. Seu conteúdo também denuncia a invasão do capital estrangeiro e desmistifica o milagre econômico e a concentração de renda no país.

Dessa forma, o histórico texto dos bispos do nordeste, deixa evidente a inutilidade de reformas contemporizadoras no interior de estruturas intrinsecamente iníquas. Acusa com severidade e clareza as violências cometidas contra os direitos básicos do ser humano pela estrutura do capitalismo em geral e, em particular, pelo modelo capitalista nacional.

Zachariadhes (2009) salienta que o maior conflito do Centro de Estudos e Ação Social com os militares por causa de suas publicações ocorreu em 1973, com a divulgação do número 27, cujo título era “Uma Igreja a caminho do povo”. Nesse Caderno, foram reproduzidos, na íntegra, os manifestos *Eu ouvi os clamores do meu povo*, documento assinado pelos Superiores e bispos do Nordeste, e *Marginalização de um povo*, documento assinado pelos bispos do Centro-Oeste; além de um pronunciamento de D. Paulo Evaristo Arns,

arcebispo de São Paulo, feito em 5 de maio de 1973, intitulado *São Paulo, capital do trabalho, chamada a ser modelo de justiça*.

Para o autor, houve uma articulação entre os setores da Igreja Católica, em nível nacional, que se articulava para resistir aos militares. No início da década de 1970 foi formado um grupo de padres, bispos e leigos que se reunia para pensar que tipo de ação pastoral a Igreja Católica poderia desenvolver durante o regime militar. Faziam parte do grupo D. Tomás Balduino; D. Antônio Fragoso; D. Pedro Casaldáliga; D. Timóteo Amoroso; o padre Agostinho Pretto, da Ação Católica Operária (ACO); Ivo Poletto, que se tornaria o primeiro secretário da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e vários outros. Em janeiro de 1973, D. Tomás Balduino, com sua equipe, percorreu várias capitais para pensar, de forma coletiva, uma maneira de responder ao endurecimento da ditadura.

A partir dessa iniciativa, surgiu a ideia de publicar três documentos: um sobre a situação das classes populares no Nordeste, outro sobre a situação camponesa do Centro-Oeste e mais um, em São Paulo, sobre a questão operária. Os três documentos deveriam ser lançados no mesmo dia, no 25º aniversário da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, da Organização das Nações Unidas (ZACHARIADHES, 2009).

No documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, setores da Igreja do Nordeste denunciavam a situação de penúria por que passava a maioria da população da região. Para comprovar esse cenário, utilizou os dados oficiais da SUDENE e do Censo do IBGE, de 1970. Destacavam que a fome assumia, na região, “características epidemiológicas” e afirmavam que “o subdesenvolvimento continua sendo a nota característica mais importante do Nordeste”. Criticavam o “milagre brasileiro”, por ter elevado a concentração de renda no país, defendiam a “propriedade social dos meios de produção” e expressavam uma crítica incisiva aos militares com relação à violação dos direitos humanos.

Considerando-o como, “o documento mais radical que uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964”, denunciavam a inviolabilidade do lar, o ‘habeas corpus’, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, como direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade dos sindicatos e o direito de

greve foram arrebatados à classe operária. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos foi excedida por atos de violência ainda maior. O terrorismo oficial instituiu o controle, através da espionagem interna e da polícia secreta, recorrendo, com frequência, à tortura e ao assassinato (ZACHARIADHES, 2009).

Ainda para o mesmo autor o documento eclesial teve uma grande repercussão internacional, porém, no Brasil, por causa da censura, seu impacto foi restrito. Por isso, os membros do Centro Social resolveram publicar esse manifesto, no Caderno 27, de outubro de 1973. A publicação dessa declaração foi um exemplo claro de negação das ordens militares e de coragem dos membros do CEAS, pois, como referido anteriormente, esse manifesto estava proibido de ser publicado; mesmo assim, o Centro Social resolveu incorporá-lo na sua revista. A reação do governo foi rápida, pois, quando o Centro começou a enviar os exemplares do Caderno 27 para os assinantes, eles foram apreendidos pela Polícia Federal, nos Correios. Esse número foi proibido de ser vendido pela instituição. O Centro de Estudos e Ação Social sofreu a ameaça de ter proibida a publicação dos Cadernos. Seu coordenador, Cláudio Perani, foi resolver o impasse na sede da Polícia Federal; a solução proposta foi a de que, a partir do número seguinte, um exemplar tinha de ser sempre enviado para a Polícia Federal, ou seja, as publicações sofreriam a censura prévia. (*idem*).

Além da censura e do contexto político que o Brasil passou nos 21 anos que perdurou o regime militar, percebemos a preocupação de setores da Igreja com a situação que a população, sobretudo os menos favorecidos, se encontrava. O conteúdo do escrito deixa claro que a instituição religiosa deve abranger os aspectos da vida social e espiritual do ser humano. E para colaborar com as análises desse texto, nada melhor que a opinião de um dos religiosos que participou da elaboração e assinou o documento, Dom José Maria Pires, então Arcebispo da Paraíba. Mandamos, para ele, por e-mail, alguns questionamentos sobre a elaboração e divulgação de *Eu ouvi os clamores do meu povo*, que analisamos e transcrevemos alguns trechos no tópico seguinte.

3.2 REESCUTANDO OS CLAMORES ATRAVÉS DA MEMÓRIA: ENTREVISTA COM DOM JOSÉ MARIA PIRES

Em entrevista um dos signatários do documento Dom José Maria Pires, arcebispo emérito da Paraíba, após 41 anos, traz de volta alguns aspectos importantes do documento aqui estudado. Levando em conta a perspectiva de que quando se trabalha com depoimentos orais, fica claro que “a memória é a forma como se interioriza a história imediata, e que essa interiorização é feita com um mundo de significações que alcança cada depoente”. (CABRAL, 2010, p. 270).

Para Bauer & Gaskell, (2008) o emprego de entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada no qual o cientista social introduz, então, esquemas interpretativos, muitas vezes em relação a outras observações⁴¹.

Segundo Barbosa (2007), o passado, mesmo se considerado real, será sempre impossível de se verificar, visto que ele não existe mais, apenas indiretamente é utilizado pelo discurso da história. Assim como a ficção, também a reconstrução histórica é obra da imaginação. Já Ribeiro (2008) destaca que a partir da atualidade e impulsionada por ela que se refazem as lembranças. Lembrar não é não é viver novamente uma experiência que já passou, mas, sim, refazê-las com imagens e ideias de hoje.

Podemos destacar, também, que ao recordar o período de elaboração do documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, é preciso levar em consideração a memória, pois haverá fatos que serão lembrados e outros esquecidos. Ribeiro (2008) define que memória possui sempre uma relação com esquecimento, pois, na memória, certos traços são conservados, outros vão sendo, progressivamente, descartados ou esquecidos. Portanto, todos esses aspectos devem ser levados em consideração ao analisar as memórias que Dom José Maria Pires, hoje com 96 anos, conservou daquele período.

O primeiro questionamento feito ao bispo foi como a Igreja conseguiu os dados estatísticos para embasar as afirmações feitas, pois como os fatos que

⁴¹ A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER & GASKELL, 2008).

não enalteciam o governo eram impedidos de chegar ao conhecimento da maioria da população, produzidas por órgãos oficiais da União. Dom José Maria Pires esclareceu que os dados da SUDENE não eram secretos e podiam ser encontrados em publicações da época.

Também questionamos como foi feita a elaboração do referido documento e quem participou de fato de sua construção, afirma o bispo que ele foi feito em mutirão. Todos os Bispos foram convidados a colaborar.

Signatários e redatores coincidiram. O documento foi feito em estilo de mutirão. Todos davam sua contribuição. A redação era feita pelos dois sacerdotes escolhidos por D. Helder, Presidente do Regional. Os sacerdotes Monsenhor Marcelo Carvalheira, que ainda não era bispo e Padre José Ernane Pinheiro (PIRES, 2015).

Com essa afirmação percebemos que nem todos os que participaram da elaboração do texto o assinaram. Visto que na parte das assinaturas não constam os nomes dos sacerdotes, Monsenhor Marcelo Carvalheira e do padre Ernane Pinheiro. Podemos notar, também com base na fala do bispo emérito, que não houve participação de especialistas das diversas áreas sociais, visto que o documento tratava dessas questões, que suas afirmações foram embasadas através da análise dos próprios religiosos diante da situação de miséria da população nordestina.

Com relação à situação política e econômica na qual o país estava submerso durante a ditadura militar e, especificamente, no período de elaboração e divulgação do documento, perguntamos a que se poderia atribuir a mudança de postura da Igreja com relação ao regime militar e como era a relação entre ambos. O bispo informou que:

O golpe de 1964 foi acolhido por muitos bispos como ato que vinha restituir a tranquilidade ao país. Mas o que se viu desde o começo foi o desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Aí as atitudes dos Bispos foram se modificando na medida em que tomavam consciência da realidade (PIRES, 2015).

O envolvimento de setores da hierarquia eclesiástica com as questões sociais fez com que as manifestações da Igreja passassem da produção de documentos às ações concretas. É o que sustenta Serbin (2001) ao afirmar que a luta pelos direitos humanos, no Brasil, teve início com a Igreja. A

conjuntura de repressão e perseguição aos militantes de esquerda e todos aqueles que representavam ameaça à ordem instituída exigiu, tanto no campo quanto na cidade, um comprometimento da Igreja como defensora e mediadora da relação entre o Estado e a sociedade.

Na perseguição aos membros da hierarquia católica, a Igreja se fortaleceu como instituição. Terminou por assumir fazer certa oposição, com força capaz de questionar a todos os atos de violência do governo e de desrespeito aos direitos humanos e civis. As relações entre a Igreja e o Estado, como analisado, tornaram-se ainda mais tensas, desde o AI-5. Atribui-se o acirramento das tensões ao exato momento de associação de interesses entre eclesiais (membros da hierarquia em geral) e lideranças militantes leigas, a partir do momento em que a hierarquia se abriu para acolher as potencialidades dos leigos na Igreja como gesto de maior participação e valorização de todo o laicato. A junção dessas duas forças, influentes na sociedade brasileira, representa verdadeira ameaça ao *status quo* governamental. Além, é claro, de representar ameaça aos interesses de latifundiários e demais homens de poder (FERRARINI, 1992).

Dom José Pires afirmou, também, que com a edição do Ato Institucional nº 5, a hierarquia católica precisava se posicionar diante da censura e da repressão. Para isso, promoveu, de imediato, uma reunião da Comissão Central para discutir a nova situação. Como resultado da reunião se fez um documento condenando o AI-5.⁴²

O texto de *Eu ouvi os clamores do meu povo* dá ênfase aos aspectos econômicos e sociais e aponta fragilidades do sistema capitalista, além de centralizar sua crítica ao milagre brasileiro. Questionado como era percebida a situação econômica no país, o milagre brasileiro, a concentração de renda e o empobrecimento da população, Dom José Maria Pires respondeu:

⁴² Durante a XI Assembleia Geral da CNBB, em maio de 1970, foi produzido um documento que denunciava os abusos do regime militar e sua intolerância diante daqueles que lutavam a favor da justiça social. Que afirmava que a Igreja não poderia admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. Ressaltava a importância do exercício da justiça, que eles, acreditavam estar sendo violentado, com relativa frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base de suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa (PASSOS, 2012).

Milagre que não houve. O milagre foi o crescimento assombroso da dívida pública, o aumento da dependência do capital estrangeiro. Como consequência uma inflação incontrolável e a diminuição do poder aquisitivo dos mais pobres (PIRES, 2015).

Como mencionado anteriormente, após a Conferência de Medellín, a Igreja fez uma opção preferencial pelos pobres, este posicionamento foi ratificado na Conferência de Puebla. O documento cita e analisa diversas reformas e programas sociais que visavam, grosso modo, à melhoria nas condições de vida da maioria da população que vivia na miséria; no entanto, o próprio texto denuncia a falácia desses programas reformistas, chega a afirmar que eles beneficiavam mais as elites, que mantiveram o controle de tais programas. Salaria as esperanças que a Igreja depositou na criação da SUDENE como uma saída para a situação de penúria que vivia o Nordeste do Brasil, e que, transcorrido o tempo, a autarquia passou por processo de esvaziamento técnico e foram sendo retirados seus instrumentos legais de atuação.

Consultado sobre como a Igreja avaliava a situação do Nordeste no período abordado pelo documento e como eram observados os programas sociais lançados pelo governo, assegurou que percebia a situação de sofrimento e de resistência heroica por parte do povo. O próprio bispo questionou quais programas? E citou uma frase atribuída ao presidente Médici em uma de suas visitas ao Nordeste: “O Brasil vai bem, o povo é que vai mal”.

Destacou também:

Dentro da Igreja trouxe uma sensação de alívio: tiramos um peso das costas. Houve plena aceitação entre os mais necessitados. A divulgação aqui se fez no contato com as pessoas sem se usar o correio ou outros instrumentos de comunicação. No exterior, através de pessoas da igreja que viajavam por motivo de estudos ou negócios. Dom Helder, que era frequentemente convidado para palestras no exterior, não perdia tempo e levava, por onde passava, a mensagem de libertação (PIRES, 2015).

Questionado sobre as influências conceituais que inspiraram o grupo que redigiu o texto, Dom José Maria Pires esclareceu que o sentido da palavra libertação tem como fonte o Livro do Êxodo, texto bíblico que narra a história da libertação do povo hebreu do cativeiro do Egito. E com base na libertação

do povo hebreu do cativeiro do Egito, que incita a necessidade de libertar o povo nordestino da miséria e opressão. E afirma no documento:

Diante do sofrimento de nossa gente humilhada e oprimida, há tantos séculos em nosso país, vemo-nos convocados pela Palavra de Deus a tomar posição. Posição ao lado do povo. Posição juntamente com todos aqueles que, com o povo, se empenham pela sua verdadeira libertação.

Nas pegadas de Moisés, queremos cumprir a nossa missão de pastores e profetas, juntos ao povo de Deus. Somos, pois, movidos a falar pela Palavra de Deus, que julga os acontecimentos da história. E é nesta luz que procuramos interpretar os gemidos do povo, os fatos e acontecimentos de cada dia, de nossa gente sofrida (BISPOS e Superiores do Nordeste, 1973)

Os bispos e religiosos do Nordeste, liderados por Dom Helder, afirmavam que a eles não só cabia cuidar da alma, mas era função deles tratar dos problemas humanos. Nessa perspectiva, buscavam, na história, uma resposta para a dura realidade nordestina, concluindo que, além da marginalização regional no processo de desenvolvimento nacional, as injustiças sociais eram decorrentes de estruturas econômicas arcaicas existentes, sobretudo no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu ouvi os clamores do meu povo agrega em um único documento de manifesto, um valor que transcende o religioso: o grito daqueles que se encontravam silenciados. Consistiu em uma alternativa de comunicação do Nordeste para o Brasil das décadas de 1960-1970, que vinha sendo moldado pela ditadura militar.

Todo o documento revela uma gama de interesses, sejam eles sociais, econômicos, políticos e religiosos. Dada a escolha por este documento específico do Regional II, analisar apenas um documento eclesial não significa que os outros não tenham importância, ou que não mereçam destaque. Mas o texto de *Eu ouvi os clamores do meu povo*, possui alto teor de contestação, dado o contexto político que o Brasil passava naquela época.

Mesmo sob o risco de ter todo o trabalho de pesquisa da leitura da situação da região nordestina (com as lentes criteriosas de dados oficiais e científicos) confiscado, deturpado e/ou extinto, um grupo ousou e assumiu este compromisso, subscrevendo-o. Os treze bispos e os cinco superiores religiosos mostraram, por meios de dados oficiais, o cenário de miséria e opressão que passava a região Nordeste. Mostraram a realidade social, que o governo tentava encobrir por meio da censura aos meios de comunicação e pela violência a que eram submetidos aqueles que tentavam ultrapassar os limites impostos pelo governo militar.

A Igreja Católica representou, para a sociedade, um importante refúgio para enfrentar o regime militar. Principalmente por parte de alguns membros considerados progressistas, que muito contribuíram para o envolvimento da instituição religiosa com as causas populares. Percebemos a cisão de pensamento e postura dentro da instituição, ao encontrar registro de Dom Vicente Scherer em matéria do Diário de Pernambuco, em que afirmava que a opinião dos signatários de *Eu ouvi os clamores do meu povo* era própria e não refletia os argumentos da Igreja. Outro fato que colaborou com a adesão de parte da Igreja com os movimentos contrários ao regime, foi a intervenção dos

membros da própria hierarquia católica, para defender a instituição. Em 1970, o clima no país era ainda mais perigoso por causa da influência do AI-5.

No primeiro capítulo tentamos mostrar o quadro político no qual o documento foi escrito, bem como o relacionamento entre a Igreja e o Estado. Principalmente após o golpe de 1964, o país passou a ser governado através de Atos Institucionais, a estrutura repressiva foi desenvolvida ao longo do período militar e aprimorada na gestão de Garrastazu Médici. No período foi registrado um acentuado crescimento econômico no Brasil, durante os anos de 1968-1973, comumente chamado de “milagre econômico”. Porém, como ficou comprovado, esse milagre não beneficiou a todos os brasileiros. Mas, sim, a uma pequena minoria que representava a elite do país. Apenas agravando a situação de penúria da população mais pobre, elevando a dívida externa e a concentração de renda.

No segundo capítulo mergulhamos no universo deste documento que conseguiu sobreviver, intacto, à censura. O documento salientava a missão de pastores e profetas dos clérigos. Seus redatores utilizaram como fonte de inspiração o Livro do Êxodo, que tratava da libertação do povo Hebreu do cativeiro no Egito, em alusão à necessidade de o povo nordestino se libertar das amarras sociais. E que a Igreja estava vivendo em situação de pecado se não alertasse a sociedade sobre tais injustiças.

O texto criticava não apenas a forma com que o governo vinha conduzindo a política nacional; ele denunciava a situação de abandono tanto da população rural quanto da urbana, além de indicar elementos que comprovavam a situação de pobreza e abandono na qual vivia a região. No Nordeste, a política econômica nacional buscava alavancar a região, sob o argumento de que era o gargalo do subdesenvolvimento do país. Então foi criada a SUDENE, uma espécie de “eldorado nordestino”. As disparidades entre as regiões do país contribuíram para reforçar esse argumento, trazendo para a SUDENE recursos que foram diminuindo ao longo dos anos e não conseguiu atingir seus objetivos a longo prazo. No campo, percebeu-se a origem e o desenvolvimento do subemprego, da marginalização dos trabalhadores, os quais aceitavam as condições subumanas para a sua

sobrevivência, toda essa situação acentuada pela repressão dos tempos ditatoriais. Programas e políticas públicas como PROTERRA, PRORURAL, FUNRURAL, Estatuto da Terra e a própria Reforma Agrária, voltadas ao trabalhador do campo, foram instituídos como tentativas de criar uma atmosfera favorável ao governo, na personificação de seu assistencialismo e controle.

Especificamente no terceiro capítulo ressaltamos a repercussão que este documento teve na imprensa escrita em Pernambuco, detalhamos a ação da censura na imprensa e, a partir daí, tratamos, metodologicamente, das publicações nos jornais de maior circulação no Estado de Pernambuco, que são o Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco, nos anos de 1973 e 74. Devido à escassez de notícias referentes ao documento, em função do contexto político do Brasil, pouco ou quase nada pôde ser noticiado acerca do documento. Por isso houve a necessidade de buscar em outras fontes de registros da época, passamos então a analisar o que fora publicado em órgãos oficiais da Igreja Católica, por meio do Boletim Arquidiocesano, jornal da Arquidiocese de Olinda e Recife. Assim como também nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde ficavam registros oficiais do governo militar. Para tentar mostrar os dois posicionamentos das duas instituições, o estado e Igreja, ora envolvidos no conflito.

Devido as circunstância políticas da época, pois a censura era uma realidade para toda sociedade brasileira, a Igreja também era constantemente observada, principalmente alguns religiosos, especialmente Dom Helder Camara, mundialmente conhecido por sua atuação junto ao povo, que foi um dos principais articuladores do documento estudado nesta dissertação. A censura restringiu tanto a divulgação de seu conteúdo quanto a sua simples menção na mídia em geral. Foram noticiadas apenas algumas notas, como a comentada reportagem em que Dom Vicente Scherer tentou desqualificá-lo, utilizando as encíclicas papais para embasar sua ideia de que a igreja não deveria interferir na política econômica, ainda que seus resultados se reflitam na vida da população: tentou diminuir sua importância social, citou trechos soltos e não fez uma análise completa. Esse documento ficou conhecido

internacionalmente, pois Dom Helder Camara se encarregou de divulgá-lo nos países por onde passava, como afirmou Dom José Maria Pires em entrevista.

A busca ferrenha para obter informações acerca do documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, passados 40 anos, foi um exercício de perseverança. E esse caminho ainda merece retornos. É um trabalho relativamente novo, devido a pouca bibliografia mais específica sobre o documento e às poucas informações que a ele fazem referência. Aguçamos nossa interpretação, no sentido de descrever e analisar, pois nosso entrevistado, Dom José Maria Pires, afirmou: “interpretar não, porque quem interpreta nem sempre traduz com exatidão o pensamento do autor.” Nessa perspectiva apresentamos uma versão de escuta dos clamores sintetizados em um documento eclesial, e da sua repercussão.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo**: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALBERIGO, Guisepe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959 – 1965)**. São Paulo: Ed. Santuário, 2006.

ALBURQUERQUE, Eduardo Bastos de. A história das religiões. IN: USARSKI, Frank (org.). **O espectro disciplinar da Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção repensando a Religião).

ALENCAR, Francisco A. S. Duarte de. **Dom José Lamartine**: o pastor do silêncio. São Paulo: Paulinas, 1994. (Coleção Testemunhas).

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de (Org.) *et al.* **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Celso Furtado, o Nordeste e a Construção do Brasil. In: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de (Org.) *et al.* **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. p. 209-236.

AZZI, Riolando. Em prol de uma nova ordem: a posição do episcopado brasileiro na década de 1970-1980. **Síntese**, v. 8, n. 22, p. 49-82, maio/ago. 1981.

BARBOSA, Marialva. **História da cultura na Imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994. (Coleção Igreja do Brasil).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **50 anos de Formação**

econômica do Brasil: ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p 49-67.

BISPOS e Superiores Religiosos do Nordeste. **Eu ouvi os clamores do meu povo**. Salvador: Ed. Beneditina LTDA, 1973.

BOLETIM ARQUIDIOCESANO. Nº 248 de 11 de maio de 1973, Recife, 1973.

_____. Nº 249 de 18 de maio de 1973, Recife, 1973.

_____. Nº 251 de 01 de junho de 1973, Recife, 1973.

_____. Nº 253 de 16 de junho de 1973, Recife, 1973.

_____. Nº 254 de 22 de junho de 1973, Recife, 1973.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4). p. 13-42.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24 de janeiro de 1967a.

_____. **Lei nº 5.250**, Lei de Imprensa, de 09 de fevereiro de 1967b.

_____. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. In: DAVIES, Nicholas. A Lei nº 9.394 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 20 de dezembro de 1996. **Legislação Educacional Federal Básica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 165–212.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. (Coleção Temas Brasileiros – III).

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Entre falas e silêncios: o trabalho com depoimentos orais em estudos sobre o campo religioso. In: BRANDÃO, Sylvana; MARQUES, Luiz Carlos Luz; CABRAL, Newton Darwin de Andrade; MORAES, Alfredo (Orgs.). **História das religiões no Brasil**, v. 5. Recife: Edições Bagaço; Universitária da UFPE, 2010. p. 267-288.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COSTA, Iraneidson Santos. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do nordeste brasileiro. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, out./dez. 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina *et al* (Orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **DNOCS – Pensamentos e Diretrizes**. Fortaleza: Ministério do Interior, 1984. (Edição Comemorativa do 75º aniversário do DNOCS).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Não cabe à Igreja opinar sobre Economia, diz bispo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 12. 30 jul 1973.

FERRARINI, Sebastião Antonio. **A imprensa e o Arcebispo Vermelho (1964-1984)**. São Paulo: Paulinas, 1992. (Coleção Novo Tempo).

FERREIRA, Assuéro. Da invenção criadora do GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. In: FURTADO, Celso *et al*. **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para Desenvolvimento; Banco do Nordeste do Brasil, 2009. p. 69-92.

FICO, Carlos. **Como eles agiam, os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4.). p.133-166.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 32. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: história da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Universitária da UFPE, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Campinas, 429 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção A Outra Margem).

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Modelo brasileiro de desenvolvimento**: raízes do milagre e condições de sua continuidade. Rio de Janeiro: Record, 1976.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980. (Coleção Passado e Presente – 14).

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura militar e propaganda política**: a Revista Manchete no Governo Médici. São Carlos, 200 p. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Carlos, 1999.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. A geografia dos documentos eclesiais: o envolvimento da Igreja Católica com a questão agrária brasileira. **Revista Crítica Histórica**, ano I, n. 01, jun. 2010.

MORAIS, João Francisco Régis de. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1982. (Coleção Teoria e Prática Sociais).

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v.7, n.1, p. 282-298, 2013.

PIRES, José Maria. **Entrevista** (via e-mail) concedida à autora. Recife, 19 de fevereiro de 2015.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio de Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Coleção O Brasil republicano, v. 4). p. 207–242.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os meios de comunicação e as memórias e esquecimento. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (Orgs.). **Mídia e poder**: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 187-204.

RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUZA, Nali de Jesus. Evolução da Educação, 1970-2003. **Análise**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago/dez 2005.

ROBORTELLA, Ricardo. **A voz profética**. 2. ed. Belo Horizonte: Motivar, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4). p. 43–91.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

SALÉM, Helena (Coord.). **A igreja dos oprimidos**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1981. (Coleção Brasil Hoje – 3).

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SERBIN, Keneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964 - 1985). 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, jun. 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Do Graal, 1977.

SOUZA, Adenilson Ferreira de. **Atividade política da Igreja Católica no Brasil**: as demandas da sociedade brasileira transnacionalizadas por Dom Helder Camara (1968-1978). Belo Horizonte, 255 p., 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo de Goulart e o golpe de 64**. 10. ed. São Paulo: Brasilense, 1990.

VARÓN, Paloma; CLAÚDIO, Francisco. **Rumo à terra prometida**: a trajetória do grupo Moisés. Salvador, Monografia (Graduação em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Origem e conformação do campo da nutrição em saúde pública em Pernambuco: uma análise histórico-estrutural. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 14, supl 0, p.13-20. ISSN 1415-5273. 2001.

WEINSTEIN, Bárbara. Impressões da elite sobre os movimentos de classe operária. In: CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Alfa Ômega, 1980. p. 176 - 188.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.) **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes [online]. Salvador: EDUFBA, v. 1, 2009. 285 p.

Websites Consultados:

Atos Institucionais. Disponível on-line via: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais?searchterm=atos>. Acesso: 27 jan 2015.

BRUMER, Anita. A Previdência Social Rural e Gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, Nº 7, jan/jun 2002, p. 50-81. Disponível on-line via: www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7 Acesso em 20 jan 2015.

BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Secas, Migrações e Representações do Semiárido na Literatura Regional: Por uma História Ambiental dos Sertões do Nordeste Brasileiro. Disponível em revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/viewFile/747/645. Acesso: 30 jan 2015.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: um documento profético publicado no auge da ditadura empresarial-militar, no Brasil. 2013. Disponível em: <https://kairosnostambemsomogreja.wordpress.com/2013/02/09/eu-ouvi-os-clamores-do-meu-povo-um-documento-profetico-publicado-no-auge-da-ditadura-empresarial-militar-no-brasil-por-alder-julio-ferreira-calado/>. Acesso: 13 set 2014.

Conceito de Censura. Disponível on-line via <http://educacao.uol.com.br> Acesso: 27 jan 2015.

Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Disponível on-line via: <http://www.cepedocumento.com.br/> Acesso: 06 jan 2015.

CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. História, memória e imagem: as fotografias do caso do assassinato do Padre Henrique. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo/RS. *Anais...* São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2007. Disponível on-line via: <http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0186.pdf>. Acesso: 19 set 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível on-line via: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../conceitos.shtm> Acesso: 06 nov 2014.

Interações entre Ciência e Religião. Entrevista com Dr. Frank Usarski. Revista Espaço Acadêmico, Ano II, Nº 17, Out 2002. Disponível on-line via: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso: 27 jan 2015.

Livro do Êxodo. Disponível on-line via: <http://redemissionariacrista.blogspot.com.br/2013/06/Estudo-e-Leitura-da-Biblia-em-Videos-Livro-do-exodo.html>. Acesso 23 mar 2015.

Ministério da Saúde (BR). Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília(DF) 1986. Disponível on-line via: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao.>. Acesso: 27 jan 2015.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – 1946. Disponível on-line via: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso: 06 nov 2014.

PASSOS, Mauro. (In)tolerância religiosa e política no Brasil – caminhos cruzados (1964-1985). In: Encontro Nacional de História Oral, 11, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível on-line via: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340061227_ARQUIVO_ABHO2012.pdf. Acesso: 27 fev 2015.

UNESCO. Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível on-line via: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso: 27 fev 2015.